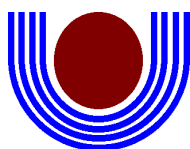


UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO
PPGCS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL DE MESTRADO

CONRADO PEREDA MINUCELLI

**PARTICIPAÇÃO, CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL EM
CASCAVEL/PR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MOVIMENTOS EM REDE**

TOLEDO/PARANÁ
2015



UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO
PPGCS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL DE MESTRADO

CONRADO PEREDA MINUCELLI

**PARTICIPAÇÃO, CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL EM
CASCATEL/PR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MOVIMENTOS EM REDE**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais – Nível de Mestrado, Campus de Toledo, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Rosana Katia Nazzari

TOLEDO/PARANÁ
2015

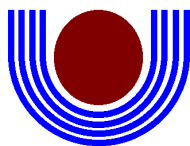
Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

M668p Minucelli, Conrado Pereda
Participação, cultura e socialização política juvenil em
Cascavel/PR : uma análise a partir dos movimentos em rede /
Conrado Pereda Minucelli .-- Toledo, PR : [s. n.], 2015
115 f.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Katia Nazzari
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertações 2. Jovens - Cascavel (PR) –
Condições sociais 3. Jovens – Cascavel (PR) – Conduta 3. Jovens -
Atividades políticas 4. Cultura política 5. Participação política 6.
Movimentos de protesto - Cascavel (PR) 7. Redes sociais I.
Nazzari, Rosana Katia, orient. II. T

CDD 20. ed. 305.235098162



UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO
PPGCS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL DE MESTRADO

CONRADO PEREDA MINUCELLI

**PARTICIPAÇÃO, CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL EM
CASCATEL/PR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MOVIMENTOS EM REDE**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais – Nível de Mestrado, Campus de Toledo, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Toledo/PR, 30 de Setembro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Prof. Dra. Rosana Katia Nazzari
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Membro da Banca: _____

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Membro da Banca: _____

Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho à força viva e às consciências históricas que movem indivíduos e grupos ao controle de suas condições de vida. A todos aqueles que fazem da democracia um exercício de vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma conjugação de esforços que envolveram muitas pessoas, seja no apoio afetivo, material ou prático.

Aos meus pais Eliana e Cleudinei pela vida e pelas condições afetivas e materiais para que eu permaneça nela, incentivando meu crescimento, minha trajetória profissional e jamais questionando minhas escolhas conscientes.

À minha orientadora, Professora Dra. Rosana Katia Nazzari, pela disponibilidade, palavras de incentivo, a amizade construída e pela grande capacidade de compreender minhas limitações e me ajudar a superá-las. Em nome dela, estendo meus agradecimentos à prontidão de aceite para participarem da Banca Examinadora dos Professores Dr. Geraldo Magella Neres e Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome.

Aos Professores, Secretária e Estagiários do PPGCS – Unioeste pelos grandes ensinamentos e profissionalismo invejáveis e, em especial, ao Professor Dr. Paulo Roberto Azevedo pelo auxílio estatístico e à Professora Dra. Maria Salete Amorim e Professor Dr. Allan de Oliveira pela inspiração profissional.

Ao meu irmão em fé e meu exemplo, Álvaro Bizinela, por sua persistência em me incentivar, me ensinar e me ajudar nas revisões da pesquisa, muitas vezes reestudando para isso. Pelas dicas e debates que fizeram esta pesquisa crescer, pela presença amiga sempre acalentadora e por ser o porto seguro das conversas sobre os conflitos da vida.

Aos novos eternos amigos que me acolheram durante a trajetória do mestrado, que foram essenciais para que eu pudesse ter sabedoria, paciência, alegria, compreensão e incentivo para a escrita da dissertação e pela ajuda que me proporcionaram sem pensar duas vezes: Odair Cunha, Isabela Hilário e Jonathan Chasko.

À Marcela Rockenbach, pelos momentos de conversa, apoios e incentivos.

Aos amigos e colegas de trabalho, que em suas competências ajudaram cedendo aulas para aplicação de questionários ou indicando caminhos interessantes: Débora Bertipaglia, Ana Marques Palagi, Thaís Thomazini, Jackeline Zago Rocha, Simão Zanchetti e a todos os professores, diretoras e equipe pedagógica que colaboraram.

Aos sujeitos da pesquisa, pela disponibilidade e por serem a fonte de inspiração para esse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos.

Vivemos num mundo infame, eu diria. Não é muito animador. Um mundo mal nascido. Mas existe outro mundo na barriga deste, esperando... Que é um mundo diferente. Diferente e de parto complicado. Não é fácil o nascimento. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos.

Eduardo Galeano

RESUMO

MINUCELLI, Conrado Pereda. Participação, Cultura e Socialização Política juvenil em Cascavel/PR: um estudo a partir dos movimentos em rede. 115 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo/PR, 2015.

A pesquisa investiga a relação existente entre a experimentação democrática dos protestos de Junho de 2013 e as mudanças de curto prazo na socialização política dos estudantes do Ensino Médio público de Cascavel, Estado do Paraná. A partir dos conceitos de Cultura Política, Participação e Socialização Política, o estudo tomou como parâmetro analítico os movimentos em rede, pretendendo numa perspectiva comparada, identificar as permanências e discontinuidades das atitudes políticas dos jovens pesquisados após as manifestações. Os movimentos e a sociedade em rede são retratados como uma nova ferramenta de desenvolvimento e estímulo à participação nas esferas políticas e comunitárias, constatando a tendência ao aumento dos estoques de capital social e a gradual consolidação das redes sociais como um dos principais canais de comunicação dos jovens com o sistema político local e nacional. O *survey* aplicado no ano de 2014 permite o cruzamento com dados de pesquisas anteriores e tem como base pesquisas de instituições reconhecidas no meio científico brasileiro e internacional. As respostas dos 503 questionários forneceram os dados para delinear os aspectos centrais da socialização política e da participação entre o público estudado, verificando o perfil socioeconômico dos sujeitos e medindo seus níveis de confiança política e confiança interpessoal, percepções sobre a cidadania e satisfação com a democracia, além de opiniões e sentimentos sobre os movimentos em rede e suas contribuições. Por meio destas variáveis, observou-se que os baixos índices de confiança e de participação assumem continuidade, porém, com aumento significativo na realização de atividades participativas, informações sobre a política e o uso das novas tecnologias da informação para a organização e mobilização de pautas políticas da juventude. Evidenciou-se que a participação nos protestos em rede teve atividade relevante na tendência crescente da participação dos entrevistados nos assuntos políticos, tendo se destacado as comunidades virtuais em um papel socializador na transformação da cultura política juvenil estudada.

Palavras-chave: Participação; Cultura Política; Movimentos em rede.

ABSTRACT

MINUCELLI, Conrado Pereda. Participation, Culture and Youth Political Socialization in Cascavel/PR: a study from the network movements. 115 p. Dissertation (Masters in Social Sciences). Post graduation Program in Social Science, State University of Western Paraná. Toledo/PR, 2015.

The research investigates the relationship between the democratic experiment of the protests of June 2013 and the short-term changes in the political socialization of public high school students in Cascavel, Paraná State. Based on the concepts of Political Culture, Participation and Political Socialization, the study took as analytical parameter the movements networking, intending in a comparative perspective, identify the continuities and discontinuities of the political attitudes of young people surveyed after the movements. The movements and the network society was portray as a new development tool and an encouraging to participation in political and community spheres, it was notice that the upward trend in social capital stock and the gradual consolidation of social networks as one of the main communication channel of young people with the local and national political system. The survey applied in 2014 allows the crossing with previous research data and it was base on researches from well-recognized institutions for the Brazilian and international scientific community. The 503 questionnaires answers provided data to outline the key aspects of political socialization and participation among the target public by checking the socio-economic profile of the subjects and measuring their political and interpersonal trust levels, perceptions of citizenship and satisfaction with democracy as well as opinions and feelings about the movements in the network and their contributions. Through these variables, it was observe that the low levels of trust and participation assume continuity, however with significant increases in conducting to participatory activities, information about politics and the use of new information technologies for the organization and mobilization of the youth policies agendas. It was evident that the participation in the networked protests assumed significant activity in the growing trend in the share of respondents in the political affairs, having gradually assumed the virtual communities a socializing role in transforming the studied youth political culture.

Key-words: Participation; Political Culture; Network movements.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Número de manifestantes nas ruas entre 17 de Junho e 07 de Setembro de 2013.....	47
Gráfico 02 – Número global de questionários distribuídos por região.....	53
Gráfico 03 – Escolaridade dos pais.....	60
Gráfico 04 – Renda familiar dos participantes dos protestos de Junho de 2013 em Cascavel/PR.....	63
Gráfico 05 – Histograma da escala de classificação da democracia.....	66
Gráfico 06 – Classificação da situação política atual em Cascavel e no Brasil.....	74
Gráfico 07 – Autoposicionamento comparativo entre Esquerda e Direita.....	76
Gráfico 08 – O jovem, a política e eficácia política.....	82
Gráfico 09 – Porcentagem de participação nos protestos de Junho de 2013 em Cascavel/PR.....	85
Gráfico 10 – Posição favorável ou contrária aos protestos.....	87
Gráfico 11 – Organizar protestos pelas redes sociais ou pela Internet pode ser melhor?.....	90
Gráfico 12 – Os protestos de Junho de 2013 colaboraram para você participar mais da política?.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Cruzamento Idade X Sexo do público da pesquisa.....	59
Tabela 02 – Renda familiar mensal distribuída por regiões.....	62
Tabela 03 – Avaliação da democracia entre os participantes dos protestos.....	67
Tabela 04 – Contagem das variáveis sobre o que falta para a democracia.....	67
Tabela 05 – Porcentagem de participação em atividades ou instituições comunitárias, comparativo a 2012.....	69
Tabela 06 – Porcentagem de participação em atividades referentes a eleições, comparativo a 2012.....	70
Tabela 07 – Porcentagem de participação em atividades referentes a política entre 2013 e 2014, comparativo a 2012.....	71
Tabela 08 – Percepção sobre o conceito de cidadania.....	75
Tabela 09 – Confiança institucional e interpessoal comparada no tempo.....	79
Tabela 10 – Comparativo de meios utilizados para se informar dos protestos.....	86
Tabela 11 – Frequência e frequência esperada dos dados.....	92
Tabela 12 – Teste Qui-quadrado.....	93
Tabela 13 – Força da associação entre as variáveis.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dimensões de análise e variáveis da pesquisa.....	55
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Trajeto da manifestação de 20 de Junho e orientações para os manifestantes.....49

LISTA DE ABREVIATURAS

EUA	Estados Unidos da América
EIU	Economist Intelligence Unit
LAPOP	Latin American Public Opinion Project
MPL	Movimento Passe Livre
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Paraná
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TV	Televisão
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 OS MOVIMENTOS E A SOCIEDADE EM REDE E A TECNOLOGIA COMO CATALISADOR DEMOCRÁTICO.....	27
2.1 Formação e possibilidades das comunidades virtuais.....	28
2.2 O conceito de tecnologia e os movimentos sociais na era da Internet.....	32
3 SOCIALIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: PARADIGMAS PARA COMPREENDER A PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM CASCAVEL/PR	38
3.1 Democracia brasileira e juventude: entre procedimentos e (sub)culturas políticas.....	38
3.2 Junho de 2013 em Cascavel/PR: uma rede de indignação e esperança	46
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4.1 A dimensão quantitativa	52
4.2 A dimensão qualitativa	55
5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	59
5.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados	60
5.2 Percepção e satisfação com a democracia	65
5.3 Participação social e política.....	69
5.4 Cidadania e confiança política.....	74
5.5 Perfis, percepções e informações sobre Junho de 2013.....	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICES	107
APÊNDICE A.....	108
APÊNDICE B	115

1 INTRODUÇÃO

Recentes pesquisas afirmam que a América Latina e, especialmente, o Brasil convivem com avanços no plano democrático institucional procedimental sem transpor ou estabelecer elementos atuais e inovadores de mediação com a cultura política e as características contemporâneas da socialização política dos cidadãos, no sentido de promover um desenvolvimento no plano social, além do econômico.

Contribuem para isto, os traços históricos do desenvolvimento de uma cultura política clientelista, privatista e patrimonialista presente nos processos eleitorais, vícios de representação política como a corrupção, a desconfiança nos procedimentos institucionais, dentre outros elementos que destacam Baquero (2011) e Moisés (2010).

Como afirmam célebres autores presentes no percurso da Sociologia brasileira como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Hollanda, o clientelismo, o privatismo e o patrimonialismo, enquanto gramáticas políticas brasileiras¹, transformaram o processo democrático do país desde a colonização em um processo árido, tardio e com sérias dificuldades de consolidação de uma democracia plena.

Acabou-se por gerar uma cultura política atrelada à substituição ou degeneração do espaço público em favor do espaço privado, uma demasiada cordialidade nas relações políticas, nas políticas públicas e uma deficiência no controle ou participação cidadã.

O Democracy Index 2014 (Índice de Democracia 2014), elaborado pela Economist Intelligence Unit (EIU)², que avalia a evolução de processos eleitorais latino-americanos e mundiais, mostra que o Brasil é o quinto país da amostra com maior grau de participação popular nas eleições, liberdades civis, pluralismo no âmbito partidário e transparência no processo eleitoral na América Latina, atrás de países como Uruguai, Costa Rica, Chile e Jamaica, ganhando apenas a 44ª posição nos países considerados democráticos, dentre os 165 considerados livres.

Apesar de subir uma posição em relação ao relatório de 2006, o Brasil ainda é considerado pelo índice como uma “democracia falha”, situação idêntica a de outros 51 países ou regimes políticos que governam no total 35,5% da população mundial.

¹ O tema de ao menos duas importantes gramáticas políticas brasileiras é estudado por Edson O. Nunes em “Gramáticas políticas brasileiras: clientelismo e insulamento burocrático” (2003).

² O Economist Intelligence Unit Democracy Index é compilado pela revista inglesa The Economist.

Portanto, os índices e a literatura especializada indicam que a Cultura Política brasileira e latino-americana se cristalizou na baixa participação dos cidadãos nos assuntos comunitários e da esfera pública.

Porém, e para além da participação meramente eleitoral, nada abalou mais as análises sociais e políticas latino-americanas e brasileiras que as mobilizações populares de Junho de 2013, momento em que, dotada de uma organização política nova, multifacetada, descentralizada e de diversas pautas, uma camada significativa da população brasileira engendrou protestos de rua massificados. Essas expressões de movimentos políticos contemporâneos tomaram conta da agenda de estudos das Ciências Sociais nos últimos anos e trouxeram novas categorias e paradigmas de análise política da contemporaneidade.

Ainda no âmbito da reflexão científica, pela proximidade dos eventos, este fenômeno ainda não ganhou uma ou mais publicações de peso e tampouco se espera, no mais curto espaço de tempo, compreender quais serão os caminhos que tomará, porém, caminha a largos passos para ser compreendido por meio das múltiplas características que o formaram e dos discursos e práticas que lhe conferiram inventividade e autenticidade.

Percebeu-se na literatura que tem se debruçado sobre isso, que estas movimentações, chamadas por Castells (2013) de movimentos em rede, definiram e abriram caminhos para se pensar os movimentos sociais a partir de uma característica específica: a conectividade cidadã. A conexão cibernética e, portanto tecnológica, de ambições, indignações e esperanças com intuits e vertentes ideológicas variadas, desde a derrubada do regime político à exigência de novas formas de democracia e participação cidadã fizeram parte das reivindicações em rede.

Neste sentido, como afirma Lévy (1999), o ciberespaço em si, se tornou uma ferramenta essencial para a democracia e para o aprimoramento de uma inteligência coletiva³ dos cidadãos. Além de poderem ser colocadas a serviço de regiões e cidades com vulnerabilidade social e servir como um instrumento de desenvolvimento social, como forma de se constituir cidades e democracias eletrônicas, ele facilitou a troca de experiência, de saberes, a ajuda mútua, um aumento na participação dos cidadãos nas decisões políticas e, por fim, uma conjugação de forças para o avanço da cidadania. O autor supracitado enfatiza também que, apesar da necessidade material de equipamentos em rede, o ciberespaço provoca e necessita de uma grande reforma das mentalidades, de organização social e também dos hábitos políticos.

³O conceito de Inteligência Coletiva é utilizado por Pierre Lévy para designar formas de os seres humanos pensarem e compartilharem conhecimentos, por meio de ferramentas mecânicas, como por exemplo, a internet. Com ela, os próprios usuários geram seu conteúdo e seu próprio tipo de interatividade.

Estas características cibernéticas contemporâneas, somadas à grande participação popular nos protestos, suscitaram a comparação científica com duas das experimentações democráticas mais perceptivas da história política recente do Brasil: os Caras Pintadas, no processo de impeachment do então Presidente Fernando Collor, em 1992, e o movimento pela redemocratização brasileira chamado de Diretas Já, em 1984.

O que se viu nestes ciclos de protestos⁴ brasileiros, em comparação a 2013, foi a ocupação contestatória e simbólica do centro do capitalismo brasileiro (a cidade de São Paulo), em passeatas marcadas pela alegria e a espontaneidade juvenil, ou ainda bandeiras vermelhas contrastando com as verdes e amarelas dos símbolos nacionais.

Especialmente nas jornadas de Junho de 2013, no entanto, não se presenciaram carros de som ou comícios para discursos destacados da multidão, nem liderança partidária ou *lobby* para o apoio político de lideranças regionais. Muito menos a aceitação da presença de partidos políticos. Estes eram rechaçados pela maioria dos manifestantes.

O foco de intervenção das manifestações também divergiu dos outros dois movimentos, que em suas especificidades, buscavam uma atuação direta sobre o parlamento brasileiro, seja para que aceitasse o pedido de impeachment do Presidente em 1992 ou para a convocação de eleições diretas para Presidente em 1984. Nesses dois casos, era o parlamento que protagonizaria a mudança política, por meio da pressão popular.

Junho de 2013 mostrou-se avesso a isto e, seguindo o mote político do Movimento Passe Livre (MPL), sufocou o Poder Executivo, protagonizando o maior número de atos públicos em um curto espaço de tempo, parando as cidades, para enfim, os indivíduos terem sua parcela de protagonismo político em detrimento a qualquer tipo de poder institucionalizado (TATAGIBA, 2014).

Como explica Scherer-Warren (2014), não podemos atribuir aos protestos de rua de Junho de 2013 o status de movimentos sociais, pois estes, em sua conceituação clássica, possuem tipos diversos de organização institucional, com um objetivo que o coloca em uma certa duração de tempo, seja por pautas específicas ou por um conjunto mais sistêmico de reivindicações.

Neste bojo, apenas o catalisador das manifestações de rua de 2013, o MPL, pode então ser classificado como um movimento social em essência. No entanto, sua capacidade de ação e de mobilização superou o esperado para um movimento até então conhecido apenas

⁴Por ciclos de protestos entendem-se fases de intensificação de conflitos entre sociedade civil e Estado, nos quais diferentes atores participam em protestos públicos com uma intensidade e ritmos maiores que os constatados regularmente. Com frequência, estes ciclos demandam respostas dos representantes políticos, que costumam mesclar a incorporação das pautas dos movimentos à repressão policial (TARROW, 2011).

pela questão política que representava: a reversão do modelo de transporte coletivo e da noção do uso do espaço urbano nas cidades brasileiras.

De modo geral, de acordo com a autora, podemos classificar Junho de 2013, assim como as Diretas Já e os Caras Pintadas, como manifestações amplas da cidadania e/ou dos “indignados”. Isto significa dizer que as características de ambos os ciclos de protestos envolvem:

agregados de múltiplos coletivos no espaço público com reivindicações conjunturais, mas frequentemente com protestos politicamente heterogêneos, diversificados, e podendo conter antagonismos políticos explicitados ou não, e mobilizados especialmente através das redes sociais e/ou virtuais (SCHERER-WARREN, 2014, p. 14).

Enquanto movimento social, o desejo ou causa política principal do MPL foi e é a ampliação do direito ao transporte, do acesso à cidade negado aos moradores da periferia, começando pelo acesso dos estudantes e da juventude ao direito ao lazer e cultura fora da escola ou da universidade, proporcionando por fim, a tarifa zero no transporte coletivo urbano de forma universal. Esta demanda social está ligada à reforma urbana, discutida em várias cidades brasileiras, mas que ganha centralidade em metrópoles como a cidade de São Paulo, na qual a mobilidade é reduzida.

O estopim das mobilizações partiu, portanto, da mobilização do MPL para a redução das tarifas na cidade de São Paulo, que passaria de R\$3,00 para R\$3,20. Este aumento acompanhava o discurso de representantes políticos que afirmavam que era preciso cuidado com a aplicação de tarifas públicas, por conta de uma crise econômica global que se aproximava e, que ajustando tarifas e impostos no geral, o equilíbrio financeiro poderia minimizar os efeitos da crise.

Devido à indignação mundial que propagandeava em certa medida a participação popular como caminho para mudanças – falar-se-á delas em seguida –, o MPL não conseguiu e tampouco desejou controlar as pautas que se somaram à da redução de tarifas. Na medida em que a violência policial reprimiu a primeira grande manifestação, outros atores se envolveram e incorporaram-se ao processo de mobilizações, trazendo questões de organização do movimento como as representadas pelas frases: “cada pessoa um cartaz” e “não é só por R\$0,20 centavos”. Ou seja, todo tipo de reivindicação cabia, desde que reivindicasse o conceito de mudança (MARICATO, 2013; TATAGIBA, 2014).

Encontrou-se, portanto, guarida para que tantos quantos objetivos ou pautas de mudança necessárias fossem introduzidas em um mesmo protesto. À redução das tarifas, acabaram somando-se pautas progressistas de ampliação dos direitos sociais, maior

participação popular, respeito aos direitos das minorias sociais como a legalização do aborto e dos direitos sexuais e de homossexuais e, também, por outro lado, pautas conservadoras por uma maior militarização da sociedade e da condução política, a redução da maioria penal e críticas ao avanço de direitos e políticas sociais, centradas principalmente no Programa Bolsa Família.

Conforme afirma Tatagiba (2014), as Jornadas de Junho assim como em 1984 e 1992, fizeram uma disputa simbólica com os grupos do poder institucionalizado e a mídia hegemônica. Esse tipo de disputa passa, por exemplo, pela presença da cor verde e amarela da bandeira brasileira, que era contrastada com o preto do luto (pela situação política do país) e o vermelho da luta (dos partidos de esquerda, organizações políticas e movimentos sociais clássicos).

A corrupção no sistema político gerou igualmente sentimentos coletivos de indignação que suscitaram expressões também simbólicas como “o gigante acordou”, “ou para a corrupção ou paramos o Brasil” ou “verás que um filho teu não foge à luta”. Essa construção e disputa simbólica tomou grandes proporções a partir da forte repressão policial da manifestação do dia 13 de Junho, que aumentou a visibilidade nacional dos protestos, e fez com que outras cidades pelo país também se mobilizassem, causando a incorporação de outras pautas como o questionamento acerca dos gastos com a Copa do Mundo de futebol no Brasil, que se realizaria em 2014, além do uso inadequado e/ou desproporcional do aparato policial em manifestações populares e em remoção de populações para dar lugar à empreendimentos privados.

A mídia hegemônica, formada pelas redes de televisão, jornais e revistas de grande circulação nacional e sites ligados a grandes conglomerados de comunicação, oscilavam o discurso acerca das manifestações, forjando uma dualidade interna dos movimentos entre os que lá estavam “para se manifestar ordeira e pacificamente” (com os trajes verdes e amarelos) em contraposição aos “vândalos ou baderneiros” (que trajavam preto e/ou carregavam a simbologia anarquista) e, ainda, os “oportunistas” (com as bandeiras vermelhas).

A disputa simbólica dos protestos proposta pela imprensa girava em torno de dois matizes principais: protesto não violento *versus* protesto violento e com ou sem presença de militância partidária. Essas duas nuances estavam presentes em praticamente todas as manchetes ou notícias de jornal televisivo, inclusive nas transmissões ao vivo.

A disseminação deste tipo de avaliação midiática deflagrou, de certo modo, o grande rechaço de parcela dos manifestantes a militantes partidários de qualquer tipo ideológico e

também à disputa interna nos protestos pela presença ou não de formas violentas de manifestação, que já eram presenciadas em outros lugares do globo.

Desse modo, a violência e sua estética foram a grande novidade das Jornadas de Junho de 2013 em relação aos outros ciclos de protestos no Brasil. Confrontos abertos com a política institucional e com a polícia, tentativas de ocupação da sede de Legislativos e de Executivos, carros de emissoras de televisão queimados, latas de lixo incendiadas e muitas vidraças de bancos quebradas fizeram parte da disputa de identidade que os protestos passavam. Combinadas estas características com a repressão e com o uso de gases e tiros de bala de borracha por parte da polícia, ditou-se o clima de grande conflito social nas ruas.

Em tempo real, as redes sociais replicavam as mudanças de discurso no decurso dos protestos, oscilando entre a crítica à corrupção, os gastos com a Copa e as Olimpíadas, o baixo salário mínimo nacional e, por outro lado, a denúncia de outros grupos criticando o uso do tema da corrupção como um pretexto para o avanço de uma ideologia conservadora, como uma guinada à direita dos protestos.

De fato, instalou-se outra nova situação nos ciclos de protestos brasileiros: a ausência de uma coordenação política hierarquizada e, uma mistura e disputa ideológica das pautas de uma mesma manifestação, por vezes, contraditórias entre si, causando certo desconforto em relação ao que se pretendia com os protestos.

No bojo da discussão da disputa ideológica das Jornadas, o filósofo Paulo Eduardo Arantes, professor aposentado da USP (Universidade de São Paulo), em entrevista ao jornal Folha de São Paulo em Outubro de 2014, afirma que

O surto de impaciência (de Junho de 2013) provocou um surto simétrico e antagônico que é o surgimento de uma nova direita, um dos fenômenos mais importantes do Brasil contemporâneo. Uma direita não convencional, não contemplada pelos esquemas tradicionais da política. A direita norte-americana, por exemplo, não está mais interessada em constituir maiorias de governo. Está interessada em impedir que aconteçam governos (LUCENA, 2014).

Além disto, e afora a disputa ideológica dos protestos, aqui entendida como disputas de posições e visões de mundo sobre a política e, que se tratará de forma básica mais adiante, a presença e papel decisivo das redes sociais é característica única de Junho de 2013 e catalisou esta experimentação democrática por meio de instrumentos como Facebook (uma rede de perfis públicos que permite o compartilhamento de informações, fotos, textos e situações cotidianas), o Twitter (espécie de micro-blog utilizado para postagem de frases de impacto, em até 140 caracteres, que também permite o compartilhamento do cotidiano), entre outras redes sociais que se proliferam na atualidade. Ainda nas primeiras manifestações de

rua, por exemplo, alguns manifestantes exibiam faixas e cartazes com escritas como “Somos a Rede Social” ou “Saímos do Facebook!”.

Percebeu-se, por meio destas características, que a cidadania brasileira contemporânea caminhou, conforme a tendência mundial, para a criação de espécies de “portfólios individuais” virtuais de ideologia, formas de pensamento e percepções sobre os regimes políticos e a economia, abrigadas em comunidades virtuais⁵ e, posteriormente, exteriorizados em forma de protestos de rua massificados.

O mesmo aconteceu em diversas partes do mundo, tanto no Ocidente como no Oriente e, em especial, primeiramente no segundo. O questionamento de regimes políticos autoritários ou com políticas antipopulares como o da Islândia, Turquia, Egito e dos países árabes se espalhou para os países da Europa e América do Norte, abalando de forma substancial o conceito clássico de movimentos sociais de países como a Espanha e os Estados Unidos da América (EUA). O questionamento da autoridade do Estado sobre a liberdade individual e, principalmente, a ausência de dignidade aos indivíduos, propulsionou um movimento global de indignação.

A lógica da industrialização e da tecnologização das relações sociais e políticas é fenômeno presente desde a Revolução Industrial inglesa, expoente do surgimento da organização social capitalista, mas é na década de 1970, com o advento da Internet e suas possibilidades de comunicação globalizada, que a tecnologia passa a ser usada como forma de, em certa medida, democratizar os debates políticos e o controle social sobre o Estado, especialmente com o uso das tecnologias da informação em rede pelos movimentos de contracultura emergentes à época.

Não há como garantir, neste aspecto, a determinação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) conforme o crescimento do sistema econômico capitalista, pois os avanços tecnológicos se mostraram muito segmentados e orientados para fins diversos, mas o conteúdo presente nas redes pode ser considerado como determinantemente influenciado pelas disputas de posições políticas dos movimentos sociais e suas pautas (CASTELLS, 1999).

Neste sentido, a criação das comunidades virtuais em rede soam como resposta à crescente desvinculação social causada pela virtualização da vida, como forma de produção e reprodução cultural de códigos e identidades individuais no sentido da autonomia da comunicação entre os homens. Esta nova morfologia social acaba por modificar, portanto, a

⁵De acordo com Lévy (1999), comunidade virtual é, simplesmente, um grupo de pessoas se correspondendo mutuamente por meio de computadores interconectados (p. 27).

operação e os resultados das experiências sociais dos indivíduos com a política, com o poder e com os sistemas culturais.

O capitalismo e todas as suas consequências, enquanto sistema cultural e econômico, parece se caracterizar como um dos principais oponentes, por vezes não declarado, dos novos movimentos sociais, devido à amplitude das pautas econômicas colocadas⁶. Porém, o próprio capitalismo apropriou-se do novo contexto de comunicação e inovação para enfim modificar também seu modo de operação, tornando-se um sistema cada vez mais descentralizado e poderoso. Ainda de acordo com o sociólogo espanhol, as

redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo (CASTELLS, 1999, p. 566)

Portanto, o tipo de sociedade em que se inserem os movimentos em rede é a sociedade em rede capitalista, globalmente estruturada, com uma rede de fluxos financeiros especulativos bem consolidada e arriscada, e investimentos tecnológicos para o seu avanço e maior consolidação crescentes.

Para isto, a criação do conceito de mercado financeiro, no qual o investimento é grande e arriscado, mas a produção de bens para a sociedade é pífia, foi fator preponderante para o surgimento de duas categorias: 1) o crescimento do desemprego estrutural nos países europeus e o crescimento da desigualdade social entre ricos e pobres, além da cristalização de uma camada social de riqueza isolada do restante da população produtiva, em que os perdedores pagam pelos ganhadores e; 2) a resposta à primeira categoria, pelos movimentos sociais em rede, através de grandes mobilizações virtuais e, posteriormente presenciais, para o questionamento deste tipo de sistema econômico e do poder institucionalizado.

As consequências desta construção social passam, por exemplo, pela constituição de uma nova camada de capitalistas, chamados por Castells (1999) de capitalistas sem rosto, ligados exclusivamente ao fluxo de informações virtuais e ao risco especulativo financeiro, com reflexo recíproco na classe trabalhadora, ou seja, novas características surgem emersas também na possibilidade de não identificação pessoal da maioria da população, por meio das redes sociais.

⁶O movimento Occupy Wall Street, por exemplo, questiona de forma veemente o grande poder econômico e político do “1% da população”, em contraposição ao restante da maioria da população que não dispõe dos mesmos benefícios.

Eis o principal tema identitário de um movimento formado por pessoas que não se identificam pessoalmente, mas sim com o uso de máscaras de um famoso conspirador inglês, conhecido como Guy Fawkes (1570 – 1606), que, por meio disto, procuram representar uma ideia de contravenção sistêmica. Estes se autodenominaram *Anonymous*.

Constituídos na forma de uma comunidade *online* desde o ano de 2003, esta articulação de pessoas atua de forma anônima contra o sistema político, segmentada ou globalmente, sendo decisiva para a grande popularidade dos protestos entre a juventude, destacadamente em relação à ideia de liberdade, autonomia e subversão da ordem que a máscara e o próprio movimento representam.

De acordo com Castells (2013), os movimentos em rede são, portanto, novas formas de indignação social e de movimentos sociais que surgem para responder a crises do sistema político, sejam elas pontuais ou estruturais, mas principalmente estruturais. São movimentos também profundamente autorreflexivos, pois se questionam permanentemente presencial ou virtualmente por meio de debates em fóruns ou plenárias.

Além da autonomia, da horizontalidade, das múltiplas formas de mobilização, da mescla de luta política territorial local-global de suas presenças e de suas pautas, da espontaneidade e da cooperação e solidariedade entre os manifestantes e com as variadas causas sociais que se apresentam em diferentes contextos sociais, a capacidade de autorreflexão dos movimentos em rede os fizeram se caracterizar como padrões emergentes de movimentos sociais, para aqueles que se propõe permanecer com objetivos temporais.

Acompanhando as exigências da desconstrução de paradigmas da sociedade do século XXI, a globalização dos anseios por mudanças alcançou proporções mundiais, e o trânsito mundial carregou as características básicas desses tipos de movimento pelas estradas da informação: descentralização, uma aparente falta de coordenação política, o envolvimento emocional do medo e do entusiasmo, a multiplicidade e generalização de pautas políticas, além de novas formas de se pensar a ideia de direitos e, principalmente, a ideia de direitos sociais.

Por meio de toda esta realidade que concerne a democracia brasileira, os movimentos em rede emergentes, as novas experimentações democráticas e a cultura e socialização política da juventude, mostrou-se interessante para este estudo selecionar a cidade de Cascavel, Estado do Paraná, que reuniu mais de 10 mil pessoas no primeiro maior protesto em 13 de Junho e 5 mil pessoas no segundo, no dia 15 de Junho. Escolheu-se este recorte territorial para, acima de tudo, adequar a viabilidade da pesquisa, porém, é certo que se, analisados outros contextos semelhantes, as mesmas características podem se apresentar.

A participação política da juventude foi expressiva e consolidou uma categoria de experimentação democrática histórica no município, nunca antes vista nos mais de 60 anos de história emancipada da cidade. Além disto, incentivou esta pesquisa a inquietação científica sobre se as atitudes e percepções da juventude sobre a democracia poderiam ou não terem sido modificadas por esta experiência democrática em curto prazo, além da atualização de dados já pesquisados por muito tempo em grupos de pesquisa sobre juventude e comportamento político na região.

O eixo em que orbita o problema desta pesquisa, portanto, é: “A experimentação democrática dos protestos massificados, a criação de comunidades virtuais democráticas e outras características dos Movimentos Sociais na era da internet fizeram variar, em curto prazo, os modos de Socialização e a Cultura Política juvenil em Cascavel/PR?”.

Se objetiva demonstrar os elementos de cultura e socialização política juvenil em Cascavel nos anos de 2012 e 2015, para, utilizando-se das experimentações democráticas vivenciadas em 2013, compreender o comportamento das atitudes políticas da juventude em relação aos movimentos em rede.

Propôs-se então para este estudo um desenho de pesquisa que levou em conta os seguintes aspectos: 1) o estabelecimento de relações entre os movimentos em rede, ciberespaço, tecnologia e a Cultura e Socialização política juvenil; 2) a caracterização geral do público e espaço de pesquisa: a juventude do município de Cascavel e, em especial, os estudantes do Ensino Médio público e suas percepções e relações com os movimentos em rede e os protestos de Junho de 2013 e; 3) a análise de dados clássicos e específicos da Cultura e Socialização política do público do estudo.

Para isto, organizaram-se quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo tratará das caracterizações gerais dos movimentos e da sociedade em rede, o ciberespaço e o lugar da tecnologia no arranjo político derivado da sociedade em rede, e o caso específico dos protestos de Junho de 2013 no município de Cascavel/PR.

O segundo capítulo trará os conceitos de Cultura e Socialização Política para a compreensão da participação juvenil no município. Com ele, objetiva-se realizar uma discussão sobre quais outros aportes teóricos assentar-se-ão as análises de dados e com quais conceitos gerais trabalhar-se-á, contemplando o caso específico dos protestos de Junho de 2013 no município de Cascavel/PR, por meio de uma análise teórica qualitativa de sua organização, manifestações e pautas locais.

O terceiro capítulo contemplará o detalhamento dos procedimentos metodológicos investidos para o estabelecimento da relação entre Cultura e Socialização política, os

movimentos sociais em rede e o público da pesquisa, com detalhamentos de amostra, formas da análise de dados, cruzamento de informações, entre outros.

O quarto e último capítulo tratará dos gráficos, resultados, cruzamento de dados e outros aspectos quantitativos, além de uma análise qualitativa dos mesmos, objetivando esmiuçar as respostas aos questionários que foram aplicados, contemplando as relações empíricas necessárias para procurar responder o problema de pesquisa levantado.

2 OS MOVIMENTOS E A SOCIEDADE EM REDE E A TECNOLOGIA COMO CATALISADOR DEMOCRÁTICO

Dentre as mudanças nos modos de socialização e sociabilidade mundiais em transformação no século XXI, e também, em especial, a partir da década de 1970, com o desenvolvimento das redes tecnológicas e da internet, os chamados novos movimentos sociais são fenômenos importantes na compreensão das novas formas de solidariedade criadas pelos sujeitos na ação política coletiva. Tema recente e gerador de divergências, as análises destes movimentos caminham por diversos paradigmas nas Ciências Sociais.

Diante do arcabouço teórico da área, poder-se-ia engendrar a pesquisa no sentido de relacionar o fenômeno ao paradigma da ação coletiva da Escola de Chicago de Blumer (1939)⁷, à mescla desta com a teoria da ação social de Parsons, como fez Goffman (1959)⁸, ou ainda, o relacionar à teoria ou lógica da ação coletiva de Olson (1965)⁹.

Em todos se pretenderia relacionar um fato contemporâneo com uma teoria clássica e todos teriam, de algum modo, um fundamento sustentável de análise no contexto do problema de pesquisa apresentado. Porém, escolheu-se o paralelo do objeto desta pesquisa com a teoria de Cultura Política de Almond & Verba (1965) por sustentar, com o auxílio da teoria contemporânea, a compreensão da mudança nos padrões de comportamento político na esfera pública, trazidas pela crescente consolidação de uma espécie de solidariedade digital dos indivíduos, caminho aberto para novas formas de participação e flexibilidade na prática política, com novas atitudes em relação à mesma.

Esta forma inédita de se estabelecerem na vida cotidiana novas atitudes individuais e coletivas em relação à política e ao sistema político legitima a Cultura Política como forma adequada de escolha para esse estudo. Não se pretende, nesta pesquisa, tentar explicar o funcionamento e toda a gama de reflexos sociais que trazem e ainda trarão as novas formas de movimentos sociais, e nem explicar o fenômeno em si. Pretende-se sim, apreender algumas de

⁷Gohn (1997) atribui ao interacionalismo de Blumer e da Escola de Chicago a visão dos movimentos sociais como reações psicológicas às privações socioeconômicas, unindo estudos institucionais aos psicossociais. O desenvolvimento da ideia de comunidade e de educação para o povo são pressupostos básicos. Além disto, as situações de inquietação social gerariam movimentos genéricos, específicos e/ou expressivos, resultado de motivações de plano individual e psicológico.

⁸Gohn (1997) afirma que Goffman pertence à corrente que relacionou o comportamento coletivo humano à ótica funcionalista da sociedade de Durkheim e Parsons, na qual os conceitos de anomia (Durkheim) e organização/desorganização (Merton) foram utilizados para conceber os movimentos sociais como resultados do desajuste da ordem social e ligá-los conceitualmente à ideia de marginalidade.

⁹Gohn (1997) afirma que Olson elaborou sua lógica da ação coletiva sobre o pressuposto individualista, conferindo a cada indivíduo um interesse particular, que possibilitaria ser superado em nome do interesse grupal, gerador dos movimentos sociais. Neste caso, em um balanço entre bônus e ônus, o indivíduo atribui a cada ação uma lógica coletiva ou não.

suas características, seus reflexos no público da pesquisa e a sua contribuição na mudança ou continuidade dos padrões de cultura e socialização política.

Para tanto, escolheu-se uma análise baseada na literatura especializada mais destacada sobre o assunto: o conceito de movimentos em rede, inseridos em uma sociedade em rede, amplamente conhecida por meio do sociólogo Manuel Castells (1999; 2013). Os conceitos de sociedade e de movimentos em rede permitem compreender os movimentos sociais como tensões e conflitos sociais tratados particularmente nas instituições sociais como a Economia, a Política, a Educação, as Classes Sociais, diante de suas conexões e comunicações globais, projetados coletiva e organizadamente no espaço público e na arena política por meio da conectividade virtual cidadã.

Como já exposto, essas projeções são permeadas pelos padrões de cultura e de socialização política, que orientam segmentadamente a participação política dos cidadãos na conquista, ampliação ou manutenção de direitos.

2.1 Formação e possibilidades das comunidades virtuais

Pra iniciar, grandes questões-problemas teóricas desta pesquisa se colocam: a virtualidade das relações sociais, estabelecidas com o advento da tecnologia, é transformada em ações práticas e/ou reais no terreno político? A implementação de comunidades virtuais de debate político gera laços sociais suficientes para a ação política concreta? Enfim, a Rede – com inicial maiúscula para referir-se à configuração social gerada pela integração global tecnológica – contribui em quê para os movimentos políticos?

De antemão, como afirma Lévy (1999), a internet e as tecnologias da comunicação, geraram uma grande possibilidade de se constituir como uma nova categoria de democracia, que acumulasse em si as experiências democráticas clássicas, o anseio pela autogestão da vida e das comunidades, somadas às novas tecnologias.

Essa democracia, chamada pelo autor de “democracia eletrônica”, possibilita, acima de tudo, a expressão e elaboração dos problemas das comunidades locais, por diferentes atores, proporcionando maior participação cidadã nas decisões políticas, maior transparência na aplicação de políticas públicas e a avaliação destas pelos próprios sujeitos das comunidades físicas.

Castells (1999), por sua vez, se utiliza de vários estudos sociológicos, psicológicos e até mesmo exemplos empresariais e comunitários para afirmar que estas questões apresentam certos vícios teóricos, apesar de não perderem sua pertinência.

Há que se destacar, em primeiro lugar, que o surgimento destas novas formas de comunidade de reuniões *online* de pessoas possui, em si, um objetivo essencial: agrupar individualidades reais, com suas identidades e convicções em torno de interesses e/ou objetivos comuns. Esta característica fundamental possibilita que, através da proposta e da promessa do que se constituem as comunidades virtuais, indivíduos isolados na realidade consigam expressar-se e, portanto, fortalecer novas formas de sociabilidades reais ou físicas de forma coletiva, adaptadas à nova realidade social.

A possibilidade de transformação das reuniões virtuais se transformarem em reuniões físicas foi respaldada por teóricos como Howard Rheingold, William Mitchell e Sherry Turkle, que viam nas comunidades virtuais novas formas de vida urbana e de sociabilidade, permitindo novas construções e expressões identitárias e desempenhos diferenciados de papéis sociais.

De outro prisma, a construção do conceito de comunidade virtual é facilmente confundida com uma realidade social idealizada ou ilusória, visto que o acesso às condições reais da vida social seria limitado pela pequena gama de sensibilidade social que as redes comportam, dadas e vividas em condições reais diferentes das colocadas em rede. Porém, como comunidades virtuais e comunidades físicas não precisam, necessariamente, serem consideradas opostas, Castells (1999) afirma que a constituição e consolidação de comunidades virtuais são apenas outra forma possível do conceito de comunidade, com dinâmicas e leis singulares, que podem interagir com outras formas de comunidade.

Desta forma, os vínculos e práticas sociais que se formam nas redes virtuais são dimensões possíveis, especializadas e diversificadas de satisfação de interesses sociais também específicos e diversos, em que

tanto *off-line* quanto *on-line*, os laços fracos (da modernidade) facilitam a ligação das pessoas com diversas características sociais, expandindo assim a sociabilidade para além dos limites socialmente definidos do auto-reconhecimento. Nesse sentido, a Internet pode contribuir para a expansão dos vínculos sociais numa sociedade que parece estar passando por uma rápida individualização e uma ruptura cívica. (CASTELLS, 1999, p. 445)

Esta desvinculação social crescente teria nos vínculos virtuais um refúgio ou uma possibilidade de vínculos sociais mínimos para as pessoas que, ao contrário disto, viveriam apenas vidas sociais muito limitadas se, apenas na vida física, sobrevivessem somente com os vínculos cada vez mais espacialmente dispersos da sociedade contemporânea.

No âmbito da política, nos lembra o autor, grupos fundamentalistas cristãos, a milícia norte-americana dos EUA e os zapatistas do México, bem como órgãos governamentais europeus, já se utilizavam e encontraram na *web* e nas comunidades virtuais de debate novos estímulos para a organização, a participação política e o aprofundamento da democracia local, além da utilização dos mesmos instrumentos por representantes políticos ou candidatos para a massificação de propaganda política com possibilidade de interação.

De todo modo, caberia às Ciências Sociais estudar o fenômeno da virtualização das comunidades como uma produção e reprodução cultural e, partindo deste pressuposto, este novo tipo emergente de comunidade não seria apenas uma espécie de indução à realidade virtual, mas a construção de uma realidade virtual, pois toda realidade cultural advém da formação, assimilação e reprodução de símbolos formadores daquela realidade. Em outras palavras, “a realidade, como é vivida, sempre foi virtual porque sempre é percebida por intermédio de símbolos formadores da prática com algum sentido que escapa à sua rigorosa definição semântica” (CASTELLS, 1999, p. 459).

O novo sistema de comunicação humana que se coloca, portanto, proporciona além da reprodução cultural da vida física nas comunidades virtuais, a inclusão e uma maior abrangência das expressões culturais, sejam individuais ou coletivas. Dentre os fatores que as caracterizam, tem-se que a diversificação, a multimodalidade e a versatilidade deste sistema que são capazes de lidar com valores, com a moral, com o imaginário e também com os conflitos sociais, gerando uma queda de importância do poder simbólico de instituições tradicionais presentes fora das comunidades virtuais como a religião, a autoridade, os valores tradicionais, as ideologias políticas e a autoridade carismática.

Esta correlação de forças entre o tradicional e o emergente gera, portanto, uma espécie de disputa social não mais inédita na história da humanidade, que se expressa na tentativa de adaptação da liderança carismática, da moralidade e dos valores ao novo contexto social da informação, podendo inverter a lógica de que, por exemplo, são os fluxos de poder que movem a política ou qualquer outro âmbito da vida social, mas sim onde é o poder dos fluxos da informação que exercem força maior na determinação da realidade social.

Em outra dimensão, a sociedade em rede, que devido à sua alta capacidade de flexibilização e de autonomia na autoconstrução comunitária, transforma também duas categorias sociais de suma importância para a vida social em duas categorias diferenciadas. A primeira, o espaço, que sofre de uma desconfiguração de sentido cultural, histórico e geográfico, ocasionando em determinados casos perda de identidade coletiva ou individual, mas construção ou reconfiguração de outras. A segunda, o tempo, é ofuscada, já que passado,

presente e futuro podem ser programados para interagir entre si em uma mesma mensagem (CASTELLS, 1999).

Compreender que estes fenômenos não estão descolados de uma trajetória histórica faz refletir que, em certa medida, o avanço tecnológico e, logo, a criação de comunidades virtuais estiveram associadas a demandas sociais concretas dos indivíduos e de instituições. Há, por exemplo, uma grande coincidência histórica entre a concentração do poder sobre os comandos da informação e de novas tecnologias e algumas crises econômicas, sobretudo a crise americana do petróleo da década de 1970, na qual era desejável o maior controle possível sobre tudo o que poderia transformar-se em armamento inimigo e, além disto, o que poderia transformar-se no retorno da crise de guerra vivenciada entre americanos e soviéticos. Ou seja, em grande parte, a dinâmica macrosociológica da tecnologia é associada à dinâmica da reestruturação do sistema capitalista após a Segunda Guerra Mundial.

Em última análise, se não pudermos considerar o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente o desenvolvimento das comunidades virtuais, como intrínseco a um processo de reestruturação sistêmica do capitalismo, devemos considerar que o seu conteúdo sim foi decisivamente delineado por este contexto histórico de expansão (CASTELLS, 1999).

Por fim, se considerarmos que a expansão da tecnologia, somada aos benefícios dela ao sistema capitalista – principalmente no que tange o surgimento do mercado financeiro especulativo – à criação das comunidades virtuais como espaços de produção e reprodução simbólica e de criação de vínculos sociais, vemos que suas possibilidades de ação política real são também reais e possíveis.

Assim, a virtualidade das relações sociais, além de não ser produto artificial, criado apenas para atender demandas isoladas do sistema social, é igualmente, geradora de práticas reais, justamente por ser reflexo destas e, desta forma, a geração de comunidades virtuais de exercício da democracia ou da participação, geram os laços de solidariedade necessários para a ação política concreta na medida em que esta é necessária, debatida e decidida pelos indivíduos e grupos *online*.

Elas estão, enfim, diretamente relacionadas ao modo como a socialização política e a sociabilidade contemporâneas existem e se expressam nas atitudes, comportamentos e orientações gerais dos indivíduos. São expressões de uma sociedade em rede que, agora organizadas no espaço democrático, deram nascimento aos movimentos sociais contemporâneos e sua interlocução com a tecnologia e à conectividade cidadã.

2.2 O conceito de tecnologia e os movimentos sociais na era da Internet

Indignar-se foi, nos padrões rígidos de sociabilidade das sociedades do início do século XX (de relações sociais ainda mecanizadas, resquícios das profundas mudanças do século XIX), um ato transgressivo, a ser repellido e evitado pelos sistemas políticos. O século das revoluções, portanto, foi também o século das contrarrevoluções.

Isto não significa que os paradigmas mudaram na virada do século. A repressão e coerção física do monopólio legítimo do uso da força do Estado continuam defendendo as cercas que dividem as aspirações revolucionárias, dos interesses políticos das classes representativas.

A propósito disto, a modernidade lançada pelo século XIX, como um tempo histórico de intensas mudanças de paradigmas, ou uma passagem de uma razão instrumental e um coletivismo latente para um individualismo e uma desvinculação das ideias de grupo, classe e de sociedade; trouxe, para as sociedades ocidentais, o grande desafio de desenvolver-se em consonância com os interesses e paixões individuais, dada a importância fundamental que passam a ter os direitos individuais.

Neste ponto, existiu ainda uma grande permanência das antigas formas de relações, pois a maioria das expressões de modernização foi dada através da subordinação de alguns países a um poder colonial que aumentou a distância entre as elites ocidentais e os povos tradicionais ou de resistência à modernidade, criando uma espécie de modernização conservadora (TOURAINÉ, 2011).

Esta colonização ou modernização conservadora acabou por impor aos movimentos de indignação alguns impeditivos de ordem prática, como a desmobilização dos indivíduos incentivada pelo Estado e seu aparato e, de ordem moral, cristalizando a indignação como umas das formas de expressão de possíveis histerias sociais a serem repelidas e exterminadas.

A introdução da tecnologia neste contexto surge como elemento novo ao se constatar que as tecnologias de poder e coerção mecânicas passavam, gradativamente, a tomar formas virtuais, mantendo do mesmo modo suas características de biopoder e, ao mesmo tempo, passando a exigir cada vez mais respostas dos indivíduos, grupos e do Estado formas de disputa por essa nova arena do espaço público.

É sobre aquela colonização e para os países subalternados atingidos pela modernização e suas consequências tecnológicas e sociais que Álvaro Vieira Pinto (2009) descreve seu conceito de tecnologia, mesclando uma análise filosófica da técnica e da tecnologia, com a defesa de um tipo de descolonização destes países, por meio da função social de análise e crítica de intelectuais e pensadores sobre o assunto.

Desse modo, parte-se do pressuposto que o salto qualitativo e ontológico que realiza o ser humano com a criação e o emprego da técnica, delimita a ação individual como determinantemente relacionada ao meio em que se aplicam tais instrumentos. Em outras palavras, o emprego das tecnologias e seus fins comerciais e também políticos passam a ser entendidos como repercussões de uma realidade dada social e historicamente.

Por este modo, a prática da técnica conduz à modificação das idéias, podendo alterar as existentes, anulá-las ou introduzir outras, novas. Representa portanto inequívoco fator de constituição de conteúdo da consciência individual, modelada pela realidade social, em consequência do modo segundo o qual é recebida pelo conjunto da atividade de cada elemento pessoal (PINTO, 2009, p. 321).

Deste prisma, não se pode dissociar a existência das comunidades virtuais da necessidade social a que elas se destinam e, nem dissociá-las da existência concreta dos indivíduos, que as utilizam dos mais variados modos. As necessidades para que se (re)produzam são diretamente relacionadas, portanto, ao grande e constante processo de virtualização da vida política, da mobilidade humana e da necessidade premente de liberdade de expressão trazida pelos direitos e liberdades individuais.

As ideias individuais, ou a mudança de paradigmas em relação à tecnologia, passam a encarar as redes sociais e a internet de modo geral, como um meio de autopromoção de direitos, de liberdade e adequação a tantas quantas forem as necessidades de consumo e de expressão simbólica e real trazidas pelo sistema capitalista e suas consequências.

Nesse sentido, as técnicas, as tecnologias e seus produtos não são isentos de um processo de ideologização programada pelo sistema social. O mais simples uso de equipamentos importados, por exemplo, caracteriza não só a cultura do país exportador como superior à do importador, como também carrega simbologias e ideias de consumo e de realização que só podem ser contempladas com aquele produto e suas constantes atualizações, todas produzidas naquele país. Isto acaba por gerar um rebaixamento da cultura local e a noção de que a “boa” tecnologia só se faz fora dali (PINTO, 2009).

A grande proposta a que se recorre aqui é tratar os resultados do emprego tecnológico e da própria produção da técnica, como a utilização das redes virtuais para a organização ou manutenção de manifestações políticas, como passíveis também de influências históricas e sociais que fogem da regra individual da escolha por este ou aquele perfil político de manifestação, do uso ou não de determinadas formas de organização ou de protesto e até mesmo da definição desta ou daquela ideologia política a seguir, mesmo porque estes movimentos não se pretendem definidos, ou seja, a regra é a indefinição.

Cabe aqui ressaltar que, além das orientações individuais gerais e do comportamento político dos cidadãos, são as necessidades reais e, portanto, históricas e sociais das comunidades que levam à mobilização política. Do mesmo modo, admitindo que os movimentos sociais na era da internet ainda guardam uma relação indefinida com a ideologia política em seus conceitos filosóficos e sociológicos clássicos, não se pode considerar apenas um dos dois primas de análise, sob pena de se incorrer no ocultamento de variáveis importantes.

Considerando estas influências, a disputa ideológica realizada pela mídia hegemônica e pelas diferentes organizações políticas institucionais ou não sobre os protestos de Junho de 2013, podem ser entendidas como uma expressão da realidade polarizada politicamente em que se encontra o Brasil e os países que sofrem das crises econômicas mundiais cada vez mais recorrentes.

A disputa também sobre a juventude e seus rumos colocou aos partidos e à institucionalidade política o desafio de satisfazer os anseios das ruas, readaptando práticas e formas pelas quais operavam. Dado disto é a rápida e pública resposta governamental, nos âmbitos municipal, estadual e federal às grandes manifestações que pediam por mais saúde, educação, transporte público e menos corrupção.

Apesar da pouca eficácia desta resposta até os dias atuais, o fato de ela ter sido dada em um período ao mesmo tempo curto – acompanhando o fluxo das redes – mas com aplicação distante, demonstra que disputar ideologicamente os rumos e as características dos protestos era tarefa primordial para a não desestabilização política do país e da constituição atual do Poder Executivo e Legislativo.

Assim, além das respostas de governos municipais e estaduais por meio da redução de impostos sobre empresas de transporte coletivo para redução de tarifas, o Governo Federal também lançou, em cadeia nacional de TV e rádio, cinco eixos fundamentais de tentativas de mudança referentes às reivindicações: 1) Responsabilidade fiscal e controle da inflação; 2) Plebiscito para formação de uma constituinte sobre reforma política; 3) Saúde; 4) Educação e 5) Transportes.

As tentativas esbarraram na forma de governabilidade praticada pelo Governo Federal e, tiveram no Congresso Nacional interpretações diferentes, culminando em 2015 em propostas por vezes diferentes das reivindicadas majoritariamente nas ruas, como a redução da maioria penal e uma minirreforma eleitoral¹⁰.

¹⁰A minirreforma eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional em 2015 se trata do Projeto de Lei (PL) 5735/13 e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 182/2007, que apenas limitou gastos de doações de empresas a

Além disto, nota-se também na intensa cobertura midiática dos protestos, uma disputa ideológica pelo lugar e pelos graus de violência e sua estética nas manifestações. Essa disputa envolveu não apenas a rede televisiva, como também os grandes e pequenos jornais e conglomerados da comunicação, que passaram a tecer análises rápidas sobre cada passo dos protestos, praticamente em tempo real.

O que se pode perceber é que, como afirma Pinto (2009), a tecnologia não é somente produção de equipamentos para a utilização neutra do destinatário, mas sim um instrumento ideológico de dimensão política, que pode caminhar por variados passos: incentivar, colocar na apatia, entusiasmar ou entristecer. Conceber os movimentos em rede desta forma nos permite compreender com mais evidência as múltiplas possibilidades que a ideologia, as visões de mundo e que a própria tecnologia dão à modernidade. Em suma, a inserção dos movimentos em rede na chamada era tecnológica é, essencialmente, uma produção também ideológica, portanto, sem uma neutralidade política definida.

Contudo, não é possível separar este tipo de modernização, dos comportamentos individuais que levam a sociedade do século XXI a uma comunicação individual autônoma para a crítica ao seu sistema político ou sua representação política, pois a individualização das referências sociais e, portanto, políticas, permitem que se abra nos seios das sociedades imensas crises de representação. Essas crises são abertas pela intensa criação de novos paradigmas de visão do mundo político, que acabam por enaltecer e fazer crescer as críticas aos sistemas representativos e a suas falhas específicas.

Defende Castells (2013) que, ainda que as forças do Estado – órgão que mantém as classes representativas – reprimam a indignação nos dias de hoje, um sistema político age também na criação de significados no imaginário dos indivíduos, o que facilita a dominação e a prática dos projetos de poder. Este paradigma segue a lógica da modernização, substituindo as ações em torno do social e do coletivo, para ação sobre o indivíduo ou sobre os sujeitos e atores.

Esta construção de significados sociais é, para os movimentos sociais de hoje, processo constitutivo de uma sociedade que se moderniza e muda no sentido da autonomia da comunicação entre os indivíduos. Sendo assim, o poder da comunicação numa sociedade em rede, ou seja, em uma sociedade que estabelece laços individuais em diversos âmbitos da vida social, é fundamental para se entender o porquê de a indignação tomar as ruas e causar a repressão com tamanha força e rapidez.

partidos políticos e campanhas eleitorais, modificou regras para tempo gratuito de TV e prestações de contas e quantidade de candidatos.

Construir significados para a prática coletiva não significa apenas incentivar ou fomentar a criação de redes políticas no imaginário social, mas sim agir sobre o comportamento humano, modificando as concepções de estrutura e formatação das atitudes dos cidadãos, concepção que evidencia que:

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas formas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS, 2013, p. 18)

É imperativo considerar que a contestação ao poder, em seu sentido literal, se difunde com muito mais intensidade neste contexto, formando uma multidimensional organização em torno de redes dos mais diversos domínios das atividades dos indivíduos, inclusive os mais pessoais e/ou profissionais, de acordo com valores e interesses diversos. Para isso, as redes sociais de comunicação em massa autônomas, livres do editorial de imprensa, estabelecem novos olhares e formatos às instituições políticas.

Para além da internet, os espaços urbanos também são ocupados, compreendendo que é fundamental para a existência dos movimentos sociais a sua materialização, ou seja, sua manifestação real nas ruas e no espaço público. Assim, os espaços urbanos ocupados pelos movimentos em rede desempenham, além do já exposto, um importante componente na história da mudança social, proporcionando à prática contemporânea dos movimentos sociais possibilidades como: 1) a criação de comunidades de proximidade; 2) maior poder simbólico ao movimento social e 3) a construção de espaços políticos híbridos entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado (CASTELLS, 2013).

Tais características contribuem como elementos essenciais para a vida e manutenção dos movimentos sociais, uma vez que as comunidades de proximidade são mecanismos fundamentais para a superação do medo da ação coletiva, ao passo que, ao se juntar a uma área ocupada pelo movimento social, outros e mais cidadãos podem participar do movimento sem estar ligado a alguma ideologia política ou organização burocrática, mas sim, por seus próprios motivos.

Ainda assim, uma vez ocupando áreas em que o poder do Estado domina, os movimentos em rede geralmente conseguem representar que a ocupação simboliza a

reivindicação do uso do espaço público e o querer por uma democracia real, ou apenas por democracia. Este controle coletivo do espaço, acima de tudo, também representa o controle das vidas das pessoas, podendo, com a construção de espaços híbridos de atuação política, transformarem-se em comunidades instantâneas de prática transformadora, livres dos interesses dominantes.

Compreender esses movimentos, suas práticas, modos de operação e sua presença inédita no cenário brasileiro passam necessariamente por compreender os contextos políticos, a situação geracional dos operadores da tecnologia e das redes e a forma como todos esses elementos confluem para a materialização dos anseios democráticos.

No próximo capítulo, discute-se, por meio de uma das análises possíveis sobre a democracia e a Cultura Política brasileira, a contribuição dos movimentos em rede para a socialização política dos jovens e, especialmente, do presente objeto de pesquisa.

3 SOCIALIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA: PARADIGMAS PARA COMPREENDER A PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM CASCAVEL/PR

3.1 Democracia brasileira e juventude: entre procedimentos e (sub)culturas políticas

Os processos de democratização e redemocratização passados pelo Brasil, mesmo que ainda em constante aprimoramento, são processos que, além de sintonizados com a média da evolução democrática na maioria dos países da América Latina, fazem parte de uma dinâmica intensa de aprimoramento das estratégias políticas, valores e identidades nacionais que possibilita aos grupos e indivíduos criarem e sustentarem novos modos de sociabilidade política e organização do mundo político no dia-a-dia.

De um lado, formalmente, podemos interligá-los à evolução constante das instituições democráticas como os espaços de participação popular, a consolidação do Congresso Nacional e do sistema de pesos e contrapesos executados pelos três poderes da República, além de um sistema eleitoral que é viabilizado com frequência para que os cidadãos possam escolher sua representação política. Por outro, o avanço das instituições políticas democráticas não é diretamente proporcional ao desenvolvimento das atitudes, comportamentos e sentimentos de pertencimento e controle social das instituições por parte dos cidadãos.

Por muito tempo, conforme a teoria de Cultura Política, poder-se-ia dizer que este avanço aconteceria no momento em que os países em desenvolvimento democrático chegassem a um patamar econômico razoável, quantitativamente parecido com os países de democracia consolidada, que proporcionasse a participação plenamente cívica, estando numa equação harmônica de desenvolvimento – democracia.

Também ocorreram nestas discussões teóricas, a importância dada a outros tipos de equação como democracia – desenvolvimento, que privilegiava o avanço da democracia como reguladora dos mercados de economia nacionais e, da equação desenvolvimento institucional – democracia, que parte da premissa de que fatores como regra da lei, fiscalização, transparência, corrupção, instabilidade política e empoderamento formal são influenciados pelo estágio de uma democracia política.

Nesses casos, “a democracia representativa que se institucionaliza a partir das últimas três décadas é construída com base na representatividade via instituições políticas responsáveis que teriam a incumbência de mediar as demandas entre Estado e sociedade via partidos políticos” (BAQUERO, 2013).

Na Ciência Política, as características culturais da política foram, ao longo dos tempos, sendo minimizadas em relação ao aspecto institucional deste campo. Acreditou-se muito, pelo olhar institucionalista, que o modo como um povo recebe e responde culturalmente sua estrutura política não fazia parte de um campo privilegiado de análise política. Muito desta descrença nas análises de Cultura Política se devem ao mote determinista e de característica ideológica liberal de seus primeiros estudos. Atualmente, em contraponto, crescem estudos de cultura política voltadas para a tentativa de desvelar os meandros culturais e ideológicos que envolvem os sistemas políticos capitalistas e sua forte impregnação nos sistemas culturais do Ocidente.

Entretanto, constantes debates têm ainda tentado desvelar as características culturais que permeiam o universo da democracia no que concerne, principalmente, à relação das instituições políticas, de partidos e de parlamentos e parlamentares com os cidadãos, ou enfim, um desafio de identificar e analisar os traços culturais e constâncias de ação e de comportamento político dos cidadãos em relação aos seus canais de comunicação com o sistema democrático.

Remontando algumas das origens epistemológicas da teoria culturalista da política, podemos inserir como base o pensamento de Weber (1999), que inseriu nas análises sociais, de modo geral, o estudo das sociedades enquanto um estudo das motivações subjetivas dos agentes sociais, teorizada no conceito de *ação social* ou *ação coletiva*. No entanto, a tentativa de compreensão da ação subjetivamente arquitetada se torna mais importante que a ação objetivada em si, em relação a outros agentes. Essa concepção de um estudo sociológico, Weber (1999) proporciona em “Economia e Sociedade”.

Uma das problemáticas sentidas nesta teoria é que, com esta “psicologização” da política, forma weberiana do contexto sócio-histórico do surgimento da Sociologia, o autor passa a desestimar o modo como operam as estruturas econômicas e políticas nas ações concretas dos indivíduos, relegando os determinantes da ação social a um puro e simples montante de relações sociais desprovidos, em boa medida, das motivações históricas impostas aos agentes sociais.

Encontra-se também em autores como Montesquieu (2002), outro clássico da política, principalmente em sua obra “O Espírito das Leis”, a compreensão de fenômenos culturais que se fazem presentes no funcionamento dos sistemas políticos. É latente na obra a presença da diferenciação entre natureza e princípio de um governo, que na concepção do autor, provocaria intensas consequências, pois as considera como chave para uma infinidade de leis. O mesmo afirma que

Entre a natureza do governo e seu princípio, existe uma diferença: que sua natureza é aquilo que o faz ser tal como é, e o seu princípio é aquilo que o faz agir. A primeira constitui sua estrutura particular; o segundo constitui as paixões humanas que o fazem se movimentar (MONTESQUIEU, 2002, p. 34).

Uma análise mais aprofundada da obra de Montesquieu (2002) demonstra desafios que a teoria de Cultura Política se aprofunda. Ao falar do governo republicano e das leis relativas à democracia, o autor, além de referir-se a questões como composição de assembleias e ao poder do povo em uma democracia, refere-se, também, à questão da escolha: “Somente pode decidir-se (o povo) por coisas que não pode ignorar, e por fatos que se apresentam aos seus sentidos” (MONTESQUIEU, 2002 p. 24). Deste modo, a questão das individualidades no processo político, dos anseios e paixões que fazem o governo democrático cumprir seus objetivos de existência, refere-se, imediatamente, ao princípio de um governo, ou seja, às paixões humanas que o constitui.

Ainda assim, Tocqueville (1998) talvez seja o que mais expresse, logo no título de sua obra, a análise cultural e detalhada em boa medida, que faz dos aspectos políticos que fizeram emergir a democracia americana, e que também se pode classificar como um clássico fundamental para a posterior estruturação do conceito de Cultura Política. Em “A Democracia na América: Sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos”, o autor discute aspectos como a influência da democracia americana sobre os costumes, sentimentos e opiniões, até a influência que as ideias e os sentimentos democráticos exercem sobre a sociedade política.

Em síntese, um dos aspectos que o autor busca dar destaque é a influência dos costumes sobre a manutenção da democracia americana, juntamente com suas leis:

Considero os costumes como uma das grandes causas gerais às quais se pode atribuir a manutenção da república democrática nos Estados Unidos. Por *costumes* entendo aqui o sentido que os antigos davam a palavra *mores*. Aplico esse vocábulo não apenas aos costumes propriamente ditos, que poderiam ser chamados os hábitos do coração, mas às diferentes noções que os homens possuem, às diversas opiniões que têm curso no meio deles, e ao conjunto das ideias das quais se formam os hábitos do espírito. Portanto, por essa palavra entendo todo o estado moral e intelectual de um povo. Meu escopo aqui não é fazer um quadro dos costumes americanos, limito-me a procurar, entre eles, o que é favorável à preservação das instituições políticas (TOCQUEVILLE, 1998, pg. 142).

Com base nisto, Tocqueville (1998) conclui que tais costumes passam a ser determinantes na manutenção das instituições democráticas na América, mais que suas Leis.

Fica evidente, se analisado o contexto sócio-histórico da produção de Tocqueville, sua inclinação para o aprimoramento do que chama de liberdades individuais e locais. Assim, o combate à aristocracia inglesa e a revolução antiabsolutista liderada por Cromwell fazem parte da referência ideológica do autor, também tendente ao liberalismo político lockeano.

Contemporaneamente, o termo Cultura Política foi introduzido no estudo das sociedades com Almond & Verba (1965), que trouxeram à tona a verificação de situações regulares em estatísticas aplicadas às pesquisas políticas e a comparação de sistemas políticos em cinco países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México. No entanto, como nos aponta Amorim (2008), este primeiro estudo não levava em conta as diferenças culturais dos países colocados à comparação, e avaliavam a estabilidade da democracia tão somente a partir do grau de aparição dos métodos institucionais.

A obra dos dois autores, que lançou esta ideia à comunidade acadêmica é “The Civic Culture”, que também debateu estudos de opinião pública, psicologia social, teoria macrossociológica e a técnica amostral de *survey*, embalados por suas preocupações contemporâneas de estabilidade do sistema democrático em tempos de modernização política.

Classificaram então três tipos de orientação política que fariam parte de uma cultura política cidadã. São elas: a orientação cognitiva, que é balizada pelo grau de conhecimento que os cidadãos têm do sistema político que os circunda, além da capacidade de demandar a este sistema *inputs* e de provocar *outputs*; a orientação afetiva, que indica os sentimentos cidadãos quanto ao sistema político e a orientação avaliativa, que demonstra suas opiniões e avaliações quanto ao sistema.

Nos mesmos cinco países estudados, foram encontradas associações entre conhecimento do sistema político e apoio ao mesmo e entre confiança interpessoal¹¹ e participação política. A conclusão dos autores, portanto, vai ao sentido de dizer que a *cultura cívica* seria um pressuposto para a estabilidade da democracia e sua institucionalização. O termo denota, sem dúvidas, as atitudes e culturas do cidadão americano em contraposição ao elemento soviético da época de lançamento do livro.

Em outras palavras, a democracia dos EUA fora tomada como mais estável, baseando-se em pressupostos culturais e outros elementos presentes na cultura política dos cívicos. Pela teoria original, além de demonstrar uma cultura cívica mais acentuada, os EUA possuíam uma democracia mais estável, até mesmo do que o Reino Unido.

¹¹Rennó (2001) em “Confiança Interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina” concebe Confiança Interpessoal como sendo um valor cultural associado ao comportamento político. Dentro do contexto da Cultura Cívica, os níveis de Confiança Interpessoal subsidiariam dados de estabilidade democrática, envolvimento político dos cidadãos e associativismo social e garantiria a previsibilidade de comportamento dos cidadãos, cumprindo leis e contratos e aumentando a cooperação.

Conforme este contexto, constata-se que, além de demonstrar evidente base na teoria política clássica já exposta, Almond & Verba (1965) tomam, em uma época de ascensão inicial da Teoria Social crítica¹², uma postura ainda conservadora da política, o que gerou intensos debates na comunidade acadêmica por certo grau de determinismo cultural implícito na definição dos critérios de interpretação dos dados recolhidos e a categorização dos mesmos.

Após mais de vinte anos, autores como Pateman (1989) engendram na revisão conceitual da teoria. A autora diz que a teoria liberal, aquela considerada por Almond & Verba como modelo teórico de democracia estável nos países industrializados como Inglaterra e Estados Unidos, não desvela a recíproca interação que há entre a cultura do povo e a estrutura política que permeia o sistema político, mais acentuadamente ainda quando não se consideram como significantes as diferenças sociais e econômicas dos países.

Para a autora, há um dilema colocado à concepção de participação no sistema liberal, que se voltaria à participação eleitoral em detrimento de outras: “Not surprisingly, they give no indication of how such participation by the civic citizen of liberal democracies takes place, except in terms of the election of decisions makers and attempts to influence (not participate in) their decisions.”¹³ (PATEMAN, 1989, p. 64).

No entanto, é evidente hoje, para a teoria sociológica crítica e para os culturalistas da política, o abismo existente entre a participação política eleitoral e os demais procedimentos informais de participação política. No primeiro caso, a legitimidade da participação se assenta em gramáticas políticas como o personalismo presentes no voto, com uma relevante carência de confiança e, no segundo, em uma ação coletiva, organizada e/ou institucionalizada ou não, mas que representa traços mais sólidos das intenções coletivas.

O fato de a confiança ser elemento primordial de uma cultura cívica está presente em Putnam (2006), que concebe ela, juntamente com as normas e cadeias de relações sociais, como sendo a mais concreta constituição de um bem público a ser aprofundado, em contraposição aos bens capitais privados convencionais.

A confiança é então, para o autor, o componente básico do que chama de Capital Social¹⁴. Sobre o termo, Putnam (2006) contribui que tal confiança, base de consolidação do

¹²Concebe-se aqui como Teoria Social crítica aquela surgida simbolicamente com a Escola de Frankfurt, na década de 1960.

¹³“Não surpreendentemente, eles não dão nenhuma indicação de como tal participação pelo cidadão cívico das democracias liberais tem lugar, exceto em termos de eleição dos tomadores de decisão e tentativas de influenciar (não participar) das suas decisões.” (Tradução nossa)

¹⁴Termo que designa normas que desenvolvem relações de confiança, no caso, incorporado por Putnam (2006) diante de suas análises sobre a economia italiana.

referido Capital, está presente na previsão do comportamento de um ator social independente, afirmando que

Você não confia em que uma pessoa (ou uma entidade) fará alguma coisa simplesmente porque ela disse que irá fazer. Você só confia porque, conhecendo a disposição dela, as alternativas que dispõe e suas consequências, a capacidade dela e tudo o mais, você espera que ela preferirá agir assim. (PUTNAM, 2006, pg. 180).

Esta concepção, apesar de formulada para o campo econômico, além de fornecer análises de Cultura Política, contribui evidentemente para análises de comportamento político. Ainda assim, mesmo com as críticas elaboradas e a construção do conceito como elemento importante de análise da democracia, a teoria da Cultura Política não deve e não pode ser descartada, mas sim aprimorada, de acordo com a realidade dos países a serem analisados, visto que se destaca como uma técnica de análise muito profícua, se utilizada paralelamente com a aferição de opinião pública e a situação socioeconômica dos cidadãos.

No contexto latino americano, por exemplo, as análises políticas de comportamento após períodos de redemocratização, majoritariamente passaram pelo conceito de Cultura Política, se consolidando como categoria essencial de análise de fenômenos políticos e sociais.

De modo mais conceitual, poder-se-ia então definir, conforme Almond & Verba (1965), que Cultura Política seja “the political culture of a nation is the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation”¹⁵ (ALMOND & VERBA, 1965, p. 13). Ou seja, definir a Cultura Política de uma nação enquanto uma particular distribuição de padrões de orientação para objetos políticos, entre os indivíduos desta nação. Diante disto, percebemos que o subjetivismo presente nos padrões de orientação política dos cidadãos passa a ser peça chave no entendimento deste conceito.

O que os autores sustentam na obra referenciada acima, é que a Cultura Política essencialmente democrática tem como bases as estruturas políticas, alimentando-se dos processos de socialização e ressocialização, dados por uma espécie de ação coletiva subjetivamente visada. Ainda, deixa claro que a institucionalização de canais democráticos como partidos políticos e o estabelecimento de procedimentos, como o sufrágio universal, não são suficientes para a estabilidade das democracias e, inclusive, seu surgimento.

O processo de socialização política sim, tomado com importância pelos autores, se refere justamente ao cerne da Cultura Política, ou seja, o momento em que o sujeito adquire

¹⁵“a cultura política de uma nação é a distribuição específica dos padrões de orientação para objetos políticos entre os membros de uma nação” (Tradução nossa)

os valores, conhecimentos, experiências e sentidos quanto à estrutura política e aos procedimentos de decisão. Estes elementos subjetivos são definidos pelos autores como “orientações políticas – atitudes em direção ao sistema político e suas diversas partes, e atitudes para o papel do eu (sujeito) no sistema” ¹⁶ (ALMOND & VERBA, 1965, p. 12).

Aprofundando a reflexão sobre este processo, os autores se referem à socialização política como sendo fundamental em locais como a escola e outros contatos diversos, afirmando que as “experiences in childhood may play an important part in later political attitudes and behavior, but the impact of these experiences on politics continues through out the adolescent and adult years” ¹⁷ (ALMOND & VERBA, 1965, p. 267).

Pensando que, ao definir uma única cultura política enquanto predominante em um sistema político inserido em realidade sociais tão diversas seria um erro, desenvolveu-se então o termo que delimitam as subculturas políticas, ou seja, as diferenciações culturais no interior de um mesmo sistema político, que também subsidia estudos culturalistas e servem de fundamento para análises comparadas.

Em outras palavras, são estruturas políticas e culturais presentes em sistemas políticos que não revelam marcante grau de concordância na distribuição de atitudes e/ou das classes gerais de objetos políticos. Suas características são melhores analisadas considerando a natureza dos interesses e problemas em questão e imprimem importantes demandas ao sistema político, com relevantes marcas na cultura política, especialmente em áreas consideradas em desenvolvimento (ALMOND & POWELL JR., 1972).

Tanto os autores clássicos como os contemporâneos, ao estabelecerem a cultura e os costumes como determinantes na constituição e manutenção de instituições democráticas, além das teorias contemporâneas que visam a análise dos sistemas políticos de maneira científica, se colocam de acordo com os estudos divulgados por meio de órgãos como o Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e autores como Moisés (2010).

Tais estudos evidenciam indicadores de baixa participação política dos cidadãos e uma intensa desconfiança nas instituições como partidos e sindicatos, que favorecem um ambiente de descompromisso dos cidadãos com o espaço público, recusando-se em determinados casos à cooperação e ao cumprimento de diretrizes de regulação e organização da vida social e política colocadas pelo Estado.

¹⁶“political orientations - attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system” (Tradução nossa).

¹⁷ “experiências na infância podem desempenhar um papel importante em posteriores atitudes e comportamentos políticos, porém o impacto dessas experiências sobre a política continua ao longo dos anos, como adolescente e adulto” (Tradução nossa).

É importante ressaltar que a situação democrática latino-americana se encontra em tal patamar de desenvolvimento político democrático procedimental, caminhando paralelo a desigualdades sociais, pobreza e miséria, que, para a análise feita pela Ciência Política para esta região, na opinião de organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o que falta ao sistema político brasileiro está muito mais ligado à uma cultura política democrática do que ao aperfeiçoamento de seus procedimentos formais (BAQUERO, 2011).

As possibilidades de análise do cenário latino-americano e, especialmente do caso brasileiro, por meio da cultura e socialização política encontram na juventude um importante objeto de estudo, por tratar-se de uma das parcelas geracionais que mais promovem o questionamento das estruturas e do sistema político quando a desconfiança institucional alcança um grau elevado de necessidade de mudança, geralmente envolvendo os modos de governabilidade, os vícios de representação, dentre outros elementos catalisadores dos movimentos sociais.

De acordo com Nazzari (2006), a importância da juventude no questionamento da cultura política materialista dominante em nossos países é relevante, ao mesmo tempo em que a inconformidade dos jovens com a política tradicional e a busca por novos meios de sua superação, têm sido identificados pelos pesquisadores por caminhos e métodos diferentes. Segundo os autores, longe da apatia e do desinteresse que, em muitos casos, são tidos como uma das características da juventude, é possível visualizar seu interesse na resolução dos problemas da humanidade e a sua vontade de transformá-los.

Moreira (2000) já alertava que, nos países latino-americanos, uma boa forma de análise da juventude e seus processos contestatórios e participativos era por meio do entendimento de uma “democracia dos inconformados”, ou seja, uma categoria epistemológica que mesclasse a compreensão do potencial de empoderamento democrático juvenil com a inconformação ou inadequação dos jovens com o sistema político, as decisões representativas e o comando do Estado.

Esse tipo de fenômeno parece ser produto da elevação dos níveis de empoderamento institucionais – ainda insuficientes por meio das políticas públicas na América Latina e Brasil – dos jovens. Empoderamento este que, como destaca Baquero (2013), se dá a partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício de cidadania nos EUA, durante a segunda metade do século XX, impulsionado pelo Estado de Bem-estar Social.

Este tema, como também assinala Hermany e Costa (2009), associado às novas características dos movimentos sociais, transformou o *empowerment* em sinônimo de

emancipação social, contrariando a visão econômica liberal do empoderamento enquanto condição social para o consumo independente do Estado.

Ao lado do empoderamento social dos jovens e o cenário complexo da cultura política brasileira e latino-americana, o ano de 2013 foi fundamental para provocar na Ciência Política reflexões sobre a comunicação dos cidadãos com seus sistemas políticos em toda parte do globo. O motivo essencial foi a instantânea eclosão de movimentos e protestos de rua que reuniram na Tunísia, Islândia, Egito, Espanha, Grécia, Estados Unidos, no Brasil e em outros países, milhões de pessoas e, especialmente a juventude, em torno de pautas diversificadas, sem direção política unitária, com o questionamento das estruturas políticas seja pela mudança institucional radical, seja para reformas políticas, ou mesmo para deposição de suas representações políticas.

Esse tipo de fenômeno, como já exposto no Capítulo 2, Castells (2013) chamou de movimentos sociais em rede, que legaram, legam e ainda legarão ao mundo mudanças culturais produzidas com sua ação. Ainda assim, quanto aos desafios da democracia, da cultura política e também dos procedimentos formais brasileiros com este novo tipo de organização para a contestação, esses movimentos simplesmente “têm exigido uma nova forma de democracia, não necessariamente identificando seus procedimentos, mas explorando seus princípios em sua própria prática” (CASTELLS, 2013, p. 180).

Esta exigência de adequar os novos anseios da juventude por maior participação, controle social e pela resolução dos problemas do país, caminha lado a lado com as mediações que o sistema político brasileiro fará com os jovens e, por outro prisma, pode-se destacar que, interligando este novo princípio e características dos movimentos sociais à experimentação democrática que proporcionaram sem precedentes nas últimas décadas, os mesmos podem interferir na cultura política participativa juvenil em curto, médio ou longo prazo, como se vê a seguir.

3.2 Junho de 2013 em Cascavel/PR: uma rede de indignação e esperança

Assim como a nível nacional, no município de Cascavel/PR questões fundamentais do Estado foram questionadas pelos jovens nos movimentos em rede de Junho de 2013, aprimorando a comunicação da cidadania e da sociedade civil com o sistema político e convocando especialistas, governos e administrações públicas e/ou privadas de serviços essenciais a pensarem sobre a relação de suas políticas institucionais com a Cultura Política juvenil.

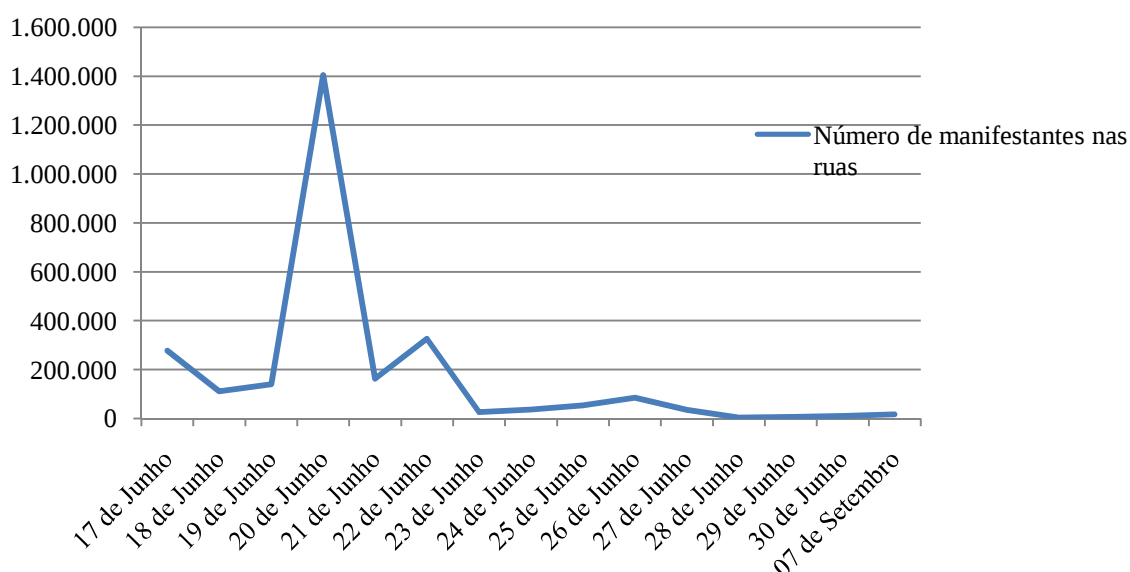
A mobilidade como um direito universal, a imobilidade estrutural das cidades brasileiras, o modelo desordenado de crescimento econômico e urbano, a prioridade de investimentos financeiros, a defesa da dignidade humana, dentre outras pautas específicas emergidas da espontaneidade dos protestos, foram alvo dos manifestantes, que por meio das redes sociais construíram comunidades de afinidade política, organizaram somente questões essenciais como horários e locais das manifestações e, em menos de duas semanas conseguiram apoio de mais de 75% dos cidadãos brasileiros desde a primeira manifestação em São Paulo.

De acordo com o Professor da PUC-Rio, Marcelo Burgos, em entrevista a Vasques (2013), afirma que Junho de 2013, além de se constituir como um grande processo de aprofundamento democrático desde a redemocratização do país, o fenômeno é também geracional, pois contempla uma geração de jovens que foi socializada em um ambiente aparentemente democrático e

busca uma agenda que contemple a sociedade como um todo, não se restringindo às demandas juvenis. É interessante observar que, o período de duas décadas e meia após a consolidação do fim do autoritarismo, viabiliza tempo suficiente para a criação de uma cultura democrática (BURGOS *apud* VASQUES, 2013, p. 21)

O processo democrático de mobilização a que foram submetidos também é característica nova inserida nos movimentos sociais compostos pelas juventudes. Segundo Fernando Perlatto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, na mesma entrevista a Vasques (2013), afirma que o consenso democrático das mobilizações promoveu o incentivo necessário para que muitos jovens pudessem estar, pela primeira vez, em manifestações de rua massificadas, ocupando um espaço na esfera pública nunca antes ocupado desta forma.

Em um paradigma de aprofundamento de valores sociais como o individualismo e a competitividade, o consenso democrático pareceu produzir grandes oportunidade de participação política, como o verificado na grande presença de pessoas nas manifestações, especialmente entre 17 e 22 de Junho:

Gráfico 01 – Número de manifestantes nas ruas entre 17 de Junho e 07 de Setembro de 2013.

Fonte: G1.com com dados da Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Datafolha, COPPE-UFRJ e NitTrans.

Apesar de se caracterizar como uma presença temporária nas ruas, própria de um ciclo de protestos, as mobilizações de Junho de 2013 trouxeram potencialidades de mobilização popular nunca antes vistas na cidade de Cascavel/PR. A capa do Jornal Hoje de 21 de Junho de 2013, em sua edição 6680, trazia a manchete: “Protesto pacífico” e informava que, segundo a Polícia Militar, 10 mil pessoas haviam participado da manifestação da noite anterior:

POVO NA RUA: DEZ MIL PESSOAS NA MAIOR MANIFESTAÇÃO CÍVICA DE CASCAVEL – PROTESTO PACÍFICO – CAMINHADA PEDE MUDANÇAS

Raquel Chioqueta, 30 anos, auxiliar administrativa, e Marcos Paulo Jallon, 20 anos, estudante, não se conhecem pessoalmente, mas ontem se juntaram a outras milhares de pessoas, em Cascavel, para manifestar o desejo de mudança e acender de novo a esperança de um país melhor no futuro. A Avenida Brasil, principal via da cidade, foi tomada pelos manifestantes (10 mil, segundo a Polícia Militar) que marcharam pacificamente do centro até a prefeitura, entoando palavras de ordem e exibindo cartazes e faixas com os pedidos de mudanças. A chuva intermitente e o frio não diminuíram o ânimo dos participantes. Eram pessoas de vários segmentos da sociedade, sobretudo de jovens misturados aos adultos e aos idosos. A concentração foi na Boca Maldita, no centro, de onde a multidão partiu numa marcha ruidosa até o prédio da prefeitura. Raquel, que vestia roupas nas cores da Bandeira do Brasil, não escondia a ansiedade para participar, pela primeira vez, de um protesto dessa magnitude. “É muito importante o povo estar na rua para mostrar a sua indignação contra todos os problemas do País”, disse. Ela quer mudança de atitude tanto da população quanto dos agentes políticos. Marcos Paulo, que carregava um cartaz pedindo mais educação, também concordou com a auxiliar administrativa sobre a importância do ato público de ontem. “Se a gente não participar, os nossos filhos continuarão sendo roubados por um sistema político corrupto”, afirmou. Para ele, a

manifestação será um marco na história da cidade. “Acho que a minha geração está despertando agora e a gente só ouvia falar dos últimos movimentos desse tipo na campanha das Diretas-Já, na década de 80”. No meio da multidão, o aposentado Luiz Ferreira Leite, 65 anos, chamava a atenção segurando um cartaz pedindo segurança, educação, saúde e o fim da corrupção. “Estar aqui neste ato representa muito porque a gente precisa dar uma força para os jovens”, disse Luiz Ferreira. “Este País precisa ser mudado”, emendou. Por onde passavam, os manifestantes gritavam palavras de ordem, como “vem pra rua você também”, e ganhavam o apoio de moradores dos prédios e pedestres que transitavam pela Avenida Brasil. Havia um sentimento comum entre os participantes: o amor ao País. No entanto, cada um tinha um objetivo diferente, que poderia ser visto claramente nos cartazes e faixas. Entre os organizadores o discurso era um só. “O nosso protesto tem foco por mais investimento em educação, em saúde e transporte público de qualidade com preço justo, contra a PEC 37, para tornar a corrupção crime hediondo, por justiça social e tantas outras pautas nacionais”, afirmou um dos organizadores, que preferiu não se identificar. O ato também incluiu pautas domésticas, como a conclusão do Teatro Municipal, redução da tarifa, melhoria do transporte público, mais vagas nas creches e valorização dos educadores. (PORTELA, 2013, p. 3)

De acordo com a matéria jornalística, pode-se inferir que, de fato, as características dos movimentos em rede na era da Internet estiveram presentes também em Cascavel. A diversidade de pautas, a mescla geracional, a organização pelas redes sociais, o sentimento de mudança sem um foco específico, mas com reivindicações bem dirigidas em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37¹⁸ e à transformação da corrupção em crime hediondo, conferiram o caráter em rede das indignações e esperanças carregadas pelos manifestantes.

Uma das características deste ciclo de protestos brasileiro, presente na reportagem, é também o deslocamento e, ao mesmo tempo, a unidade territorial das reivindicações. A inclusão de pautas específicas da cidade, como o término imediato das obras do Teatro Municipal, mostra que há um deslocamento territorial com o restante do Brasil, mas que o local está disposto a promover a unidade das pautas por cultura, transporte, mais vagas em creches e valorização de professores, também requeridas nacionalmente.

Boa parte da organização em rede para a realização do protesto de 20 de Junho foi realizada pelo Facebook, por meio de marcações de eventos e da página/comunidade criada para este fim, intitulada de “Passeata Nacional – Cascavel”, com a seguinte descrição: “Passeata Nacional Cascavel – movimento pacífico apartidário pelo Transporte Público, Passe Livre, Estado Laico, Saúde e Educação”.

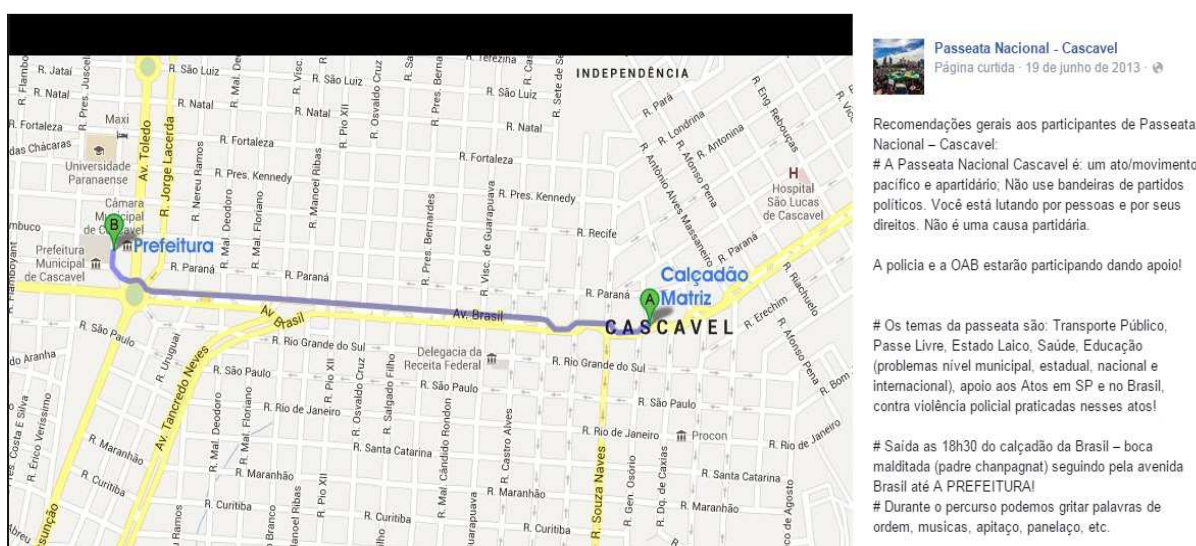
Outras comunidades virtuais foram criadas e/ou divulgadas por outras redes sociais, como o Twitter. Em Maio de 2014 a página do Facebook contava com 490 curtidas e passou,

¹⁸A PEC 37/2011, rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados em 25 de Junho de 2013, colocava apenas sobre as Polícias Federal e Civil a responsabilidade por investigações criminais e retirava do Ministério Público e outros órgãos tal prerrogativa.

após os protestos, a anunciar eventos e mobilizações locais, problemas e reivindicações relacionadas à saúde, educação, casos de corrupção em investigação na Prefeitura Municipal e no Governo do Estado, além de uma forte crítica ao número de funcionários comissionados¹⁹ na Câmara de Vereadores, perpassando, portanto, críticas à grande parte dos Poderes Executivos e Legislativos.

Criada em 17 de Junho, a página anunciava a passeata nacional a ser realizada na cidade para o dia 20 de Junho, às 18h30m, em frente ao Calçadão da Avenida Brasil, ponto de encontro histórico para as mobilizações populares na cidade. O trajeto definido pelos organizadores compreendia a tomada da principal Avenida da cidade, até a Prefeitura Municipal, onde por fim, após todas as reivindicações e gritos de ordem feitos, cantariam o Hino Nacional brasileiro.

Figura 01 – Trajeto da manifestação de 20 de Junho e orientações para os manifestantes.



Fonte: página/comunidade do Facebook. Acesso em 21 de Abril de 2014.

Nota-se que os organizadores, não identificados, publicaram também orientações aos manifestantes, objetivando repassar aos possíveis presentes uma sensação de segurança e o pedido de não depredação de patrimônios públicos ou privados, denotando que em Cascavel os protestos não assumiriam a disputa violenta do espaço verificada na concorrência simbólica pelas formas de protesto em outras cidades. Anunciava-se a presença da Polícia e da Organização dos Advogados do Brasil (OAB) como apoiadores. Dias antes, em São Paulo, as Polícias já haviam reprimido duramente as manifestações na cidade.

¹⁹O Projeto de Lei que tramitava na Câmara de Vereadores de Cascavel/PR permitia a contratação de 265 funcionários comissionados pelo Legislativo e Executivo do município, gerando ônus ao município de mais de R\$2mi mensais. O PL foi aprovado em sua versão original por 12 votos a 8.

Este tipo de postagem evidencia o papel dos moderadores nas comunidades virtuais, em mensagens ao grande público, comentários ou compartilhamentos de informações, sendo tema recorrente nas análises sobre a ciberdemocracia. Para Wojcik (2008), podemos traçar três tipos de ações que os moderadores em fóruns online promovem no interior de suas comunidades participativas: a gestão, o arbítrio e a mediação. O autor realiza esta inferência partindo de sua pesquisa sobre fóruns online de participação em cidades francesas.

A elevada presença de virtuais manifestantes nos movimentos em rede envolve, portanto, a diferenciação simbólica entre aqueles indivíduos que exercem as ações de gestão, arbítrio e mediação e, ao mesmo tempo, busca uma disputa de espaço na arena política que se transformam as comunidades virtuais.

Praticamente tudo o que é postado, seja pelos mediadores das comunidades ou por integrantes, é constantemente avaliado pela maioria dos participantes, gerando intensos debates sobre questões variadas como ideologias políticas, condução e organização das manifestações de rua, percepções sobre representações políticas, dentre outros.

Enfim, esta disputa pelo terreno simbólico das comunidades virtuais de participação nos movimentos em rede, envolve indivíduos que se lançam nas tarefas ou ações de organização das páginas, eventos ou fóruns, propondo discussões (os gestores); remoção de membros ou falsos perfis virtuais que perturbam os debates, fazendo respeitar as regras decididas por eventuais consensos (os árbitros) e; os que promovem facilidades, intermediações entre posições divergentes, buscam consensos e procuram sistematizar propostas de ação (os moderadores) (WOJCIK, 2008).

Na comunidade virtual supracitada e em todas as tomadas como exemplo de fóruns e comunidades ciberdemocráticas, os movimentos em rede se organizam de modo a respeitar as individualidades e as posições políticas, sem deixar de centralizar os objetivos e fundamentos da luta política. É importante, neste contexto, compreender de que modo a juventude de Cascavel/PR e do Brasil perceberam essas nuances e suas consequências em seus padrões atitudinais de participação, confiança e socialização política.

Para tanto, o próximo capítulo detalhará os procedimentos metodológicos investidos na pesquisa de *survey* aplicada, bem como as bases de análise dos dados que se seguirão.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como objetivo relatar os procedimentos metodológicos da pesquisa, tanto no que concernem seus aspectos qualitativos, como os investimentos quantitativos, que formaram o escopo de todo o projeto de dissertação.

Como mencionado no capítulo introdutório, os objetivos específicos da pesquisa foram: a) verificar o contexto socioeconômico, cultural-político, identitário e histórico da população juvenil de Cascavel/PR e; b) compreender o processo de socialização política, a cultura política e a percepção da juventude de Cascavel/PR sobre o sistema político, numa análise comparada no tempo, tendo como parâmetro analítico os movimentos sociais em rede de 2013.

Para isto, dois caminhos metodológicos foram trilhados: 1) o levantamento bibliográfico e revisão da literatura especializada em Cultura e Socialização Política, as novas características e paradigmas da participação política juvenil no contexto dos movimentos sociais em rede, proporcionando a compreensão dos contextos em que se inserem o público e o objeto principal da pesquisa, composto por estudantes adolescentes e jovens do Ensino Médio público da cidade de Cascavel/PR e, sua relação com a experimentação democrática proporcionada pelos protestos do mês de Junho de 2013 e; 2) a definição do universo da população e da amostra de questionários recolhidos, com as análises qualitativas sobre os dados coletados.

A amostra estudada englobou estudantes do Ensino Médio público a fim de verificar as características próprias desse campo, tendo como objetivo refletir sobre os contextos ainda tão complexos que envolvem as instituições públicas e suas relações com a participação cidadã. Ainda que se pudesse compará-las às instituições privadas, abordar o sistema público foi opção para, dentro deste recorte, traçar comparações mais consistentes.

4.1 A dimensão quantitativa

Para a observação da variação ou não da Cultura Política juvenil em Cascavel/PR, fez-se teste quantitativo com aplicação de questionários compostos de entrevistas semi-estruturadas para a população juvenil de 13 a 19 anos de idade - faixa etária selecionada para melhor apreensão dos modos de socialização política – de estudantes de escolas públicas estaduais do município, em uma amostra selecionada definitiva de 503 entrevistados.

Levando-se em consideração que foram utilizadas perguntas previamente estruturadas, os questionários permitiram que pudesse haver a “possibilidade de uma comparação com o mesmo conjunto de perguntas onde as diferenças refletem diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas” (LODI, 1974 *apud* LAKATOS & MARCONI, 1996).

Utilizou-se como fundamento para coleta destes tipos de perguntas alguns modelos de questões aplicadas por instituições como o Latinobarômetro, uma pesquisa de captação de percepções, satisfações e análises de opinião pública com referência mundial na produção de pesquisas na área de Ciência Política²⁰. Já para testar as questões relativas à opinião pública sobre os protestos, seguiram-se as pesquisas realizadas durante os movimentos em rede que ficaram conhecidos por *Occupy Wall Street*, nos EUA, colhidas por órgãos como o Ipsos/Reuters, pesquisa CBS/New York Times, pesquisa NBC News/Wall Street Journal e Instituto Gallup, todas utilizadas por Castells (2013).

Desta forma, optou-se pela realização de um *survey*, que é instrumento estatístico em ascensão nas Ciências Sociais e, especialmente nas pesquisas da Ciência Política, pois colaboram para que uma disponibilidade de numerosos casos e variáveis ajudem o pesquisador a registrar processos mais causais e elaborados e possam, na medida em que são cruzados, colaborar na análise de comportamentos e testes de hipótese sociológicas (BABBIE, 2001).

Cabe ressaltar que os questionários também puderam captar perguntas para verificação de variáveis moderadoras da pesquisa, como a adesão aos protestos ocorridos em Junho de 2013 e sua percepção sobre os mesmos nos âmbitos políticos, simbólicos, práticos e de organização.

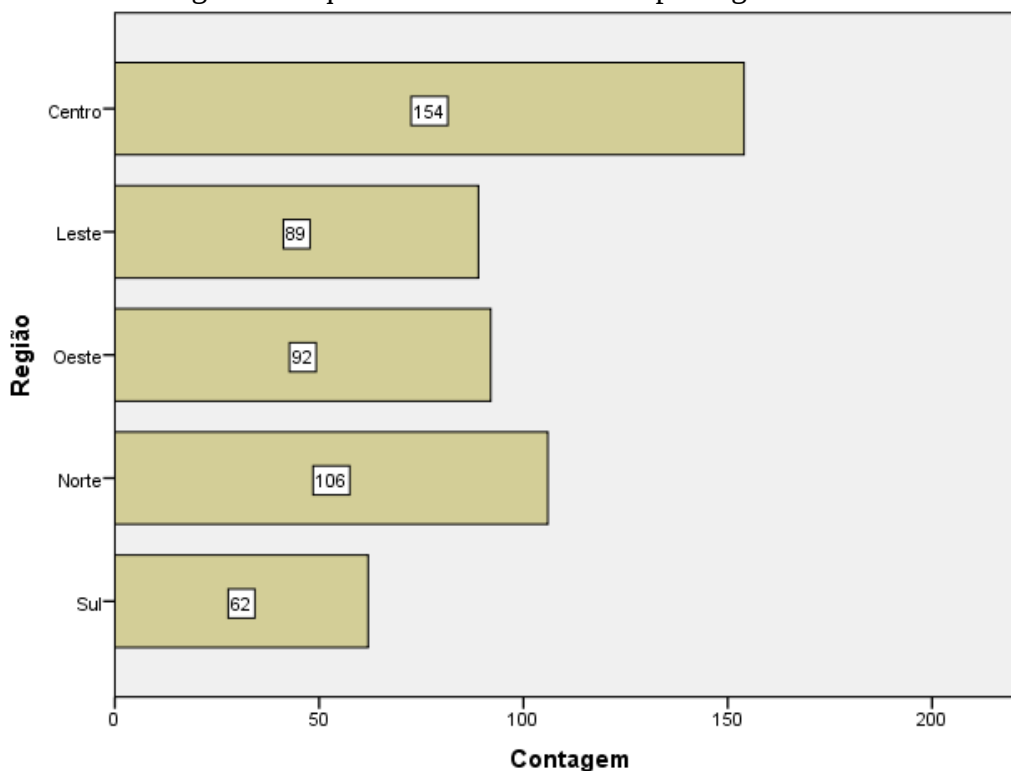
Contemplou-se, por outro lado, o agrupamento da aplicação dos questionários por meio de uma amostragem por conglomerados, possibilitando selecionar, por meio de tal ferramenta, as homogeneidades a serem identificadas e também suas heterogeneidades, a fim de testar a hipótese de trabalho nas escolas públicas de Ensino Médio de Cascavel/PR, de acordo com suas possibilidades de horário e permissão para a coleta dada pelas direções de escola e equipes pedagógicas, nos diferentes turnos de funcionamento.

De acordo com Barbetta (2002), a amostragem por conglomerados pode ser usufruída quando a população estudada pode ser segmentada em subpopulações heterogêneas representativas da população total. Desta forma, a aplicação dos questionários considerou a

²⁰ Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>

divisão da cidade de Cascavel/PR em cinco grandes regiões, tendo os seguintes números de aplicação:

Gráfico 02 – Número global de questionários distribuídos por região.



Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

A escolha do número de questionários aplicados por conglomerados regionais levou em consideração a distribuição populacional do município, juntamente com o número de escolas disponíveis para aplicação nas cinco regiões, conforme autorização do Núcleo Regional de Educação em apêndice. Foram participantes desta pesquisa 12 escolas e 24 turmas de Ensino Médio (1ºs, 2ºs e 3ºs anos), onde se realizaram, com apoio das direções e equipes pedagógicas, sorteios aleatórios para a participação dos estudantes, objetivando retirar a amostra mais fiel do público da pesquisa.

De acordo com o sistema oficial de consulta às escolas paranaenses²¹, 7.800 estudantes constituem o universo da população escolhida. Este sistema eletrônico é conectado em tempo real com a situação de matrícula dos estudantes nos estabelecimentos de ensino, o que permite fidedignidade com o número de estudantes. Os números utilizados para a montagem dos dados foi acessada em Setembro de 2013, pelo próprio sítio do sistema.

²¹ Disponível em www.consultaescolas.pr.gov.br, sítio oficial do Governo do Estado do Paraná.

Para a amostra, o cálculo originou-se na pré-determinação de um número de questionários semelhante às pesquisas anteriores de Socialização e Cultura Política juvenil em Cascavel/PR, realizadas em 2006 e 2012, respectivamente pelas Professoras Doutora Rosana Katia Nazzari e Mestre Thaís Damaris da Rocha Thomazini, ou seja, 500 unidades. Este número se aproxima do utilizado como primeira aproximação do tamanho da amostra, para o cálculo do erro amostral.

A pesquisa conta com um erro amostral de 5% e confiança de 95%, calculada sobre os parâmetros estatísticos expostos por Barbetta (2002), que concernem os seguintes cálculos:

1) $n_0 = 1 / E_0^2$, onde: n_0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra (400) e; E_0 é o erro amostral tolerável, utilizado na pesquisa com o valor de 5%, ou 0,05.

2) $n = N \cdot N_0 / N + N_0$, onde: N é o número de elementos da população (7.800) e; n é o tamanho da amostra.

Obtém-se, de acordo com o cálculo, uma amostra de 380 indivíduos, porém, o número de questionários aplicados foi maior que a amostra obtida, permitindo a abrangência de mais escolas participantes. Conforme Babbie (2001), considera-se que o erro amostral é baixo pelo aumento do tamanho da amostra e uma maior homogeneidade dos elementos amostrados. Todas as análises estatísticas, tabelas e gráficos comparativos foram manuseados com a utilização do programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 22.

Por fim, utilizaram-se também alguns testes estatísticos para verificação de forças de associação entre as variáveis que constituem a hipótese de pesquisa, como o teste “Qui-quadrado de Pearson”, a interpretação das frequências esperadas para associação, o teste de Lambda e de Goodman e Kruskal tau, todos obtidos por meio do banco de dados da pesquisa presente no SPSS.

4.2 A dimensão qualitativa

O primeiro passo da dimensão qualitativa considera os conceitos clássicos das Ciências Sociais como Cultura Política, Socialização Política, Participação democrática, Tecnologia e Movimentos sociais em suas características contemporâneas de rede, como conceitos em que orbitam as lógicas das atitudes políticas do público da pesquisa.

As variáveis no Quadro 01 a seguir são as mesmas já consagradas pela Ciência Política clássica brasileira e mundial: escolaridade dos jovens e de seus genitores, renda familiar, participação em eventos e atividades, participação em eleições, grau de informação política, confiança nas instituições sociais e confiança no sistema político (ALMOND & VERBA, 1965; ALMOND & POWELL JR., 1972; SARTORI, 1994; MOISÉS, 2010).

Quadro 01 – Dimensões de análise e variáveis da pesquisa.

DIMENSÕES DE ANÁLISE	VARIÁVEIS
Perfil Socioeconômico	Região da cidade Sexo Escolaridade dos pais Exercício de atividade remunerada Renda familiar mensal
Percepção e satisfação com a Democracia	Preferência sobre regimes de Governo Satisfação com a Democracia Classificação da Democracia O que falta para a Democracia
Participação Social e Política	Participação em atividades e organizações Participação em espaços de decisão Atividades eleitorais Leitura e informação política Participação em eleições
Cidadania e Confiança Política	Percepção sobre a cidadania Percepção sobre situação política Escala entre Esquerda e Direita Confiança em Instituições e representações
Movimentos em Rede	Participação nos protestos de Junho de 2013 Nível de conhecimento e informação Sentimentos e concordâncias Percepção sobre formas e organização

Elaboração: MINUCELLI, C. P.

Para uma avaliação longitudinal numa perspectiva histórica, entre a pesquisa culminada em 2012 e esta, culminada em 2015, o método comparativo buscará semelhanças e diferenças entre os fatos, abordando duas séries de natureza análoga tomadas dos meios sociais pesquisados, a fim de verificar o que é e o que não é comum em ambos (ALMOND & POWELL JR., 1972; BILL & HARDGRAVE JR., 1973 *apud* SCHMIDT, 2000).

Como afirma Schmidt (2000), o método comparativo somado ao estatístico, aplicados nas pesquisas de Socialização Política, colabora na investigação da formação de atitudes e orientações políticas em indivíduos e grupos, através da análise de manifestações exteriores como o voto, opiniões e ações coletadas, permitindo interpretar os resultados sob a ótica do contexto sociocultural em que estão inseridas.

Já a definição contemporânea de movimentos sociais na era da internet, ou em rede, tiveram como fundamento de análise o conceito de sociedade em rede (CASTELLS, 1999) e movimentos em rede (CASTELLS, 2013), perpassado pelo conceito de tecnologia e seus fundamentos sociais (PINTO, 2009). Estes conceitos dialogam na medida em que discutem as características materiais e simbólicas do plano tecnológico e suas consequências no universo da população, além de suas relações com o sistema político, discutindo o uso das tecnologias como instrumentos de aprofundamento da democracia.

A relação entre estes conceitos estruturais com a ação social (de sentido individual) e o comportamento político dos jovens na esfera pública brasileira e cascavelense pôde ser compreendida no conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu e analisado por Silva (2011). De acordo com o autor, este *habitus* se constitui no

conjunto das ideias e representações que os indivíduos incorporam nas diversas trajetórias sociais que percorrem ao longo de sua vida. Em suas diversas trajetórias sociais – trajetórias familiares, educacionais, econômicas, políticas, religiosas, profissionais, etc. – o indivíduo incorpora não apenas a sua maneira de pensar, mas também acumula certo capital social, certo poder simbólico que vai influir nas suas tomadas de posições ou seja, na determinação do sentido de suas ações (SILVA, 2011, p. 2094).

Partindo deste entendimento, analisar as relações ou não relações encontradas na aplicação de questionários e, também, analisar as permanências ou discontinuidades da Cultura e Socialização política juvenil em Cascavel/PR, pareceu ter mais efeito para a compreensão sistêmica do objeto de pesquisa.

No que tange a análise qualitativa dos resultados dos questionários e, especialmente, das perguntas em relação às determinantes do comportamento político dos jovens, tendo como base de análise o grau de influência dos protestos em questão, procurou-se, em primeiro lugar, respeitar a grande relevância da apresentação dos números da pesquisa, que dentro de seu erro amostral, mostrou-se um construto confiável e, em segundo plano, durante a aplicação dos questionários, posicionar-se enquanto pesquisador ouvinte, afinal as linguagens ditas ou não ditas, escritas ou não escritas nos questionários, mesmo na aplicação pura e simples dos mesmos, trouxeram informações relevantes que puderam ser aproveitadas empiricamente.

Esta abordagem qualitativa é uma das formas de se obter dados descritivos para a pesquisa através do contato direto com os sujeitos entrevistados, procurando “entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situar sua interpretação dos fenômenos estudados” (NEVES, 1996).

Neste caso, ao invés de fazer constar perguntas abertas, resolveu-se utilizar o conhecimento acumulado das Ciências Sociais para análise dos números finais, procurando de maneira sistemática obedecer rigorosamente a regra de desidentificação do entrevistado, de modo a evitar a individualização do informante e garantir a participação voluntária, o sigilo e anonimato e a integridade científica da pesquisa.

5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Com base nos procedimentos já detalhados dos instrumentos utilizados para esta pesquisa, bem como sua amostragem e nível de confiança, este capítulo objetiva analisar a luz da teoria já exposta, os resultados dos 503 questionários aplicados na cidade de Cascavel/PR. Foram selecionadas doze escolas da Rede pública de ensino e vinte e quatro turmas de Ensino Médio participaram. A partir da divisão da cidade em cinco regiões (Gráfico 01), a aplicação deste instrumento foi realizada de Outubro do ano de 2014 a Março de 2015, objetivando captar a melhor realidade possível após as Eleições de 2014.

O procedimento de aplicação levou em conta as regras de desidentificação do entrevistado e a entrega e assinatura preliminar do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em apêndice, aos responsáveis pelos jovens, quando menores de 18 anos de idade.

O intuito desta dimensão quantitativa da pesquisa é estabelecer uma análise de algumas variáveis da Cultura e Socialização Política e da percepção, informação, opinião e participação dos adolescentes e jovens nos movimentos em rede de Junho de 2013 na cidade. São elas: a) perfil socioeconômico dos estudantes de Ensino Médio público da cidade de Cascavel/PR; b) percepção e satisfação com a democracia e suas nuances na cidade de Cascavel e no Brasil; c) participação social e política em suas dimensões comunitárias e/ou institucionais representativas; d) percepção em relação ao conceito de cidadania e confiança política²² interpessoal e institucional; e) participação, informação e sentimentos em relação às características dos movimentos em rede e sobre os protestos de Junho de 2013.

No desenvolvimento de cada um destes subitens do estudo, realiza-se uma análise em separado dos casos de questionários respondidos por estudantes que participaram dos protestos na cidade de Cascavel/PR, tendo como objetivo evidenciar as possíveis diferenças entre este subgrupo e a amostra geral da pesquisa e, compreender quem são os jovens que saíram às ruas neste contexto em rede.

Além de se abordar estes resultados inéditos, objetiva-se também estabelecer uma análise comparativa com pesquisa de Socialização e Cultura Política imediatamente anterior a Junho de 2013, realizada por Thomazini (2012), a fim de verificar se a experimentação democrática dos protestos de rua e o contexto social dos movimentos em rede fizeram oscilar

²² O conceito de Confiança Política é entendido aqui como um dos mecanismos de geração de solidariedade entre os indivíduos de uma sociedade, que promove a cooperação e a legitimação das decisões coletivas e das estruturas democráticas de poder (MISZTAL, 1998).

ou não as variáveis de Socialização e Cultura Política no município. Para tal, o próximo item faz a configuração do perfil dos entrevistados.

5.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados

O primeiro bloco de questões disponível para resposta dos entrevistados contemplou um delineamento do perfil socioeconômico dos jovens estudados. Pretendeu-se, portanto, identificar neste conjunto de perguntas as características gerais, condições sociais e de trabalho, renda e escolaridade dos jovens e seus pais, para, somadas às outras questões, compreender quem são estes estudantes e como percebem o sistema político como um todo.

Tabela 01 – Cruzamento Idade X Sexo do público da pesquisa (em %).

		Idade						
		13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos
Sexo	Fem	0,0%	1,2%	5,4%	23,9%	22,9%	3,0%	2,4%
	Mas	0,4%	1,0%	6,4%	16,3%	11,2%	3,6%	2,4%

Elaboração: MINUCELLI, C. P. n= 503.

Observa-se pela Tabela 01 que o maior número de entrevistados concentra-se entre a faixa etária entre 16 e 17 anos, com uma predominância de pessoas do sexo feminino (58,8%), destacando que 23,9% dos entrevistados são compostos por jovens mulheres de 16 anos de idade. Na pesquisa realizada por Thomazini (2012), o número de mulheres somava 56,6% e também possuíam em sua maioria 16 anos. As pessoas do sexo masculino somam 41,2% e estão concentrados também entre 16 e 17 anos.

No que se refere ao turno em que estuda, os estudantes puderam assinalar que em sua maioria estudam no período matutino, com uma soma de 83,4%, em contraponto a 16,6% de estudantes do período noturno. O critério que selecionou esta divisão entre períodos é baseado na disponibilidade de cada escola, em conjunto com os dados de matrículas efetivas nos estabelecimentos de ensino em cada turno, de acordo como o Sistema de Consulta a escolas.

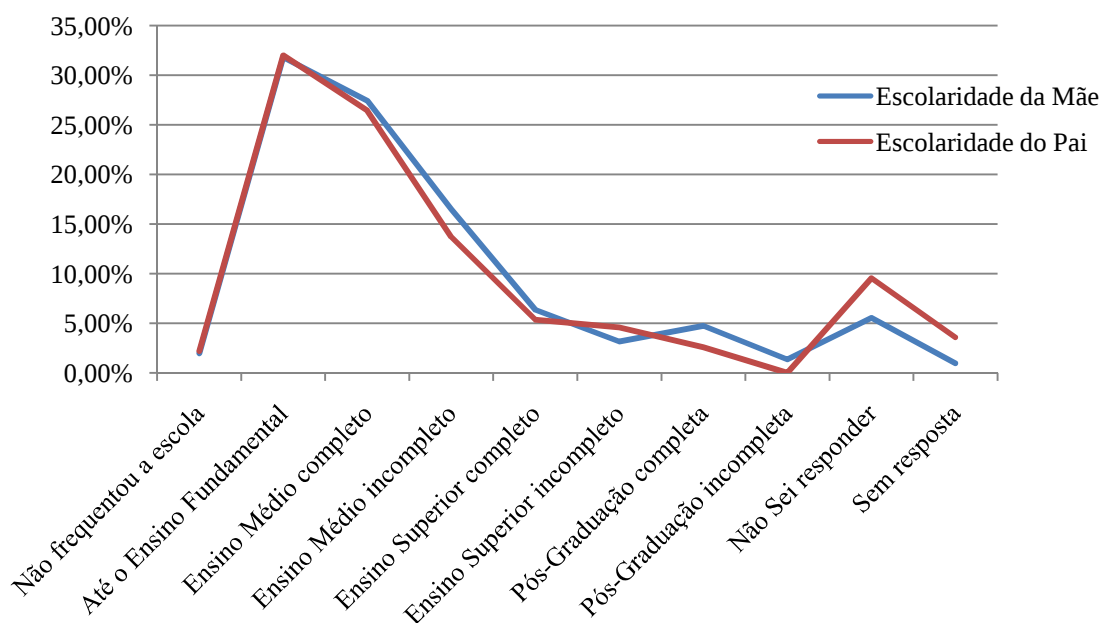
Quanto à escolaridade dos pais, nota-se uma relevante semelhança de formação entre as mulheres e os homens. As mães e pais predominantemente frequentaram a escola até o Ensino Fundamental (31,81% das mães e 32,01% dos pais), com números consideráveis também de concluintes do Ensino Médio (27,44% das mães e 26,44% dos pais). Destaca-se aqui o maior índice de respostas não dadas ou pertencentes à categoria “Não sei responder”,

quando os estudantes são perguntados sobre a escolaridade do pai (9,54% dos entrevistados), conforme demonstra o Gráfico 03. Essa característica é compreensível na medida em que é recorrente nos novos arranjos familiares do século XXI a ausência do pai como figura presente nas relações cotidianas.

De acordo com Nazzari (2006), os estudos de socialização e cultura política da juventude têm demonstrado uma contradição entre a baixa escolaridade dos pais e mães e a expansão crescente das instituições de ensino superior no Brasil. Tal variável é fundamental para estes estudos, pois permitem associações de proporcionalidade com os níveis de informação política, participação, adesão e legitimação do sistema democrático, além de se constituir como elemento necessário para a elevação dos índices de capital social nas comunidades.

As primeiras experiências democráticas na família são importantes para a socialização, pois como afirma Lipset *apud* Nazzari (2002), indivíduos com menor formação tendem a reproduzir estruturas autoritárias de poder com maior incidência se comparados a indivíduos com maior formação educacional. Neste sentido, destaca-se o Gráfico a seguir:

Gráfico 03 – Escolaridade dos pais.



Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

Os índices de escolaridade dos pais poderiam contribuir para motivar os jovens a participarem mais das atividades na escola e no trabalho. Porém, o que se pode observar é

que, nem sempre a ampliação da escolaridade e do acesso ao trabalho permite uma educação de qualidade, que amplie a visão crítica e a cidadania dos jovens.

Para avaliar a situação dos entrevistados em relação à sua condição de trabalhadores, perguntou-se se os estudantes realizavam atividade remunerada ou não e, em caso positivo, se possuíam registro em Carteira de Trabalho ou não. A maioria, ou 55,47%, disseram que não trabalham, enquanto os que trabalham somam 43,73%, sendo 20,87% registrados formalmente e 22,86% sem registro. Neste ponto, 0,8% dos entrevistados não responderam.

Entre os que trabalham, percebeu-se que a maioria reside na região central, que possui a maior renda *per capita* e os menores índices de violência e vulnerabilidade social da cidade. Do total dos entrevistados, 13% são trabalhadores desta região e, os menores índices de trabalhadores são situados na região Sul.

Destacou-se o fato de a região Norte, que conta com a menor renda *per capita* e os maiores índices de violência e vulnerabilidade social, mesmo tendo um número menor de habitantes em relação ao Centro, ter o segundo maior índice de estudantes trabalhadores, muito próximo aos números do Centro (11,8%). Devido à discrepância social entre as regiões Centro e Norte, verificou-se que os jovens das classes baixas têm necessidade de buscar o mercado de trabalho como fonte de renda e subsistência, bem como são estes também que tem menos tempo para estudar e que carecem de políticas públicas efetivas de incentivo à educação.

Outro fator determinante aos estudos de Socialização Política e à interpretação das condições para o acúmulo sistemático de capital social é a renda familiar. Quando perguntados sobre este tema, a maioria dos estudantes afirmou que a família tem rendimentos entre R\$1.449,00 e R\$2.172,00 (20,28%). No entanto, a distribuição dos entrevistados nas faixas de renda é bastante equivalente, excetuando-se os que possuem rendimentos de apenas um salário mínimo, que somam apenas 0,4%.

Estabelecendo uma relação entre a variável renda e a variável região, percebe-se que a maior média de respostas de renda acima de R\$4.345,00 se encontra no Centro e, paralelamente, a maior média de respostas de renda entre R\$1.449,00 e R\$2.172,00 encontra-se na região Norte. As regiões Sul e Leste encontram maioria das respostas na mesma faixa de rendimentos que a região Norte, porém em menor intensidade, mostrando que as regiões central e Norte são dois casos de perfis socioeconômicos bastante diferenciados, enquanto as regiões Sul, Leste e Oeste possuem perfis semelhantes, sendo a região Oeste detentora de uma distribuição mais equivalente que as demais.

Isto se observa na distribuição de renda geral por regiões da Tabela 02 a seguir, com destaque em negrito para as maiores distribuições de renda por região:

Tabela 02 – Renda familiar mensal distribuída por regiões. N% da Tabela.

		Região				
		Sul	Norte	Oeste	Leste	Centro
Qual é a renda da família por mês?	Até R\$724,00	0,0%	0,8%	0,2%	0,0%	1,2%
	De R\$725,00 a R\$1.448,00	2,4%	4,2%	4,2%	3,8%	2,8%
	De R\$1.449,00 a R\$2.172,00	3,2%	6,4%	2,6%	4,4%	3,8%
	De R\$2.173,00 a R\$2.896,00	1,6%	3,0%	2,6%	2,0%	2,6%
	De R\$2.897,00 a R\$3.620,00	2,4%	2,2%	1,2%	3,0%	3,8%
	De R\$3.621,00 a R\$4.345,00	0,8%	1,2%	2,8%	1,6%	4,6%
	Acima de R\$4.345,00	1,6%	0,4%	3,2%	1,4%	7,0%
	Não sei	0,4%	3,0%	1,4%	1,6%	4,8%
	Sem resposta	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%

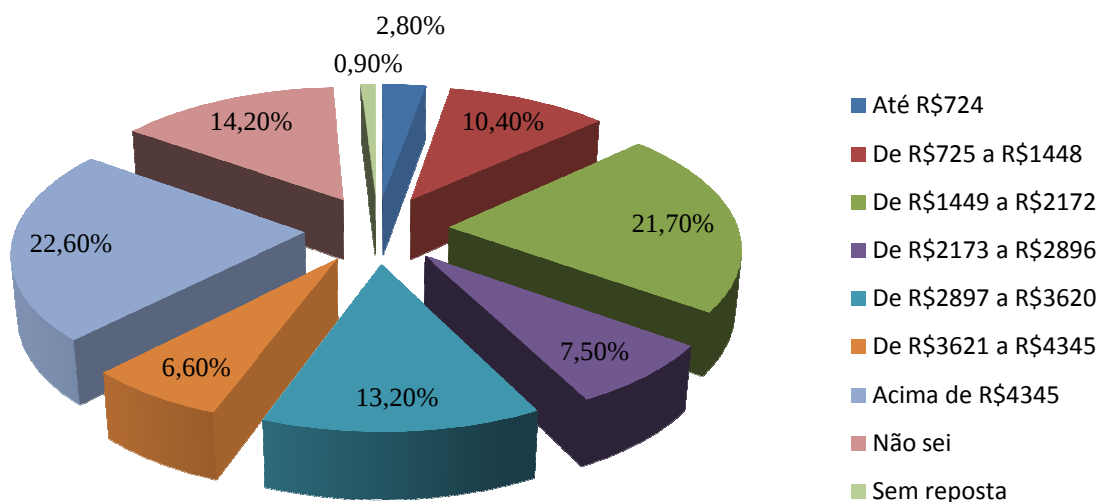
Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

Entre os jovens do subgrupo dos que participaram dos protestos, as respostas acerca das características socioeconômicas demonstram que a maioria dos estudantes da rede pública de ensino participante é do Centro (10,5% de toda a amostra ou 50% do subgrupo), seguidos por jovens das regiões Leste (3,4% - 16,03%), Norte (3,2% - 15,1%), Oeste (3,2% - 15,1%) e Sul (0,8% - 3,77%), com destaque para o fato de que precisamente metade dos participantes mora na região central, provocando uma distribuição não equânime de participação política nesses protestos no território cascavelense.

Nesta direção, na maioria, este subgrupo de estudantes também não trabalha (55,7%), mas o número de trabalhadores sem registro profissional também é elevado (26,4%), enquanto os que trabalham com registro profissional somam 17,9%.

Igualmente, no quesito renda familiar, os participantes dos protestos possuem a seguinte distribuição de renda, segundo o Gráfico 04 a seguir:

Gráfico 04 – Renda familiar dos participantes dos protestos de Junho de 2013 em Cascavel/PR.



Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=106.

O Gráfico 04 mostra uma predominância de participantes dos protestos com renda familiar mensal acima de R\$4.345,00 (22,6%), ou seja, maior que seis salários mínimos à época da pesquisa. Este número é bastante influenciado pela maciça participação de jovens do Centro, porém, são relevantes também as porcentagens de participantes com renda entre R\$1.449,00 e R\$2.172 (21,7%) e os que não souberam responder (14,2%).

Quanto à escolaridade de mãe e pai, os participantes responderam que em sua maioria, as mães possuem o Ensino Médio completo (33%), enquanto os pais também possuem o Ensino Médio completo (39,6%), consolidando uma maior formação educacional dos pais entre os participantes dos protestos em relação ao restante dos entrevistados.

O investimento no capital humano dos filhos, a democratização das relações domésticas e abertura para participação dos jovens no contexto familiar são grandes geradores de capital social e promovem uma socialização política em níveis geralmente satisfatórios. A análise acerca do capital cultural investido, de Bourdieu (1987), mostra que em diferentes classes sociais, os investimentos econômicos, políticos ou simbólicos são direcionados a entender interesses da própria classe²³. Essas características podem determinar diretamente as formas e níveis de socialização política.

²³ A análise de Bourdieu dá conta de que a classe alta investe em resultados econômicos, enquanto a classe média empreende na procura do investimento em instrução e símbolos de consumo e, a classe baixa busca a empregabilidade como forma de suprir as necessidades básicas. Desse modo, as diferenças entre classes sociais

É importante destacar que as semelhanças ou disparidades no perfil socioeconômico dos estudantes divididos por regiões, segmentados em grupos ou classes sociais iguais ou distintas, dentro de uma mesma cidade, influencia também nas orientações gerais das concepções individuais sobre o processo político que atua sobre estes estudantes.

Portanto, a forma como estes sujeitos encaram o processo político pode ser modificada ou mantida de acordo com as questões econômicas, sociais, políticas e culturais que os afetam e impactam seus grupos sociais. Ainda assim, mudanças na socialização política podem ser resultado de mudanças nas representações coletivas sobre o processo político, que afetam todas as classes sociais (NAZZARI, 2006).

Este debate revisionista é contemporâneo entre especialistas, mas ainda não se chegou a um consenso mínimo sobre o assunto. Nesta pesquisa, se abordarão os resultados que se referem a este tema em análises seguintes.

5.2 Percepção e satisfação com a democracia

O bloco de questões que visou apreender a percepção e satisfação com a democracia dos entrevistados foi composta de modo a perceber quatro variáveis: 1) a preferência por formas de governo; 2) a satisfação com a democracia atual; 3) a escala em que o entrevistado classifica a democracia e; 4) as percepções sobre o que falta para a democracia.

A pesquisa mostrou que 47,12% dos entrevistados preferem a democracia a qualquer outra forma de governo, 19,68% acham que em alguns casos um governo autoritário pode ser preferível, 16,1% deixaram a questão sem resposta, 14,51% afirmaram não saber responder e 2,58% dizem que tanto faz ser ou não um governo democrático.

Destacou-se nesta questão o elevado percentual de jovens que afirmam não saber responder à questão ou a deixaram sem marcação de resposta, evidenciando que o conhecimento sobre as formas de governo e suas características ainda é frágil entre os jovens. A preferência por governos autoritários em determinados casos também não pode ser desconsiderada: dos 503 entrevistados, 99 assinalaram esta afirmação.

De acordo com Baquero (2004), a cultura política autoritária desenvolvida historicamente no Brasil e na América Latina, contribuiu significativamente para que houvesse uma reprodução longitudinal de traços autoritários na forma como os jovens

encaram a política, ou seja, a forma autoritária de conduzir as mudanças ou permanências de aspectos do sistema político cristalizou este traço e permite que ele se reproduza.

Contudo, a maioria ainda se constitui de jovens que preferem formas de governo democráticos em detrimento de qualquer outra possibilidade, o que mostra a disposição majoritária da juventude em fomentar a construção de formas de visibilidade que percorram caminhos democráticos, índices que coincidem longitudinalmente com as pesquisas realizadas por Baquero, Nazzari, Schmidt, Thomazini e outros.

Por sua vez, no subgrupo de participantes dos protestos de Junho de 2013 na cidade, os números seguiram praticamente a mesma média dos outros respondentes: 51,9% preferem as formas democráticas de governo, 20,8% preferem governos autoritários em determinados casos e 2,8% dizem que tanto faz ser ou não um governo democrático. Os que não souberam responder ou não assinalaram a questão somam 24,5%.

Percebe-se que há um aumento da preferência por governos autoritários e também no número de entrevistados que não responderam, o que caracteriza que metade dos participantes dos protestos possuem uma definição frágil do que seja o processo político autoritário e democrático, também reproduzindo as formas autoritárias de pensar da cultura política brasileira.

Quando perguntados sobre sua satisfação com a democracia, no que se refere à cidade de Cascavel e ao Brasil, a maioria dos jovens da amostra global se mostra não muito satisfeita (66,2%), enquanto 11,7% não souberam responder ou não marcaram resposta, 11,3% estão bem satisfeitos, 10,14% não estão nada satisfeitos e 0,6% estão muito satisfeitos.

Entre os respondentes que participaram dos protestos, os números de insatisfação aumentam e os que não souberam responder ou não responderam diminuem: os que não estão muito satisfeitos somam 78,3%, os que não estão nada satisfeitos são 8,5%, os bem satisfeitos são 6,6%, os que não souberam ou não responderam somam 5,6% e os que estão muito satisfeitos formam 0,9%.

É importante ressaltar que os níveis de satisfação com a democracia contribuem, acima de tudo, para os estoques de capital social que a juventude utiliza para a cooperação comunitária e para a construção do sistema político democrático e, se torna ainda mais relevante quando inseridos dentro de contextos de países com problemas sociais básicos como a insuficiência de programas e ações de promoção da saúde, educação, transporte público e lazer.

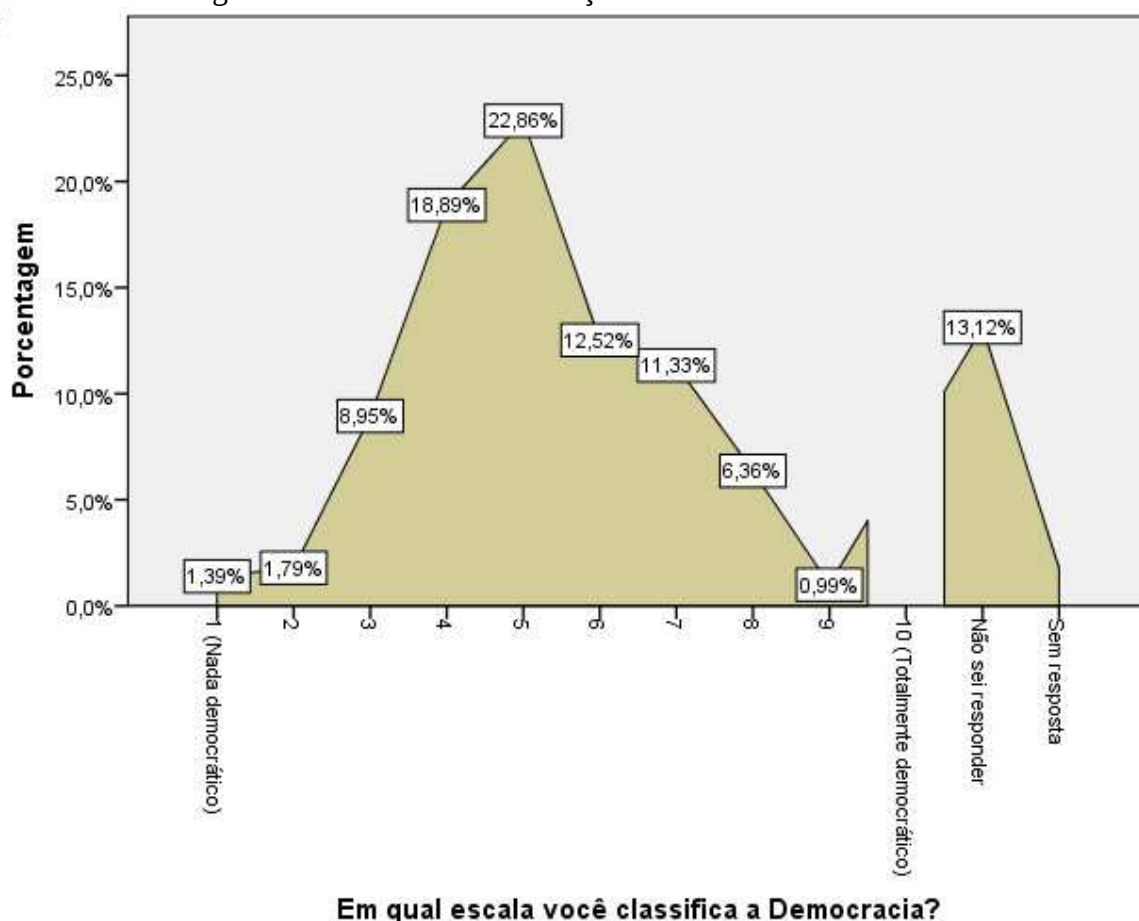
Depreende-se daqui que a insatisfação com a democracia brasileira persiste, se consideradas pesquisas como as de Schmidt (2000), Nazzari (2002, 2006), Baquero & Nazzari

(2010) e Thomazini (2012). Todas elas concentram suas análises no mesmo panorama que se traça aqui: a categoria de “democratas desconfiados” de Moreira (2000), ou seja, daqueles que se identificam na categoria de preferência aos regimes democráticos, mas desconfiam seriamente das instituições políticas e seus representantes.

Os números apresentados também mostram que a situação da maioria dos jovens situados na categoria “não muito satisfeitos” estão, em certa medida, mergulhados na esperança de mudança do sistema político, como ilustra no título de seu livro Manuel Castells (2013): “Redes de indignação e esperança”.

Na escala de classificação da democracia atual, também se considerando a cidade de Cascavel e o Brasil, temos o seguinte histograma:

Gráfico 05 – Histograma da escala de classificação da democracia.



Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

O Gráfico 05 evidencia uma localização dos jovens em sua classificação da democracia no nível de número 5, semelhante à localização de suas satisfações com a democracia. O critério apresentado para a resposta era localizar sua opinião entre as escalas 1

(Nada democrático) e 10 (Totalmente democrático). Destacam-se aqui a porcentagem de 22,86% de jovens respondentes na escala 5 e, apesar de uma distribuição normal no gráfico, uma curva mais acentuada à esquerda que indica avaliações mais descontentes com o sistema político. Para além disto, um destaque para a ausência de jovens com a opinião de que o sistema político brasileiro seja totalmente democrático.

Entre os respondentes participantes dos protestos temos uma pequena variação, com avaliações mais desconcentradas e até mesmo mais positivas:

Tabela 03 – Avaliação da democracia entre os participantes dos protestos.

0%	1,9%	10,4%	19,8%	17,9%	15,1%	17%	4,7%	0,9%	0%
1 Não é democrático	2	3	4	5	6	7	8	9	10 Totalmente democrático

Não sei responder ou Sem reposta: 12,2%

Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=106.

O índice de 17% de avaliação na escala de número 7 e a avaliação de 10,4% na escala de número 3 é relevante, pois indica duas dimensões diferentes de análise dos jovens que participaram das mobilizações e que, em boa medida, a avaliação da democracia entre os protestantes não é significativamente homogênea.

Já para representar a opinião dos entrevistados sobre o que falta para a democracia se consolidar no Brasil e em Cascavel, perguntou-se que elementos melhor representam o que precisa mudar no sistema político. Abaixo, a Tabela demonstra a aparição ou não de cada alternativa nos questionários, com destaque em negrito para as maiores aparições:

Tabela 04 – Contagem das variáveis sobre o que falta para a democracia.

Variável	Sim	Não
Está bem assim	4	499
Falta melhorar os partidos políticos	205	298
Falta justiça social	161	342
Falta participação cidadã	223	280
Falta reduzir a corrupção	283	220
Falta aumentar a transparência do Estado	187	316

Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

A Tabela 04 evidencia que a maior preocupação dos jovens sobre os elementos que faltam para a democracia é a redução da corrupção, uma das pautas ou temas principais dos movimentos de Junho de 2013. Todas as demais alternativas tiveram mais não aparições do que aparições, porém, a participação cidadã e a melhora dos partidos políticos são as maiores médias de aparições depois do primeiro elemento, o que aponta que a pior avaliação da democracia para os jovens pesquisados está na institucionalidade democrática e na maneira e procedimentos como os cidadãos se comunicam com ela. Castells (2013) escreve sobre esta mediação nos movimentos em rede, dizendo que

Os movimentos não têm objeção ao princípio da democracia representativa, mas denunciam a prática dessa democracia tal como se dá hoje e não reconhecem sua legitimidade. Nessas condições, há poucas chances de uma interação positiva direta entre movimentos e políticos visando à promoção de uma reforma política, ou seja, uma reforma das instituições de governança que amplie os canais de participação política e limite a influência dos lobbies e grupos de pressão no sistema político, reivindicações fundamentais da maioria dos movimentos sociais (CASTELLS, 2013, p. 176).

A concepção de participação cidadã para a mudança do sistema político passa, necessariamente, pelo grau de sentimento de liberdade dos cidadãos em participar da política. Quando perguntados sobre isto nesta pesquisa, os resultados puderam verificar que a maioria da amostra (42,74%) sente que a liberdade de participar está apenas mais ou menos garantida, enquanto 32,6% dizem que ela está pouco garantida, 7,36% que não está nada garantida, 3,78% sentem que está completamente garantida e 13,52% não souberam responder ou não assinalaram a questão.

Este resultado aponta que, além da desconfiança e da insatisfação com a democracia, os jovens percebem no sistema político barreiras que restringem ou constroem a liberdade de participação, principalmente localizadas nas instituições políticas representativas.

5.3 Participação social e política

Com o propósito de verificar a participação comunitária, eleitoral e política dos jovens entrevistados, procurou-se formular questões que abrangessem a participação em atividades, instituições comunitárias, voluntariado, protestos, audiências populares e atividades desenvolvidas durante campanhas eleitorais em diferentes dimensões da vida social.

A primeira questão perguntou se o entrevistado participa ou já participou dos eventos e atividades presentes na Tabela 05 a seguir, que já conta com a porcentagem de aparições ou

não de cada evento e, uma comparação com os dados coletados em 2012, no intento de verificar mudanças ou manutenções nos padrões atitudinais em relação à participação, com destaque em negrito para as mais relevantes:

Tabela 05 – Porcentagem de participação em atividades ou instituições comunitárias, comparativo a 2012.

Eventos/Atividades	2012 (n=456)		2015 (n=503)	
	Sim	Não	Sim	Não
Conselho de Classe na escola	14%	86%	22,5%	77,5%
Grêmio Estudantil	9,4%	90,6%	18,7%	81,3%
Associações de moradores do bairro	4,2%	95,8%	9,3%	90,7%
Grupo de jovens religioso	37,7%	62,3%	56,7%	43,3%
Protestos e passeatas	12,3%	87,7%	34%	66%
Partidos Políticos	2,6%	97,4%	3,6%	96,4%
Sindicatos	1,8%	98,2%	3,8%	96,2%

Elaboração: MINUCELLI, C. P.

Os números apresentam aumento de participação em todas as atividades ou instituições de 2012 para 2015, com destaque para o aumento de participação em protestos e passeatas, grupo de jovens religioso – que é o único item que ultrapassou 50% de participação – e em conselhos de classe na escola. Os aumentos assinalam um fomento na participação política e comunitária dos jovens de Cascavel/PR e também um maior incentivo à participação ou relativização de paradigmas pelas instituições sociais tradicionais como a religião e a escola.

Apesar de os números ainda indicarem um descrédito considerável nas instituições e grupos sociais para a participação, o aumento nos índices parecem apontar um crescimento dos estoques de capital social entre os estudantes do Ensino Médio público de Cascavel. São estes níveis de participação que permitem que a organização global da sociedade coopere no sentido de desenvolver ou ampliar projetos de crescimento dos bens públicos e de felicidade coletiva, além de pertencimento, legitimação e adesão à democracia (PUTNAM, 2006).

Destaca-se também que, no contexto dos movimentos em rede, a onda globalizante das TIC's funciona como facilitadora, mesmo que de forma temporária e inconstante, promovendo a discussão *online* e a criação de fóruns públicos de debate e decisão, que constituem um importante instrumento de incentivo à participação em protestos e, na medida em que enxergam expressão popular, crescem de maneira virtuosa até terminarem em suas próprias práticas. Isto, pois, conforme Castells (2013), o interesse parece estar na mensagem

causada pelos protestos e não necessariamente pelos seus resultados imediatos, ou, em outras palavras, na esperança da mudança do sistema político e econômico.

Na contramão disto, o menor índice de aumento de participação encontra-se entre os partidos políticos que, sem uma comunicação positiva com os cidadãos e emergidos em sua maioria em vícios de representação, acabam isolando a si mesmos e fomentando a cultura política de descrédito deles como instrumento de intervenção no Estado, colaborando na manutenção das estruturas de cultura não participativa.

Para complementar esses dados, quando perguntados se já participaram de uma sessão ou audiência popular na Câmara de Vereadores, na Prefeitura Municipal ou em seu bairro, 73,8% responderam que não, 24,7% responderam que sim e 1,6% não responderam. Já na pesquisa realizada em 2012, 97,4% nunca haviam participado e 2,6% já participaram, ou seja, um acréscimo de 22% de jovens do Ensino Médio público de Cascavel/PR participando destes tipos de atividades.

Este aumento significativo, ainda que não inverta o quadro de não participação comunitária da juventude, revela que outros olhares passam a ser lançados pelos jovens sobre o espaço público. Esses olhares passam pela informação, pela comunicação instantânea, pelo sentimento de esperança, pelo empoderamento resultante das relações sociais mais orgânicas, porém virtuais e, pelo elevado senso de indignação com os sistemas político e econômico.

Já no tocante à participação eleitoral, apresenta-se abaixo o mesmo esquema comparativo entre 2015 e 2012. Além de buscar identificar os níveis de informação política em épocas de eleições, as perguntas abrangem também a influência que as agências socializadoras como a família, escola e mídia possuem nesta participação:

Tabela 06 – Porcentagem de participação em atividades referentes a eleições, comparativo a 2012.

Eventos/Atividades	2015 (n=503)		2012 (n=456)	
	Sim	Não	Sim	Não
Assisti o horário político na televisão	79,3%	20,7%	67,3%	32,7%
Conversei com meus familiares sobre os candidatos	81,7%	18,3%	55,3%	44,7%
Assisti os debates na televisão	75,9%	24,1%	49,3%	50,7%
Participei de comícios ou reuniões de candidatos	13,5%	86,5%	9,2%	90,8%
Acompanhei notícias pela internet	55,3%	44,7%	27,6%	72,4%
Conversei com meus colegas de escola sobre os candidatos	27%	73%	39,9%	60,1%
Conversei com meus professores sobre os candidatos	37,6%	62,7%	26,3%	73,7%

Elaboração: MINUCELLI, C. P.

A Tabela 06 mostra, assim como a anterior, um aumento de participação em atividades referentes a eleições, exceto em conversas com colegas de escola sobre candidatos. Considera-se que, neste caso, tomam-se como parâmetros para os dados de 2012 as Eleições presidenciais e para Deputados Estaduais e Federais e Senadores do ano de 2010. Já nos dados consolidados desta pesquisa (2015), toma-se como parâmetro analítico as mesmas Eleições, porém, com realização em 2014.

Percebem-se crescimentos significativos em atividades como assistir o horário político na televisão, conversar com familiares sobre os candidatos, assistir debates televisivos e conversar com professores sobre os candidatos. Este crescimento provoca uma reflexão quanto aos atuais papéis dos agentes de socialização política. Observa-se, por exemplo, que a televisão parece se apresentar como um dos principais instrumentos para informação política com debates políticos e horários eleitorais gratuitos e, a escola, se consolidando como um canal importante de debate político com professores.

Embora esses crescimentos sejam realmente significativos, o crescimento do acompanhamento de notícias pela internet quase dobrou e parece se constituir como um dos principais canais de informação e avaliação alternativa dos candidatos para os jovens entrevistados, superando e, por outro prisma, substituindo, as conversas presenciais com amigos, por exemplo, que decresceu em relação a 2012.

Não se trata aqui de se afirmar, portanto, que a TV ou os amigos tenham perdido seu espaço e/ou capacidade de socialização, mas que, gradativamente, a internet se firma como principal agente socializador e mediador das opiniões públicas construídas pelos jovens em relação à política e às eleições.

Quanto a atividades desenvolvidas entre 2013 e 2014, fora do espectro eleitoral, temos um quadro relativamente semelhante:

Tabela 07 – Porcentagem de participação em atividades referentes a política entre 2013 e 2014, comparativo a 2012.

Eventos/Atividades	2015 (n=503)		2012 (n=456)	
	Sim	Não	Sim	Não
Li reportagens em jornais ou revistas sobre assuntos relacionados à política	50,9%	49,1%	46,9%	53,1%
Participei de associações ou grupos para resolver problemas do bairro ou da cidade	7,4%	92,6%	6,8%	93,2%
Fiz pedidos para políticos	7,6%	92,4%	8,8%	91,2%
Acompanhei notícias sobre política pela internet e nas redes sociais	55,3%	44,7%	15,5%	84,5%
Conversei com algum vereador sobre problemas da minha comunidade	8,9%	91,1%	9,6%	90,4%

Eventos/Atividades	2015 (n=503)		2012 (n=456)	
	Sim	Não	Sim	Não
Conversei com professores, coordenadores ou diretores sobre os problemas da escola	41,4%	58,6%	34,4%	65,6%

Elaboração: MINUCELLI, C. P.

A partir dos dados apresentados na Tabela 07, pode-se perceber igualmente um relativo acréscimo nos estoques de capital social da juventude entrevistada. Por um lado, o aumento de atividades como ler reportagens sobre política e conversar com professores, coordenadores e diretores sobre os problemas da escola aponta o mesmo verificado anteriormente, ou seja: as instituições tradicionais tendem a investir na abertura democrática para participação dos jovens e, do mesmo modo, a mídia parece atrair mais o olhar dos estudantes sobre o mundo político, relatando com frequência a sua importância e, além disso, buscando traduzir informações antes inacessíveis ao público jovem.

Por outro lado, verifica-se que os canais de comunicação com a institucionalidade democrática de fato perdem cada vez mais relevância e eficácia. Isto é evidenciado no fato de as duas únicas alternativas com baixa no número de realizações serem, justamente, duas dimensões da mediação entre os cidadãos e o sistema representativo: a conversa com vereadores e o pedido para políticos. Evidencia-se assim, que a desconfiança nos procedimentos do sistema democrático, através dos representantes políticos, forma uma considerável barreira para o acesso e a disposição em acessar os mecanismos democráticos de controle de mandatos e de controle social por parte dos jovens entrevistados.

Afora estas constatações, o relevante destaque continua sendo o crescente uso das redes sociais e da internet para a informação política dos jovens. Na pesquisa de 2012, percebeu-se que quando perguntados especificamente sobre a época de eleições, mais jovens responderam que se informavam pela internet, em comparação com os números de informação com uso das redes fora do espectro eleitoral.

Na pesquisa de 2015, verifica-se que os números se repetem precisamente nos dois momentos, o que demonstra que a tendente consolidação das redes sociais e da internet na arena política não atingem agora apenas os períodos eleitorais e nem somente aqueles jovens que querem usar a internet apenas para se informar sobre o voto, mas sim todas as dimensões cotidianas da política, que envolvem as situações políticas e suas influências na vida de cada indivíduo ou grupo social.

Quando se volta ao campo estritamente eleitoral, perguntados os jovens se possuem título de eleitor, a maioria responde que não (73,6%), em detrimento de 27% que possuem. Já

quando se pergunta se teve ou ainda tem interesse em fazer o título de eleitor antes dos 18 anos, 56,7% dizem que sim e 43,3% dizem que não.

O grande desinteresse em votar antes dos 18 anos promove a reflexão de que tipo de cidadania enxerga a juventude do Ensino Médio público de Cascavel/PR e coloca ao sistema político um problema a ser resolvido: o da deslegitimação do voto como meio ou instrumento de alternância de poder e de cidadania em longo prazo.

5.4 Cidadania e confiança política

Ainda que os dados coletados sobre a participação eleitoral, em associações e no acompanhamento das informações sobre política dos jovens pesquisados indiquem um acréscimo nos estoques de capital social promovido pelas instituições de socialização e, um aumento do interesse e do sentimento de pertencimento ao regime democrático de forma desconfiada ou crítica, algumas estruturas contrárias se mantêm em relação às características históricas pesquisadas até então.

Desse modo, os índices de participação ainda ficam abaixo dos 50% de adesão a atividades que caracterizam a participação política e, entre estes, alguns índices não acumularam acréscimo significativo da última pesquisa para esta em Cascavel/PR. É neste sentido que se buscou então verificar como estes jovens encaram o conceito de cidadania e em quais níveis classificam e enxergam sua confiança no sistema político, como forma de identificar as possíveis causas desta continuidade.

Como já dito, utiliza-se aqui o conceito de confiança política de Misztal (1998), buscando traçar a confiança pessoal e institucional dos entrevistados através de questões que envolvam tanto suas percepções sobre o conceito de cidadania, quanto questões de avaliação dos governos democráticos vigentes, instituições e pessoas que contribuem para a adesão sistemática da juventude ao sistema democrático.

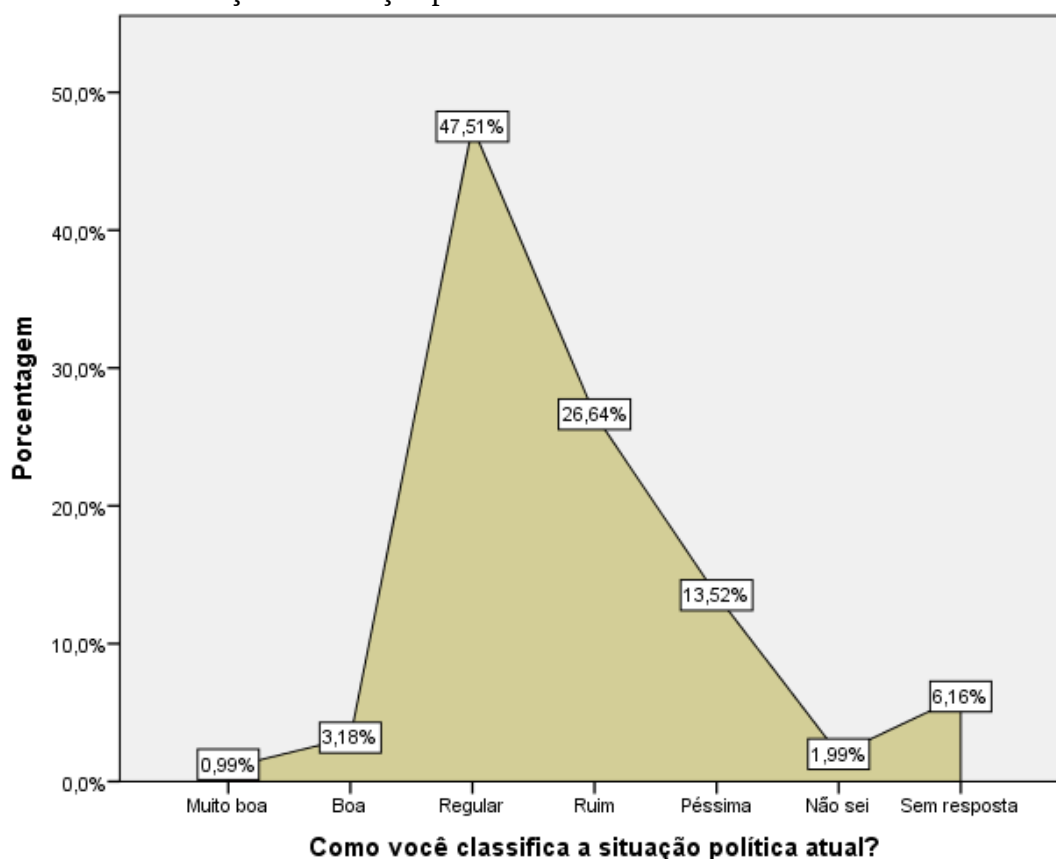
Quando se pergunta, por exemplo, se o Brasil em aspectos governamentais gerais está sendo governado por grupos poderosos em seu próprio benefício ou se para o bem de todo o povo, verifica-se que 62,23% acreditam que o país está mesmo sendo governado por grupos em seu benefício próprio, 13,72% sentem que é governado para o bem de todo o povo e 24,05% não souberam responder ou não responderam.

Em três casos de respondentes que assinalaram, nesta questão, a opção de governança para o bem de todo o povo, apareceram, de forma escrita, as seguintes expressões: “Mais ou menos”, “Às vezes sim, às vezes não” e “Até certo ponto”, indicando que entre estes

respondentes, a percepção sobre os governos democráticos vigentes no Brasil pode ser relativizada, porém, reconhecida pelo esforço de atender a demandas de todo o povo brasileiro.

Com base nestes sentimentos, perguntou-se: “Pensando na cidade de Cascavel e no Brasil, como você classifica a situação política atual?”, e as respostas podem ser representadas no seguinte histograma:

Gráfico 06 – Classificação da situação política atual em Cascavel e no Brasil.



Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

As respostas do Gráfico 06 assinalam que, na classificação da situação política, os jovens entrevistados expressam um descontentamento com a condução da política cascavelense e brasileira, já presente em outras pesquisas aqui mencionadas. Se considerados os números de respondentes que assinalaram as alternativas “Regular”, “Ruim” e “Péssima”, temos que mais de 87% dos estudantes não enxergam muitos pontos positivos na atual situação, ocasionando a perceptível curva à direita no gráfico. Esta avaliação expressa, também, níveis de confiança política, que dão legitimidade frágil aos governos e evidenciam como os cidadãos se percebem em relação aos seus representantes.

Para testar quais são as representações coletivas sobre o que seria um bom cidadão, disponibilizou-se aos entrevistados uma série de alternativas para se escolher. A distribuição de aparições e não aparições das alternativas são representadas na Tabela 08 a seguir, com destaque para as maiores aparições, em negrito:

Tabela 08 – Percepção sobre o conceito de cidadania.

O que é ser bom cidadão?	Sim	Não
Votar	47,7%	52,3%
Pagar impostos	23,1%	77,9%
Obedecer às leis	48,3%	51,7%
Participar de organizações sociais	31,4%	68,6%
Participar de organizações políticas	20,7%	79,3%
Comprar produtos que não agredam o meio ambiente	31,2%	68,8%
Ajudar as pessoas mais necessitadas	53,9%	46,1%
Cumprir o Serviço Militar	8%	92%

Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

No que se refere à percepção sobre o conceito de cidadania, percebe-se que os entrevistados categorizam-na predominantemente na ajuda a pessoas mais necessitadas (acima de 50% dos respondentes), em obedecer às leis, votar e, em menor medida, participar de organizações sociais no geral, além de comprar produtos que não agredam o meio ambiente.

Evidencia-se com isso que o conceito de cidadania ainda é visto como uma ação social de responsabilidade de cada indivíduo, colocando em segundo plano seus aspectos institucionais e de direitos. Esta é uma característica das sociedades ocidentais modernas, que a partir ideologia individualista, transfere responsabilidades ao campo individual em detrimento das responsabilidades do Estado como mantenedor e promotor dos direitos civis, políticos e sociais.

Demonstra-se, igualmente, que votar encontra-se em uma dimensão de relevância social bastante acima do cumprimento do Serviço Militar, que são duas variáveis legais. Votar localiza-se num campo mais ligado a uma cidadania participativa, enquanto o Serviço Militar pode ser encarado como uma obrigação meramente formal para 92% dos entrevistados. No mesmo sentido, obedecer às leis da sociedade se configura como importante dimensão no cumprimento da cidadania, também encarada como responsabilidade individual.

Novamente, a participação em organizações políticas, que envolve a participação em órgãos institucionais como partidos políticos, Organizações Não Governamentais (ONG's) ou

em movimentos sociais que admitem uma estrutura burocrática e/ou verticalizada, tem um baixo índice em relação às demais categorias, indicando a pouca confiança nesses instrumentos.

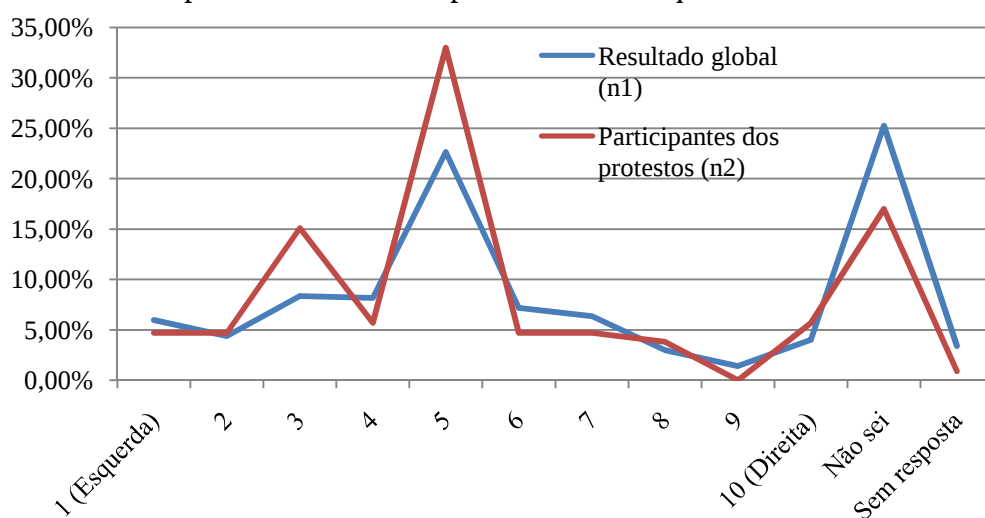
A questão ideológica, como ordenamento das visões de mundo de um grupo social pode ser explicativa para esse fenômeno e, a relação da juventude com esta característica da política é relatada em diversas pesquisas no tempo. É evidente na literatura de socialização política juvenil brasileira, a manifestação de atitudes democráticas, autoritárias e de apatia nos jovens, provocadas pela cultura política híbrida e dualista brasileira.

A expressão dessas características, como afirma Nazzari (2006), está na orientação para o consumo e políticas de mercado do neoliberalismo, que aliadas ao sentimento de alienação e impotência diante das constantes e graves denúncias de corrupção no sistema político, geram altos índices de desconfiança dos jovens sobre as instituições políticas e aos referenciais clássicos partidários e ideológicos.

De maneira acentuada, os jovens e a população brasileira no geral procuram não se posicionar nos extremos da ideologia política e partidária, se constituindo como barreira importante para a elevação dos níveis de capital social. Nesta pesquisa, repetiu-se a mesma característica, com destaque para o número de respondentes que não souberam responder, o que aponta a elevada abstração que se constitui o espectro da esquerda e da direita e de todas as outras posições políticas possíveis no imaginário dos jovens.

Abaixo, o Gráfico 07 representa as diferenças e semelhanças do autopoicionamento entre esquerda e direita no total de entrevistados da pesquisa e entre o subgrupo de participantes dos protestos de Junho de 2013:

Gráfico 07 – Autoposicionamento comparativo entre Esquerda e Direita



Elaboração: MINUCELLI, C. P. n1=503; n2=106.

O autopoicionamento dos entrevistados na escala entre Esquerda e Direita chama atenção a ao menos dois elementos importantes: 1) a presença relativamente maior de participantes dos protestos localizados à esquerda, especialmente na escala de número 3, em relação ao mesmo número na pesquisa global e; 2) o menor índice de entrevistados que não souberam responder entre o subgrupo participante.

Entre os participantes, a soma da posição de esquerda (1 a 4) chega a 30,2%, e a de direita (6 a 10) a 18,9%, o que indica um desequilíbrio entre estes dois pólos, cada um deles inferior ao posicionamento de centro, com 33%.

Quanto à presença maior de jovens participantes em escalas mais posicionadas à esquerda, percebe-se, entre estes estudantes, que pautas localizadas são enfatizadas nas manifestações, como descrito no Capítulo 3. O questionamento relativo a temas como Passe Livre e Estado Laico são exemplos de temas progressistas, ligados à esquerda política, que podem se expressar nessa localização.

Destaca-se também o fato de que a maioria dos entrevistados que respondeu estar na escala da esquerda, entre os números 1 e 4, são da região Norte que, como já dito, se configura como a região de maior carência de políticas públicas da cidade. A maioria dos estudantes do Centro se localizam entre as escalas 6 e 7 (mais à direita); da região Sul a maioria dos respondentes se autopoicionou na escala 8 (mais à direita) e; as regiões Leste e Oeste tiveram distribuições mais homogêneas, sendo que, respectivamente, tiveram mais respondentes localizados nas escalas 4 e 6.

Enquanto os participantes dos protestos afirmam-se localizados mais à esquerda, os dados globais dos entrevistados mostram distribuição em posições mais definidas com posicionamentos mais categóricos nos questionários, que divide mais respondentes entre escalas como as 4, 7 e 9, porém, com menor número de respondentes que não souberam responder, o que indica que entre os participantes, o conhecimento sobre a divisão de posições políticas é maior.

É possível verificar, portanto, pouca identificação ideológica, um grande posicionamento ao centro, que pode expressar a indiferença e a contravenção com tais posições, características dos movimentos em rede e, um relevante desconhecimento da dimensão clássica de divisões de posicionamentos na arena política, assinalando que a maioria não concebe a política em termos ideológicos, mesmo sendo possível serem afetados por eles.

A única exceção se constitui no grande índice da região Norte, que demonstrou bastante identificação ideológica mais à esquerda, conhecimento do autopoicionamento e, portanto, identificação com pautas mais progressistas da política.

No geral, não é possível afirmar que os estudantes do Ensino Médio público participantes dos movimentos de Junho de 2013 possam ser agrupados em grupos ideológicos homogêneos à esquerda ou à direita, mas sim que centralizam suas posições e as distribuem pouco entre os meios termos das duas ideologias.

Por sua vez, é possível que pautas ou características específicas dos protestos possam se encontrar mais pendentes a qualquer dos lados, mas apenas uma análise centralizada nesta questão pode dar resultados convictos, o que não é objetivo desta pesquisa. Aqui, somente pode-se destacar que as influências ideológicas de uma sociedade em rede podem fazer eco nos resultados de como a juventude percebe o seu sistema político e como irá estabelecer a mediação entre seu desejo/esperança e o sistema político representativo, como discutido no Capítulo 2.

A possibilidade de os movimentos e seus participantes terem sido influenciados por ideologias distintas pode ser caracterizada pela pergunta: “Você acha que pode haver democracia sem partidos políticos?”. Pressupondo que é constitutiva dos regimes democráticos a existência da pluralidade de pensamentos e de seus representantes, os partidos políticos, as respostas a essa pergunta mostram que ainda que a maioria (34,4%) tenha afirmado que sem partidos políticos não pode haver democracia, um índice significativo de 29,2% diz que a democracia pode funcionar sem partidos políticos. Os que não souberam responder ou não responderam somaram 36,4%, indicando também uma grande limitação na interpretação sobre qual o papel dos partidos políticos em uma democracia.

Entre os participantes dos protestos, os índices mostram uma divisão exata entre os que acreditam haver a possibilidade de existir democracia com e sem partidos políticos, com 34,9% de respostas em ambos os casos. O resultado dos que não responderam ou disseram não responder cai para 30,2%.

Este tipo de resultado indica que há, portanto, a presença de características autoritárias e conservadoras entre os jovens do Ensino Médio público de Cascavel/PR, apontando a possível influência que elas possam ter nas pautas e nas expressões características dos movimentos de Junho de 2013 na cidade.

O fato é que a internet tem se constituído, como mostra a pesquisa, em um instrumento poderoso de informação e disputa política, que pode se refletir também nos movimentos em rede e nas próprias redes sociais. O crescimento de páginas relacionadas a esta ou aquela ideologia política é, portanto, expressão do que tem chegado ao imaginário dos indivíduos pela cibercultura, como afirma Castells *apud* Viana (2015).

Para o autor, os movimentos em rede de Junho de 2013 possuíam características de composição de classe popular, de juventude e baseados na crítica antisistema como ideologia, o que não se pôde perceber em manifestações também em rede relativas a 2014 e 2015, onde o perfil passou a considerar integrantes de classe média alta, mais velhos e com uma tendência muito mais neoliberal, com perfis de golpe político.

A análise que parece consolidada por Castells sobre a relação entre os movimentos em rede e a ideologia é a de que

[...] a comunicação dos jovens passa pelas redes sociais, e por isso os partidos e movimentos de todo tipo intervêm nas redes sociais, porque a única coisa segura sobre o futuro é que são os jovens de hoje que o farão. Quem mais influenciar a mente dos jovens no espaço da comunicação construirá as bases do poder – conservador, reformista ou revolucionário – no Brasil (CASTELLS *apud* VIANA, 2015, p. 1)

Quanto às variáveis específicas para verificação da confiança política e interpessoal, se estimulou os entrevistados a dizerem se confiavam totalmente, até certo ponto, não confiavam ou se não sabiam responder se confiavam nas instituições, pessoas e representantes políticos abaixo. A Tabela 09 que segue demonstra os graus de confiança e desconfiança de forma comparativa entre 2012 e 2015, indicando também os dados relativos ao subgrupo de participantes dos protestos nos itens “Governo Federal”, “Governo Municipal”, “Partidos Políticos”, “Igreja”, “Família”, “Escola”, “Mídia” e “Amigos”, em negrito:

Tabela 09 – Confiança institucional e interpessoal comparada no tempo.

Você confia?	CONFIO TOTALMENTE		CONFIO ATÉ CERTO PONTO		NÃO CONFIO		NÃO SEI RESPONDER	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015
Governo Federal	1,8%	5,2% 5,7%	53,3%	47,3% 54,7%	34,2%	35% 34%	10,7%	12,5% 5,7%
Governo Estadual	2,6%	4,2%	53,1%	45,1%	33,3%	39,2%	11%	11,5%
Governo Municipal	4,2%	2,8% 2,8%	52,6%	44,1% 48,1%	32,7%	41,6% 42,5%	10,5%	11,5% 6,6%
Deputados Estaduais	1,5%	1,8%	43,4%	39,6%	43,2%	48,3%	11,8%	10,3%
Vereadores	2%	0,6%	42,5%	35,8%	45,2%	53,3%	10,3%	10,3%
Partidos Políticos	2%	1% 1,9%	38,2%	36,4% 44,3%	48,9%	52,5% 49,1%	11%	10,1% 4,7%
Igreja	47,1%	33,8% 29,2%	37,1%	42,9% 49,1%	11,6%	14,9% 17,9%	4,2%	8,4% 3,8%

Família	79,4%	72,8% 76,4%	16,4%	17,9% 19,8%	2,9%	2,8% 0%	1,3%	6,6% 3,8%
Escola	33,8%	27,4% 25,5%	52,2%	55,5% 62,3%	11,2%	9,9% 6,6%	2,9%	7,2% 5,7%
Mídia – TV, jornais	--	2,4% 1,9%	--	45,1% 48,1%	--	45,1% 45,3%	--	7,4% 4,7%
Professores	30%	23,5%	54,6%	61%	12,1%	9,3%	3,3%	6,2%
Amigos	41,7%	27,2% 33%	49,3%	59% 60,4%	7,2%	7,4% 2,8%	1,8%	6,4% 3,8%
Pessoas	4,8%	3,2%	58,1%	54,3%	30,3%	33,6%	6,8%	8,9%

Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=456(2012); n=503(2015).

Os índices de confiança política apresentados demonstram continuidades no processo de desconfiança institucional e interpessoal, historicamente tido na juventude. Porém, como afirma Baquero (2004), a desconfiança não pode ser vista apenas pelo viés negativo da falta de integração com o sistema político, mas sim compreendendo que a confiança em excesso é indicador de que a apatia política pode predominar, reduzindo o controle social por parte dos cidadãos sobre o Estado e, por consequência, a eficiência da democracia.

Percebeu-se que, no tocante à confiança nas instituições políticas, os governos e representantes políticos continuam sendo objeto de maior desconfiança por parte dos jovens, com destaque para a desconfiança completa nos vereadores, que atingiu o índice de 53,3% na categoria “Não confio” e decresceu nas categorias “Confio totalmente” e “Confio até certo ponto”. A proximidade dos vereadores com a esfera política local poderia ser fator para ter um quadro diferente de confiança, porém, os dados revelaram que é, ao contrário, objeto de desconfiança cada vez maior.

O mesmo quadro de descrédito se apresenta aos partidos políticos, que tiveram relativo acréscimo na desconfiança e decréscimo na confiança. O problema da mediação entre partidos e jovens já foi objeto de discussão nesta pesquisa, mas os números revelam que ele se agrava na medida em que os jovens participam e se informam mais sobre política, especialmente através das notícias e postagens sobre os vícios de representação política recorrentes na internet e nas redes sociais.

Quando se gira a análise para as instituições sociais tradicionais como a família, a escola e a igreja, se percebe que todas, mas em especial a igreja e a escola, tiveram quedas nos índices de confiança total e aumento de confiança até certo ponto, o que indica que a secularidade ou condição paradigmática destas instituições estão sendo gradativamente questionadas, pois confiar até certo ponto pode-se considerar como uma confiança com certas

restrições, sem uma certeza de que todas as ações que nelas são praticadas são de fato objetos de confiança absoluta.

Ainda assim, a família permanece sendo majoritariamente a instituição mais confiável pelos respondentes, pois 90,7% demonstraram confiança total ou até certo ponto. Em contraponto, a confiança na igreja passou a ser a menor entre esse tipo de instituição (76,7%). Mesmo considerando que os níveis são elevados, a confiança na escola foi elevada e na pesquisa de 2015 aparece com 82,9% de confiança total ou até certo ponto.

Um elemento que se adicionou ao questionário aplicado nesta pesquisa é a confiança na mídia impressa, televisiva ou virtual, que não aparece em 2012. Segundo os dados, 47,5% dos entrevistados confiam totalmente ou até certo ponto nas informações, formas ou abordagens da mídia e 45,1% disseram que não confiam nada.

A grande desconfiança dos jovens na mídia passa muito pelo nível e intensidade de informação a que estão submetidos os indivíduos e, hoje principalmente, pela substituição gradual do conteúdo televisivo, que era hegemônico, pelo da internet, que questiona e coloca em xeque os conteúdos da mídia clássica. Como afirma Postman (1999), a televisão redefiniu o que se entende por um consistente juízo político, seja dos jovens ou dos adultos, modificando-o em uma questão estética antes que uma questão lógica, o que provoca a desinformação ou, quando analisada mais a fundo, um rebaixamento intelectual e desconfiança.

Já quando perguntados sobre confiança interpessoal, as quais colaboram também para os níveis de estoque de capital social e cooperação comunitária, constatou-se que os amigos recebem as maiores confianças totais, seguido dos professores e das pessoas no geral. Quando analisados pelo prisma da não confiança, as pessoas recebem o maior descrédito e os professores aparecem em seguida, à frente dos amigos.

Entre o subgrupo de participantes dos protestos de Junho de 2013, pode-se perceber que os mesmos se posicionam mais em relação o número de respondentes que não souberam responder na pesquisa global. Destaca-se que, neste grupo a confiança nos governos permanece relativamente igual, a confiança nas instituições sociais sobem, com exceção para a igreja que recebe mais avaliações negativas e, quanto aos amigos, os níveis de confiança aumentam. Cabe lembrar que são os amigos os principais intermediários entre as redes sociais e os protestos de rua, visto que são eles em sua maioria os acompanhantes das pessoas nas manifestações presenciais.

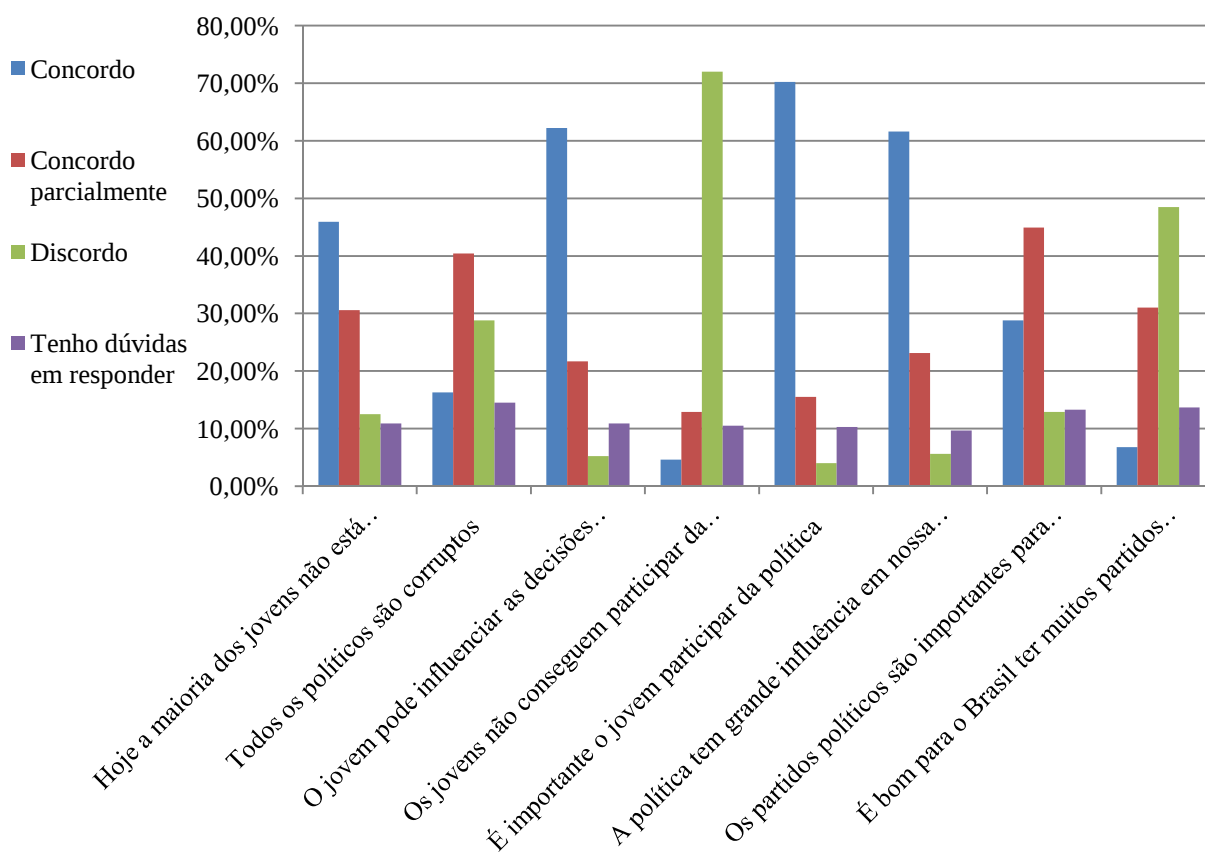
Este dado indica que os níveis de confiança interpessoal possuem grande influência nos níveis de informação, participação e debate político da juventude, tendo nas figuras do

professor, da escola em si e dos amigos, diferentes níveis de comunicação, dados os papéis sociais desempenhados por cada pessoa ou instituição no estímulo à participação cidadã.

Para compreender alguns posicionamentos que possam traçar um melhor panorama de como os respondentes encaram o seu papel, a situação do jovem em relação à política, a adesão à democracia e a opinião sobre a pluralidade partidária, balizados pela percepção de eficácia política de suas ações, apresentaram-se frases que, após a reflexão do estudante, seriam alvo de suas avaliações concordando totalmente, concordando parcialmente, discordando ou assinalando que tinha dúvidas em responder.

As frases se encontram em ordem da esquerda para a direita no gráfico abaixo: “Hoje a maioria dos jovens não está motivada a participar das atividades políticas”; “Todos os políticos são corruptos”; “O jovem pode influenciar as decisões políticas através do seu voto e suas ações”; “Os jovens não conseguem participar da política, pois não tem condições de entender esse assunto, que é difícil e complexo”; “É importante o jovem participar da política”; “A política tem grande influência em nossa vida”; “Os partidos políticos são importantes para o Brasil” e; “É bom para o Brasil ter muitos partidos como tem hoje”.

Gráfico 08 – O jovem, a política e eficácia política.



O Gráfico 08 aponta que, quando perguntados se não há motivação para participar da política, a maioria dos estudantes se posiciona concordando (45,9%), enquanto os que concordam parcialmente, pois vêem algum impeditivo na afirmação total, são 30,6%. Ainda assim, há neste ponto, um número de respondentes que discordam (12,5%) e se afirmam no sentido de demonstrar que há apenas uma relativa apatia política entre os jovens.

Quando questionados se todos os políticos são corruptos, a maioria concorda apenas parcialmente (40,4%), enquanto 28,8% discordam da afirmação, demonstrando uma relativa compreensão sobre o funcionamento das instâncias partidárias e o papel dos representantes políticos.

Ao desconfiar da afirmação categórica de que todos são corruptos, há o entendimento de que o jogo político possui diferenças éticas e que, descartados os vícios de representação política como a corrupção, a representação possui qualidades ou ao menos funcionalidades sociais que não necessariamente precisam ser corrompidas.

Ao serem incentivados a externalizar se os jovens entendem sobre política e se podem influenciar nas decisões política temos que: 62,2% acreditam que sim, o jovem pode ter influência na vida política, apesar do descrédito nas instituições e no sistema representativo constatado anteriormente, e que a afirmação de que eles não conseguem participar por não entenderem do assunto, é rechaçada por 72%.

As elevadas porcentagens evidenciam que os níveis de sentimento de eficácia política das ações da juventude na política sofreram uma leve alta em relação a 2012, quando apenas 64% dos jovens discordavam que não entendiam de política para influenciá-la e mais de 58% concordavam totalmente que não estavam motivados a participar, enquanto agora este índice é de 45,9%.

A respeito da percepção sobre a importância dos partidos políticos e da pluralidade dos mesmos para a democracia brasileira, os entrevistados demonstram que concordam parcialmente com a afirmação de que são de fato importantes (44,9%), com destaque para uma significativa quantia de jovens que admitem serem essenciais para a democracia (28,8%). Já a pluralidade é vista majoritariamente como não benéfica para o Brasil, com 48,5% dos respondentes discordando da afirmação.

Além do descrédito nos partidos políticos como ferramentas democráticas, os entrevistados demonstram nessa questão que acreditam que os partidos possuem uma função relativamente importante no funcionamento democrático, mas que a existência de muitos partidos não atende aos seus desejos. Assinala-se, portanto, que o questionamento da real necessidade da existência de tantos vertentes ideológicos presentes no processo político é

colocado ao sistema representativo brasileiro e, que linhas mais autoritárias ou maior regulação para a criação de partidos pode ser preferível para o grupo estudado.

Entre o subgrupo dos participantes dos protestos, o quadro de sentimentos em relação à eficácia e confiança política se modifica um pouco. Estes discordam ainda mais da informação de que os jovens não estão motivados a participar da política (17,9%); também concordam parcialmente que todos os políticos são corruptos (47,2%); concordam em número significativamente maior, se comparado ao restante dos pesquisados, que o jovem pode sim influenciar as decisões políticas (70,8%, contra 62,2%) e também que é importante a participação do jovem (81,1%, contra 70,2%); considerando ainda mais que a afirmação de que o jovem não consegue participar por estar despreparado está equivocada, com 75,5% dos entrevistados em desacordo.

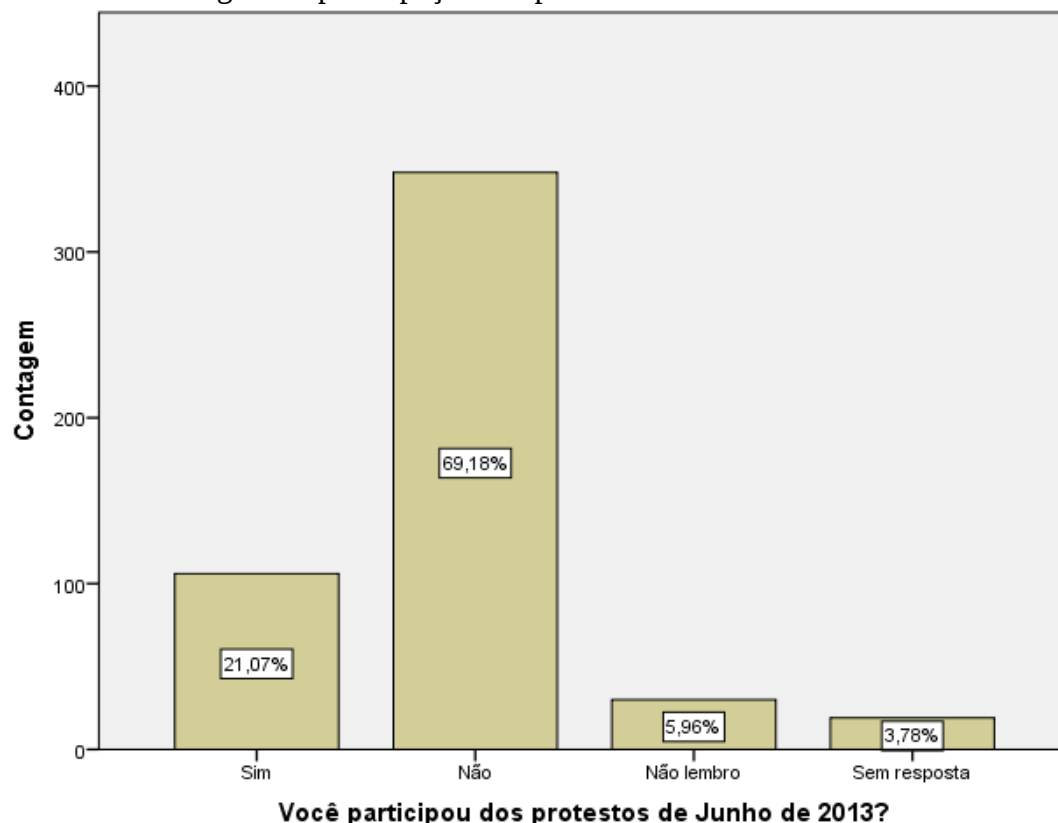
No que se refere às impressões sobre os partidos políticos, as respostas do mesmo subgrupo indica homogeneidade com a pesquisa global, sendo que 47,2% responderam concordar parcialmente que os partidos são importantes para o Brasil, e que 49,1% discordam que seja relevante a existência de muitos partidos.

Estas características, em princípio, indicam que a experimentação democrática da sociedade em rede e dos movimentos sociais na era da internet exerceu certas mudanças e continuidades nos padrões atitudinais e de pensamento do público estudado. Para testar tais hipóteses, passa-se agora à avaliação do bloco de questões que se referem especificamente aos protestos de Junho de 2013 entre os estudantes do Ensino Médio público de Cascavel/PR.

5.5 Perfis, percepções e informações sobre Junho de 2013

Após o detalhamento das características mais relevantes da confiança política, cidadania, participação, cultura e socialização política neste contexto pós Junho de 2013, o objetivo deste bloco de questões será o de verificar se é possível afirmar que foi, em boa medida, a experimentação democrática dos protestos que gerou oscilações de curto prazo nos padrões analisados.

Como já relatado no Capítulo 3, cerca de 10 mil pessoas entre jovens e adultos, participaram da primeira e maior manifestação de rua de Junho de 2013 em Cascavel. Para saber quantos destes eram estudantes do Ensino Médio público da cidade, perguntou-se: “Você participou dos protestos que ocorreram em Cascavel e em outras cidades, em Junho de 2013?”. A participação pode ser medida no Gráfico 09 que segue:

Gráfico 09 – Porcentagem de participação nos protestos de Junho de 2013 em Cascavel/PR.

Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

Constatou-se, diante do informado pelos questionários que a maioria dos adolescentes não teve participação nos protestos (69,18%) e que 21,07% estiveram presentes. Se considerado o universo da pesquisa (7.800 estudantes), pode-se considerar que dos 10 mil presentes na manifestação do dia 13, cerca de 1.643 eram estudantes do Ensino Médio público da cidade, o que corresponde a 16,43% dos manifestantes.

Destes, 53,8% eram pessoas do sexo feminino e 46,2% do sexo masculino, distribuídos da seguinte forma pelas regiões da cidade: 50% no Centro, 16% na região Leste, 15,1% nas regiões Norte e Oeste e 3,8% na região Sul. Como já mencionado, a maior média de renda mensal dos participantes situa-se acima de R\$4.345,00 e 55,7% não trabalham.

Perguntados sobre que conhecimento tem ou tiveram dos protestos, a pesquisa global mostrou que 54,08% conhecem pouco, 23,26% conhecem muito, 10,14% não conhecem muito ou apenas ouviu falar, mas não sabe nada a respeito, 2,78% nunca ouviram falar e, 5,96% não conhecem. Os que deixaram a questão sem resposta são 3,78%. Já entre os participantes dos protestos, 50,9% conhecem muito, 47,2% conhecem um pouco e 1,8% não muito.

Objetivando complementar estes dados, perguntou-se por qual meio os entrevistados mais tinham ouvido falar dos protestos. Esses meios foram escolhidos considerando os agentes de socialização como os amigos, família, mídia, escola e as redes sociais ou, enfim, os meios pelos quais a comunicação sobre as manifestações aconteceu.

De acordo com Castells (2013), a comunicação é o cerne do significado que os seres humanos criam para a interação com seu meio ambiente natural ou social e, na era da internet, o poder atribuído às redes de comunicação passa a ser o poder da autocomunicação²⁴. Este conceito só é apreendido se comparado à construção de significados que as instituições e meios de comunicação clássicos deram à comunicação em si e aos processos utilizados pelos indivíduos para se informar dos acontecimentos políticos.

A Tabela 10 a seguir mostra por quais meios o público da pesquisa se informou sobre os protestos de Junho de 2013 em Cascavel/PR, dividido entre o total de entrevistados e os que participaram das manifestações:

Tabela 10 – Comparativo de meios utilizados para se informar dos protestos.

Por qual meio mais ouviu falar ou se informou?	Total (n=503)		Participantes (n=106)	
	Sim	Não	Sim	Não
Pelas redes sociais na Internet	35%	65%	70,8%	29,2%
Conversando com amigos	16,1%	83,9%	19,8%	80,2%
Conversando com a família	7,8%	92,2%	8,5%	91,5%
Assistindo à TV e pelos jornais	51,3%	48,7%	34%	66%
Na escola	13,1%	86,9%	17%	83%

Elaboração: MINUCELLI, C. P.

Neste ponto, mais uma situação se evidencia: a maioria dos jovens que não participou dos protestos se informou pelos meios de comunicação clássicos, ou seja, assistindo à TV e pelos jornais e, em menor medida, se informando nas redes sociais, com amigos e na escola, enquanto os participantes dos protestos utilizaram de forma significativa (70,8%) as redes sociais na internet e, em menor medida, a TV, os jornais e conversando com amigos.

Indica-se assim, que a participação nos protestos está diretamente relacionada à informação pelas redes sociais e à internet, que passam a se constituir no principal

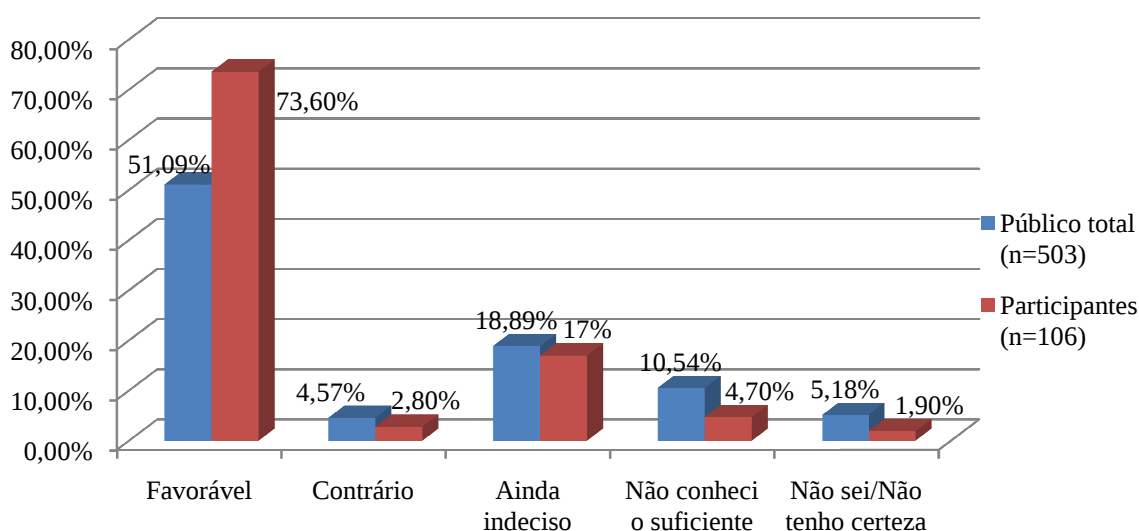
²⁴ Por autocomunicação entende-se o uso da internet e das redes sem fio como plataformas de comunicação digital entre os indivíduos, “com o potencial de atingir uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo” (CASTELLS, 2013, p. 15-6).

instrumento de mediação entre a organização em rede e a presença física nos protestos. A possibilidade de uma comunicação autônoma, de ser virtual sem filtragem ou seleção; da organização e avaliação dos movimentos de forma horizontal, sem julgamentos de valor ou críticas jornalísticas, formam as bases para que as redes sociais, neste caso, substituíssem os meios de comunicação clássicos na preferência dos manifestantes.

Quando perguntados sobre o quanto ouviram falar dos protestos, a resposta que mais aparece é em primeiro lugar a opção “Muito”, com 56,6% das respostas, seguida de “Um pouco” com 23,66%, “Não muito” com 8,35% e “Nada” com 1,19%; considerando assim, que a maioria dos estudantes do Ensino Médio público de Cascavel conheceu ou ao menos ouviu falar dos protestos. Possibilita-se dessa forma, que mesmo no imaginário dos jovens, tais protestos causaram ou ainda causam avaliações, reavaliações e mudanças na forma de perceber a participação política, a organização em rede e nas redes e o papel da juventude em processos de transformação política.

Já a disputa pela informação, na guerra simbólica produzida pelos meios de comunicação de massa de forma intensa, provocou também a necessidade de posicionamento dos indivíduos em escalas favoráveis e não favoráveis aos protestos. A pergunta a seguir pretendeu captar essa informação entre o público da pesquisa e também entre o subgrupo dos participantes das manifestações:

Gráfico 10 – Posição favorável ou contrária aos protestos.



Elaboração: MINUCELLI, C. P.

Percebe-se que, em sua maioria, os jovens mais favoráveis aos protestos são aqueles que participaram das manifestações (73,6%), enquanto que os não participantes também em sua maioria são favoráveis (51,09%), mas com outras opiniões mais distribuídas no gráfico. Destaca-se que o número de entrevistados ainda indecisos soma 18,89% dos não participantes e 17% dos participantes, o que demonstra que, mesmo entre os que participaram, existem avaliações pendentes quanto à eficácia, aos métodos e à organização geral dos protestos.

Neste sentido, buscou-se também analisar quais os sentimentos dos entrevistados sobre os protestos. Entre o público total da pesquisa, a maioria classifica seus sentimentos como neutros (46,5%), enquanto outros 27,2% classificam-nos como muito positivos ou relativamente positivos; 6,2% dizem que são negativos ou relativamente negativos, 15,7% não tem certeza ou não sabe responder e 4,4% deixaram a questão sem resposta.

Entre o subgrupo de participantes, o quadro mostra mudança. Estes, em sua maioria, disseram que seus sentimentos são muito positivos ou relativamente positivos (55,7%), contrastando com 34,9% de sentimentos neutros, 3,8% negativos ou relativamente negativos e 5,7% não souberam responder ou não tem certeza.

Estas dimensões fazem parte do que se pode classificar como avaliações dos protestos e sua percepção sobre a eficácia política dos mesmos. Desta forma, perguntou-se também se os entrevistados aprovavam ou desaprovavam as formas pelas quais as manifestações foram conduzidas. A maioria do público de pesquisa disse que aprova (36%), porém o número de respondentes que desaprovam também é elevado: 30,8%. Destaca-se que, neste caso, 29% dos respondentes não souberam responder, indicando que a dimensão organizativa das mobilizações, a disputa pelos rumos dos movimentos em rede e a disputa simbólica e física pela violência e não violência nos protestos, ainda são variáveis que não foram totalmente processadas no imaginário juvenil.

No entanto, entre os participantes das manifestações, a opinião pela aprovação das formas de condução foi mais heterogênea, ou seja, 59,4% aprovam, 26,4% desaprovam e 14,2% ainda não sabiam responder, apontando novamente certo grau de influência que a experimentação democrática dos protestos de rua e da organização em rede pode propiciar na tomada de decisões e posicionamentos dos entrevistados.

Afora o já exposto na Introdução desta pesquisa, a estética da violência dos protestos, que dividiu opiniões favoráveis e contrárias às manifestações, foi tônica de toda aprovação e reprovação das mesmas. Em Cascavel, não houve registro de depredações ou qualquer ato violento, mas o sentimento nacional era de deslegitimação da manifestação na ocorrência desses casos. Por sua vez, a violência contra o Estado e contra o sistema econômico também

ganhou legitimidade em discursos dos próprios movimentos e de especialistas e intelectuais externos.

Ao se referir ao *Occupy*, Castells (2013) relembra que a organização dos próprios protestantes visava retirar o monopólio da mídia sobre as informações de violência, gravando eles mesmos as cenas de conflitos ou a tranquilidade em que se transcorriam os manifestos. O autor também observa que

Em alguns casos, a visão da brutalidade policial reenergizava os manifestantes e atraía a simpatia popular, contrapondo-se ao preconceito contra o movimento, retratado por certos veículos como algo violento. Havia alguns grupos radicais organizados (particularmente o Black Bloc²⁵), assim como “atores autônomos” participantes das manifestações, que atacavam policiais, prédios públicos, bancos e lojas. Só conseguiram gerar violência em situações nas quais a polícia já produzira uma atmosfera brutal (CASTELLS, 2013, p. 152).

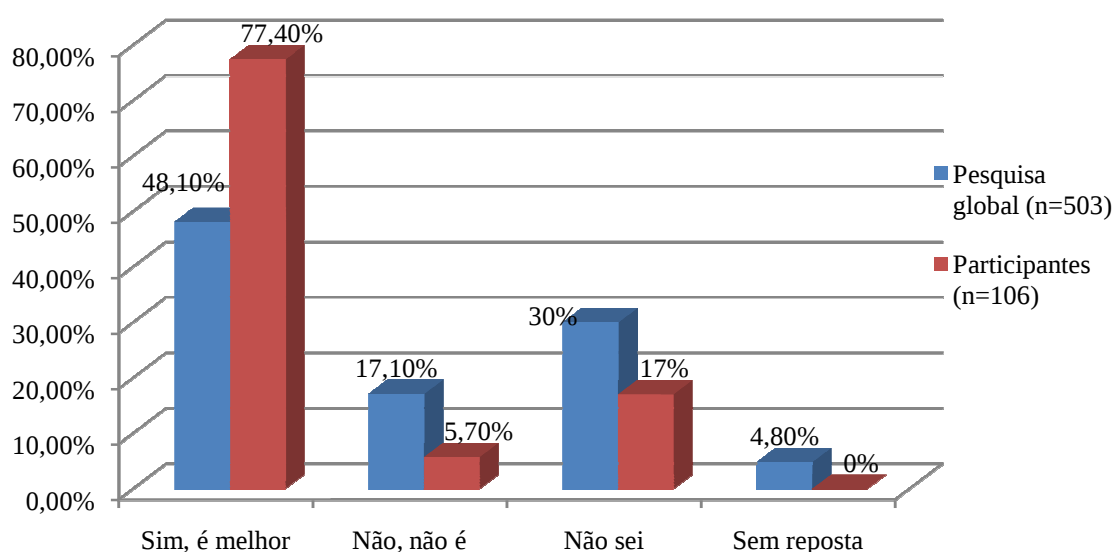
Junto a isto, a percepção simbólica sobre a eficácia das manifestações pode ser compreendida quando os jovens são perguntados: “Você acha que os protestos de Junho de 2013 foram algo bom ou ruim para o sistema político brasileiro?”. As opiniões se dividem entre aqueles que acham que não fizeram muita diferença (49,1%), os que acham que foi bom (21,5%), os que disseram não ter certeza ou que acham que foi bom e ruim ao mesmo tempo (17,1%), e os que acharam ruim (7,4%). Os que deixaram a questão sem resposta somam 5%.

Em mais este caso, a desconfiança e o descrédito na mudança por via institucional aparecem. As respostas governamentais dadas aos protestos parecem não ser satisfatórias para o público da pesquisa, na medida em que há um número considerável de entrevistados favoráveis aos protestos, mas descrentes que ele tenha sido algo bom para o sistema político.

Compreendendo que uma das novas características dos movimentos sociais na era da internet é a organização pelas redes sociais e, que esta organização pode ser vista de diferentes formas e com diferentes opiniões acerca da eficácia da mesma, investigou-se então se os entrevistados acreditam que organizar protestos pelas redes sociais ou pela internet pode ser melhor.

O Gráfico 11 a seguir demonstra os resultados dessa pergunta, numa comparação entre a pesquisa global e as respostas dos participantes dos protestos:

²⁵ Castells caracteriza o movimento Black Bloc como uma “estratégia anarquista de manifestação e protesto em que pessoas se reúnem, mascaradas e com roupas pretas, para impedir sua identificação, em demonstrações contra o capitalismo e a globalização”.

Gráfico 11 – Organizar protestos pelas redes sociais ou pela Internet pode ser melhor?

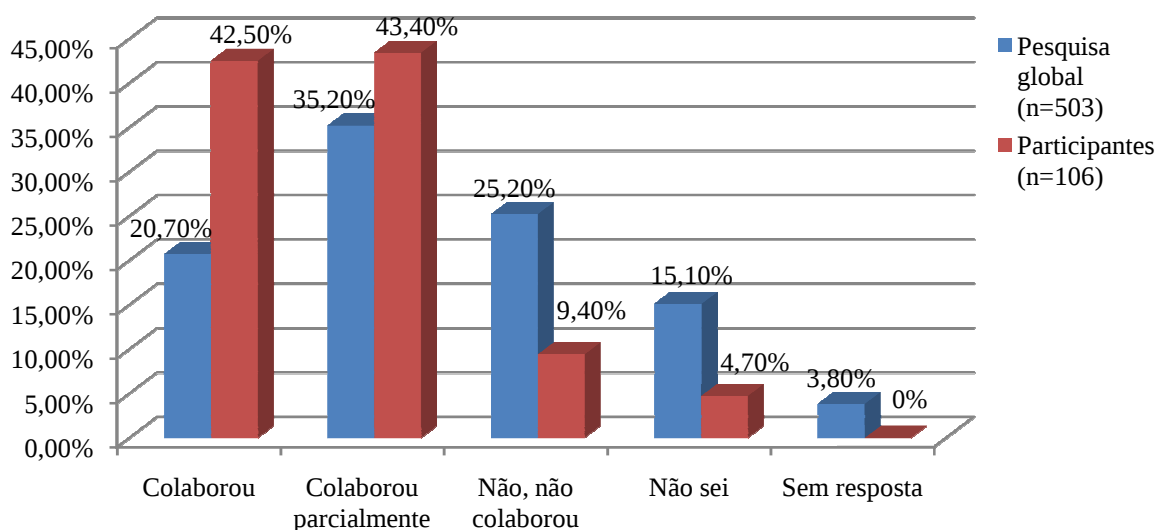
Elaboração: MINUCELLI, C. P.

Infere-se, novamente, assim como na questão do posicionamento favorável ou contrário às mobilizações, que o subgrupo de participantes dos protestos possui uma avaliação mais positiva em relação à influência das redes sociais no processo democrático, com uma diferença de 29,3% de respondentes que acreditam ser melhor organizar protestos de forma virtual. Destaca-se que 30% dos entrevistados, considerando a pesquisa global, não sabem responder se é melhor ou não, o que indica que o nível de informação sobre os protestos e a experiência democrática proporcionada por eles, além de uma opinião acerca da organização, são diretamente relacionadas.

A dimensão teórica da organização virtual de protestos, discutidas no Capítulo 2, em conjunto com os resultados dos questionários, permite inferir que do mesmo modo como a internet parece se constituir gradualmente como meio de informação, comunicação e participação social, ela também se consolida como possibilidade de organização dos movimentos sociais e, especialmente, dos movimentos juvenis, que encontram caminhos ainda não totalmente descobertos para a superação da apatia política e dos índices ainda elevados de não participação na política.

Neste sentido, intencionou-se saber se os protestos organizados em rede e materializados em Junho de 2013, colaboraram para que manifestantes e não manifestantes pudessem mudar algumas formas de se pensar a política ou de participar mais da mesma. O Gráfico 12 a seguir mostra esta variável:

Gráfico 12 – Os protestos de Junho de 2013 colaboraram para você participar mais da política?



Elaboração: MINUCELLI, C. P.

O Gráfico acima demonstra que os níveis de influência positiva dos protestos na forma de pensar e de participar mais da política no público estudado são evidentemente fortes, porém, para melhor analisar estes dados e testar estatisticamente a hipótese desta pesquisa, investiu-se na comprovação da associação das variáveis envolvidas.

Os questionários aplicados como base analítica de dados para este trabalho apresentaram dados que permitem correlacionar as informações obtidas, com o intuito de verificar se e, em qual grau, pode-se dizer se uma variável influenciou outra. Assim, extraíram-se das amostras duas questões que serviram, então, de base para o cálculo de correlação que visava verificar a força que a variável independente imprimiu sobre a variável dependente, para validar ou não a hipótese escolhida.

As variáveis da referida análise foram encontradas nas respostas das seguintes questões constantes no questionário aplicado: “Você participou dos protestos que ocorreram em Cascavel em Junho de 2013?” e “Você considera que os protestos de Junho de 2013 colaboraram para você participar mais da política ou mudar algumas das suas formas de pensar?”, sendo esta última a variável que se buscava explicar através da primeira.

Para obter resultado válido, agregaram-se as possibilidades de resposta dos questionários e excluíram-se os questionários sem respostas. Para a pergunta referente à participação ou não nos protestos, agregaram-se as respostas: “Não e “Não lembro” e, para a questão da colaboração ou não dos protestos para a participação política, agregaram-se as

respostas “Sim, colaborou para eu mudar algumas formas de pensar ou participar mais da política” e “Sim, parcialmente”, e as respostas “Não” e “Não sei”.

Deste modo, procurou-se observar a veracidade da hipótese de que existe correlação entre a participação dos entrevistados nos protestos e a possível consequente maior participação nas atividades políticas. Para tanto, assumiu-se como verdade para o cálculo a hipótese nula (H_0) de que não houve interferência positiva e relevante entre as variáveis. A hipótese alternativa (H_1), em contrapartida, representa uma condição de relação entre as mesmas.

O cálculo aplicado para o referido método de inferência estatística segue descrito abaixo:

$$t = \frac{\bar{x} - \mu_0}{(s/\sqrt{n})}, \text{ em que:}$$

μ_0 = média suposta da população

$\bar{x}$ = média da amostra

n = tamanho da amostra

s = desvio padrão da amostra

O resultado obtido na construção do cálculo observa-se na Tabela 11 abaixo:

Tabela 11 – Frequência e frequência esperada dos dados.

			Participou? agregado		Total
			1,00	2,00	
Colaborou? agregado	1,00	Contagem	91	190	281
		Contagem Esperada	59,2	221,8	281,0
	2,00	Contagem	15	207	222
		Contagem Esperada	46,8	175,2	222,0
Total	Contagem		106	397	503
	Contagem Esperada		106,0	397,0	503,0

Elaboração: MINUCELLI, C. P. n=503.

Verifica-se que a relação de frequência esperada é de 59,2, e a observada, 91, o que nos dá um valor 53,72% maior do que o esperado, indicando uma diferença positiva bastante grande entre ambas as frequências, ou seja, a quantidade de respostas positivas para a

confirmação da hipótese foi significativamente maior do que se esperava para obter a mesma comprovação.

Para reiterar a veracidade do resultado, e concluir se há relação de influência entre as variáveis, aplicou-se o teste “Qui-quadrado” que representa uma distribuição estatística inferencial e avalia a relação existente entre o resultado do experimento e a distribuição que se espera, de maneira quantitativa.

A fórmula aplicada segue abaixo:

$$\chi^2 = \sum [(o - e)^2 / e], \text{ em que:}$$

o = frequência observada para cada classe,

e = frequência esperada para aquela classe.

Tabela 12 – Teste Qui-quadrado

	Valor	df	Significância Sig. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	48,972 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	47,443	1	,000		
Razão de verossimilhança	54,308	1	,000		
Teste Exato de Fisher				,000	,000
Associação Linear por Linear	48,874	1	,000		
N de Casos Válidos	503				

a. 0 células (,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 46,78.b. Computado apenas para uma tabela 2x2.

Elaboração: MINUCELLI, C. P.

A Tabela 12 acima indica que a chance de que acontecesse, para o público desta pesquisa, um aumento na participação política dos entrevistados sem que houvesse uma influência direta da participação dos mesmos nos protestos de Junho de 2013, ou seja, que isso ocorresse ao acaso, é de 0,000. Em outras palavras, o cálculo confirma que existe a correlação entre os dois eventos.

É importante considerar o grau associativo entre tais eventos que assumimos como correlativos, assim, a Tabela 13 abaixo destaca que os dois testes que indicam força de associação foram significativos:

Tabela 13 – Força da associação entre as variáveis.

		Valor	Significância Erro Padrão ^a	Aprox. X ^b	Aprox. Sig.
Nominal por Nominal	Lambda	Simétrico	0,052	0,059	0,393
		Colaborou? agregado	0,077	0,086	0,393
		Dependente			
	Goodman e Kruskal tau	Participou? agregado	0	0	. ^c
		Dependente			. ^c
		Colaborou? agregado	0,097	0,021	,000 ^d
		Dependente			
		Participou? agregado	0,097	0,022	,000 ^d
		Dependente			

Elaboração: MINUCELLI, C. P.

Deste modo, considerando os resultados obtidos nos cálculos apresentados nas três Tabelas, em que se verificou: as frequências, esperada e observada, sendo o valor obtido superior ao esperado e, isso somado à condição de que além de ser nula a possibilidade do fenômeno ter ocorrido ao acaso, a força de associação entre as variáveis é grande; é possível então, rejeitar H0 (hipótese nula) que não indica relação entre as variáveis, em favor de aceitar a hipótese alternativa (H1). Ou seja, embasado nos resultados apresentados, acredita-se que a participação nos protestos tiveram atividade relevante em aumentar a participação dos entrevistados nos assuntos políticos.

Por fim, consegue-se depreender dos resultados desta pesquisa, que a experimentação democrática vivenciada pelos movimentos em rede de Junho de 2013 foi relevantemente influente no aumento, ainda que inconstante e com estruturas longitudinalmente ainda mantidas, da participação política entre a população estudada em curto prazo, podendo se assinalar ainda que a organização em rede e o papel da internet na socialização política desses jovens pode ser elemento importante no aumento dos estoques de capital social e colaborarem dessa forma para a construção de uma cultura política mais participativa e da construção progressiva da diminuição dos índices negativos de envolvimento da juventude com a política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da democracia no Brasil, enquanto processo de consolidação dos procedimentos formais e das mediações culturais que levam a maioria de seus cidadãos à possibilidade de controlar e incidir sobre os rumos do país é, na atualidade, um processo de intenso e sistemático acúmulo de vários elementos: da convivência comunitária democrática, da participação nas atividades mais básicas da vida social imediata, do voto como legitimador da representatividade política, do controle social sobre o Estado e sobre os mandatos, além da participação na elaboração e avaliação das mais diversas políticas públicas, entre outros.

Sabe-se que, tanto o Brasil quanto a América Latina passaram por processos de degradação do desenvolvimento dessa conjugação de esforços democráticos, que impuseram formas personalistas, patrimonialistas e privatistas do espaço público, trazendo desafios às estruturas de poder e aos cidadãos. Tais desafios são colocados, em um processo contínuo de revisão e elaboração de formas paulatinamente mais democráticas de exercício do poder, em paralelo ao crescimento ou retorno de ideias conservadoras e autoritárias da política, expressas nas mais diversas ideologias políticas presentes no contexto neoliberal brasileiro.

As transformações nada recentes de modernização das relações sociais e políticas, advindas com a modernidade e a globalização, não tiveram, portanto, nessa região, o mesmo impacto que puderam gerar em outros lugares, que consolidaram democracias estáveis e, em boa medida, participativas. Além de o processo de globalização claramente privilegiar as regiões protagonistas desta mundialização, a América Latina e o Brasil ainda encontram dificuldades e desigualdades sociais por conta das diversas dependências econômicas em relação aos países do centro do capitalismo.

Aqui, a falta de sintonia entre o desenvolvimento das formas democráticas de governo e o desenvolvimento das condições sociais dos cidadãos cristalizou, portanto, uma democracia com imperfeições de ordem cultural, ou seja, os percursos sociais que deram origem a gramáticas políticas excludentes, aos vícios de representação política, ao patriarcalismo e a formas autoritárias de condução da vida social, culturalmente, avançaram negativamente sobre os procedimentos democráticos, corroendo as instituições políticas.

Essa corrosão encontra nos principais meios de construção da democracia, como o parlamento, o Poder Executivo e, por consequência, nos partidos políticos, instituições que não correspondem às esperanças e desejos de seus cidadãos. Dessa forma, a inversão dos fins a que se destinam essas instituições e a baixa confiança política, em conjunto com os insuficientes estoques de capital social dos indivíduos, aparece como um dos principais obstáculos na consolidação de uma cultura política participativa e democrática.

Por outro lado, a conscientização sobre o papel primordial da participação na elevação da qualidade de vida e do melhoramento do atendimento aos direitos civis, políticos e sociais básicos da população, encontrou na ocupação do espaço público de forma contestatória uma possível alternativa para a superação da elevada independência em relação aos anseios das pessoas que as instituições políticas representam. Esta característica se expressou de maneira massificada na quantidade e intensidade de protestos populares que atingiram vários lugares do mundo no ano de 2013. Em todos eles, um sentimento: mudança. E em todos eles, uma forma de organização: as redes sociais e a internet.

Com destaque, vivenciou-se a primeira experiência democrática de protestos, após o início do processo de globalização mundial, que utiliza de forma majoritária as redes sociais e a internet como principal meio de organização de protestos de rua, reivindicando pautas políticas, desde a derrubada de governos, em contraposição a ideias autoritárias, até o pedido por melhorias nos serviços sociais básicos.

Imbuídos dessa ferramenta e conscientes ou não das possibilidades que as comunidades virtuais e as Tecnologias da Informação e Comunicação poderiam proporcionar aos fins que desejavam os indivíduos, buscou-se de forma horizontal, democrática e reflexiva, utilizar a multimodalidade e funcionalidade desidentificadora das redes sociais para, empoderados do sentimento de relevância social e da certeza de que somente a participação mudaria os rumos políticos, para reivindicar mudanças no sistema político e econômico.

Desta forma, as comunidades democráticas se proliferaram no ambiente virtual mundial e, aos poucos, alcançaram proporções gigantescas de impacto sobre todos os usuários da rede. Tal magnitude, no Brasil, se expressou materialmente em protestos físicos em várias cidades, agindo inclusive sobre locais em que a cultura de protestos de rua era parca e os indivíduos razoavelmente desmotivados pelas características tradicionais da política a manifestarem posições no espaço público de forma organizada.

Campo privilegiado de manifestações de posições políticas, as redes virtuais e os protestos físicos, neste contexto, passaram a replicar informações, textos, imagens, poesias e opiniões que davam a certeza de que a mudança viria com a adesão de um contingente maior de indivíduos dispostos a trazerem as suas reivindicações locais e pessoais. Deste modo, a mescla ideológica e a diversidade das pautas gerada levaram a uma dualidade de informações e pensamentos sobre aqueles que seriam, inicialmente, os objetivos das manifestações, sem, no entanto, retirar delas a legitimidade que os próprios movimentos conquistaram junto à sociedade brasileira.

Assim, os movimentos em rede passaram a ser parte integrante do complexo e amplo conceito de tecnologia, que toma dimensões de importância elevada no cenário político, social e econômico e, que dotados da disputa ideológica de posições sobre visões de mundo e da política, demonstraram que não são politicamente neutros.

Essa integração, inclusive, evidenciou que os padrões nos comportamentos políticos dos cidadãos podem ser minimamente alterados em função da intensa disputa pelos rumos dos movimentos e, também, pela experimentação da noção de negociação pública do espaço político coletivo, estabelecendo os momentos dos protestos como momentos ricos de aprendizagem democrática e exercício dos direitos civis e da liberdade de expressão.

Como uma nova forma de arranjo dos significados e práticas culturais, a cibercultura também se consolidou como um momento inédito na história dos movimentos sociais reivindicatórios, por meio de um desejo coletivo expresso de maneira rápida e impactante e de um programa virtual de interconexão entre os cidadãos, aprimorando a inteligência coletiva e cristalizando as comunidades virtuais como canais de participação relevantes para os sistemas políticos.

Desta forma, além das mudanças de paradigmas conquistados pela modernidade com relação à maior democratização das relações políticas, o ciberespaço, as cidades e a democracia eletrônica constituem gradualmente novos paradigmas na intermediação entre os indivíduos e a política institucional ou não institucional. Esses elementos são, assim como as redes sociais, as formas pelas quais a modernidade procura se articular com a participação política e o controle social.

Diante da possibilidade da comunicação autônoma baseada nas redes, que configurou uma cultura de autonomia em relação à institucionalidade e às formas tradicionais de se fazer política, esses novos movimentos sociais trouxeram ao campo dos movimentos sociais um aparente padrão emergente de ação coletiva que, sustentados na grande crise de representatividade política, imprimiu e imprime novos horizontes ao questionamento dos sistemas políticos, procurando aprimorar e aprofundar a participação democrática, mas principalmente, redimensionando a noção de controle sobre os direitos sociais.

Pode-se apontar, portanto, que outra noção de democracia passa a ser concebida, por meio de algumas hipóteses como a substituição da relevância da representatividade institucional pela democracia direta e real e da tecnologia como facilitadora da construção, elaboração e avaliação das condições reais de mobilização cidadã para este objetivo.

Em meio a esta nova e multifacetada característica dos movimentos sociais – ou diante do que se chamou movimentos em rede – o maior público de usuários das redes sociais,

a juventude, se deparou com uma experimentação democrática jamais proporcionada por uma organização política brasileira de cidadãos após o movimento de impeachment em 1992.

Esta ocasião aparenta proporcionar aos jovens novas formas de se interferir na arena política e de, por meio dos canais usuais de comunicação da juventude contemporânea, imprimir no espaço público suas inquietações e esperanças em relação à política, fazendo oscilar positivamente seus estoques de capital social e seus níveis de participação política, configurando assim um momento de novas possibilidades para a cultura e socialização política juvenil.

Uma das expressões disto se deu nas intensas mobilizações realizadas na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. Milhares de adolescentes, jovens e adultos saíram às ruas para reivindicar, de maneira genérica e mobilizada em rede, as pautas locais e nacionais que circulavam no cenário municipal e brasileiro. Percebeu-se que, neste caso, as pautas locais deram lugar às pautas nacionais, em um sentimento de unidade territorial, mas que, em boa medida, os movimentos souberam conjugar as duas dimensões de reivindicações, consolidando um amplo movimento de agregação contínua e permanente de pautas.

Entre aqueles, cerca de 1.643 adolescentes e jovens estudantes do Ensino Médio público da cidade. O Ensino Médio e, em especial o Ensino Médio público, além de uma transição da educação formal, se constitui como importante momento de socialização política e da construção de uma cultura política mais participativa nos ambientes de controle do Estado e dos entes públicos. Agentes socializadores como a escola, a família, os amigos, a religião e as pessoas no geral são, nesta etapa, os principais responsáveis pelo aprimoramento do sentimento de pertencimento social, adesão à democracia e de (re) construção dos estoques de capital social e de empoderamento da juventude.

Em meio a essas nuances, este estudo buscou analisar, com base na literatura clássica sobre o assunto e, na aplicação de questionários quantitativos, as continuidades e discontinuidades dos processos de socialização, cultura e participação política da juventude e, especialmente, da juventude que frequenta estruturas de socialização como a escola pública, tendo como ponto de partida os movimentos em rede.

Evidencia-se, inicialmente, que as mudanças nestes processos passam pela forma que a atuação política para as mudanças sociais toma, pois ao verificar o significativo aumento de acompanhamento de notícias sobre política e sobre eleições pela internet e pelas redes sociais, percebe-se que após a experimentação democrática dos protestos, o interesse por esse tipo de informações nos meios que são veiculadas torna-se, em conjunto com o ciberespaço, um dos

principais canais de comunicação dos jovens com o sistema político, seja para construir demandas ou para recepcionar ações de governos e do Estado.

Somado a isto, nota-se que as informações políticas nas redes sociais aparentam não ser relevantes apenas quando o jogo político democrático impõe a obrigação do voto, ou seja, apenas quando os procedimentos formais da democracia são analisados. Ela se espalha cada vez mais nos caminhos virtuais e no tempo, estabelecendo uma relação cotidiana do jovem com a comunicação virtual dos acontecimentos e dos debates políticos.

Essa relação encontra na avaliação dos jovens sobre a situação política do país e do município, um elevado descontentamento e uma continuidade nos significantes índices de desconfiança política e, especialmente, da desconfiança sobre as instituições políticas representativas. Dessa forma, a percepção aferida do público da pesquisa é a de que o descontentamento caminha em paralelo a uma avaliação regular, ruim ou péssima das formas atuais da democracia.

Ainda assim, numa perspectiva comparada com pesquisas anteriores, o desconhecimento sobre as formas tradicionais de funcionamento da política ainda se apresenta como maioria. Este se expressa na pouca identificação ideológica dos jovens com posições políticas definidas, que forçam posicionamentos mais centrados e subvertem a lógica formal da política polarizada, ainda que a experimentação democrática de Junho de 2013 possa exercer, de forma coletiva, influências ideológicas no cenário político e, possivelmente, também no imaginário social da juventude.

Tal fenômeno se exprime também na elevada quantidade de estudantes que disseram não saber responder e que acreditam que os partidos políticos e nem a pluralidade partidária são importantes para a democracia brasileira, evidenciando a influência ideológica das características da histórica cultura política brasileira, de traços e gramáticas autoritárias e burocráticas e, além disto, mostrando a considerável linha conservadora de visão política, se analisados apenas os participantes dos protestos.

Esses traços autoritários possivelmente possuem de igual forma uma relação com os níveis de confiança política e confiança interpessoal dos jovens, visto que de toda forma, as múltiplas variáveis que influenciam as formas de se pensar a vida social e política passam pelas instituições sociais tradicionais, que admitem linhas de autoridade bem definidas e um poder tradicional e carismático marcantes na trajetória dos indivíduos. Tal associação pode se dar pelo fato de a família, a escola e a religião contribuírem para que estas linhas de autoridade se reproduzam no tempo e influenciem as orientações políticas.

No que se refere a estas instituições, percebeu-se que há uma progressiva abertura democrática, relativamente maior que as anteriores, para a relativização de conceitos e práticas anteriormente tratadas como paradigmáticas, como a incapacidade dos jovens em participarem de decisões no seio familiar, na gestão das escolas e na construção dos conceitos religiosos contemporâneos. Dessa forma, os índices de participação e de confiança nessas instituições aumentaram nesta pesquisa e, entre os participantes dos movimentos, destacou-se o elevado índice de confiança interpessoal com os amigos, que se configuram como as principais figuras de intermediação entre as redes sociais e a participação nos protestos físicos.

Em contraponto, este aumento nos níveis de confiança interpessoal e institucional não encontra nos diferentes governos o mesmo acréscimo, pelo contrário, eles foram decrescidos em relação à pesquisas anteriores, o que indica que a indignação pelos recorrentes casos de deturpação dos fins de um governo é destacada e expressada por meio dos ainda altos índices de desconfiança e, ainda, possivelmente explica a elevada recusa das formas tradicionais da institucionalidade, como os partidos, no interior das manifestações em rede.

Estes elevados índices, portanto, podem ser encarados como uma significativa problemática da mediação cultural do sistema democrático com os jovens, inclusive se consideradas as respostas governamentais às reivindicações de Junho de 2013. Pode-se retirar como evidência disso a relação existente entre aqueles que se consideraram favoráveis às mobilizações em rede, mas que se encontravam descrentes de que ele tenha sido algo benéfico para o sistema político brasileiro.

No entanto, a experimentação democrática dos protestos possibilitou que se mudasse em curto prazo alguns dos elementos que constituem as bases para o investimento de mais capital social pelos jovens estudados. Percebeu-se, por exemplo, que os sentimentos em relação à eficácia da participação política dos jovens aumentaram em relação a menos de cinco anos anteriores à pesquisa, indicando que em conjunto com outros fatores, os protestos colaboraram, mesmo que de forma ainda não definitiva, para que houvesse um redimensionamento das visões de mundo que constroem os jovens sobre suas próprias ações nos espaços públicos democráticos.

A participação nos protestos, além de se configurar como um momento de relevante reflexão política, consolida gradualmente neste contexto as redes sociais e a internet como fomentadoras do debate político, da discussão de ideias e posições na arena política e, acima de tudo, como demonstraram os testes de hipóteses relatados na pesquisa, colaborou com alta

intensidade na mudança de algumas formas de pensar a política e no aumento do interesse em participar entre os que vivenciaram este processo.

Por fim, este estudo buscou contribuir na compreensão de alguns dos múltiplos fenômenos que envolvem a relação entre a juventude, a sociedade em rede e os movimentos sociais na era da internet. Por meio da análise da participação, dos valores e da cultura política dos estudantes do Ensino Médio público de Cascavel/PR e suas percepções simbólicas e práticas sobre os movimentos de Junho de 2013, pode-se ampliar os olhares sobre as novas possíveis configurações da socialização política dos jovens, que influenciam direta ou indiretamente na participação destes, tendo nas amplas e profundas experimentações democráticas uma oportunidade de elevar o controle social sobre o Estado, integrar com maior vigor os desejos e esperanças da juventude no cenário político e, sobretudo, contribuir para uma cultura política mais participativa e voltada econômica e socialmente às necessidades dos cidadãos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture**: political attitudes and Democracy in five nations. Boston : Little, Brown and Company, 1965.

_____; POWELL JR., G. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

AMORIM, M. S. S. **Cultura Política e participação democrática**. In: AMORIM, M. S. S. (Org.) Democracia e Participação: dimensões do neoliberalismo e da globalização. Porto Alegre : Editora Escritos, 2008.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BAQUERO, M. **Qual democracia para a América Latina?**: capital social e empoderamento são a resposta?. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

_____. **Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina**. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2011.

BAQUERO, M.; KEIL, I. M. *et al.* (Orgs.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAQUERO, R. V. A.; NAZZARI, R. K. **Formas de (Ex)pressão juvenil e (In)visibilidade social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2010.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5. Ed. Faculdade de Ciências Econômicas de Vitória (FACEV): Editora UFSC, 2002.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1987.

MOREIRA, C. **“Cultura política”**. In: KRISCHKE, P. J. (org.). Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2000.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FACEBOOK. **Comunidade Passeata Nacional – Cascavel**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PasseataNacionalCascavel/>>. Acesso em: 15 de Maio de 2014.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Sistema de Consulta a Escolas**. Secretaria de Estado da Educação. Disponível em <http://www.consultaescolas.pr.gov.br>. Acesso em 23 de Setembro de 2013.

HERMANY, R.; COSTA, D. L. **A necessária superação do modelo representativo hegemônico na construção do empoderamento social local**. Revista do Direito, v. 32, n. 2, 2009.

LATINOBARÔMETRO. **Banco de dados do Latinobarômetro**. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/>. Acesso em: 12 de Março de 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo : Editora 34 Ltda., 1999.

LUCENA, E. **Nova direita surgiu após junho, diz filósofo**. Folha de São Paulo. São Paulo, 31 out., 2014.

MARICATO, E; et al. **Cidades rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. Ed. São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013.

MISZTAL, B. A. **Trust in modern societies: the search for the bases of social order**. Printed in Great Britain, Polity Press: Cambridge, 1998.

MOISÉS, J. A. **Democracia e Confiança – Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MOREIRA, C. **Cultura política**. In: KRISCHKE, P. J. (org.) Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2000, pg. 149-170.

NAZZARI, R. K. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política**. Cascavel: Edunioeste, 2006.

_____. **Empoderamento da juventude no Brasil: capital social, família, escola e mídia**. Cascavel: Coluna do Saber, 2006

_____. **Socialização política e construção da cidadania no Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em Administração. São Paulo, v. 1, nº 3, FEA – USP, 1996.

NUNES, E. O. **Gramáticas políticas brasileiras: clientelismo e insulamento burocrático**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PATEMAN, C. **The Civic Culture: A Philosophic Critique**. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (Orgs.). *The Civic Culture Revisited*. London : Sage Publications, 1989.

PINTO, A. V. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro : Editora Contraponto, Vols. I e II, 2009.

PORTELA, M. **Povo na rua: 10 mil pessoas na maior manifestação cívica de Cascavel – Caminhada pede mudanças**. Jornal Hoje, Ed. 6680, Ano 38. Cascavel: Editora Jornal Hoje, 2013.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5º Ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

RENNÓ, L. R. **Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do Capital Social na América Latina**. Opinião Pública [online], vol. 7, 2001.

SARTORI, G. **Comparación y método comparativo**. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (Comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

SCHERER-WARREN, I. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no Século XXI**. Rev. Política & Sociedade – Florianópolis – Vol. 23 – Nro. 28, 2014.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SILVA, J. O. **As contribuições de Pierre Bourdieu para a análise do discurso político**. Anais do VII Congresso Internacional da Abralin. Curitiba, 2011.

TARROW, S. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Cambridge: University Press, 2011.

TATAGIBA, L. **1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil**. Rev. Política & Sociedade – Florianópolis – Vol. 23 – Nro. 28, 2014.

THOMAZINI, T. D. R. **Programa Câmara Jovem**: limites e possibilidades de um processo de socialização política. Dissertação. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais: Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* Toledo, 2012.

TOCQUEVILLE, A. **Da Democracia na América**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 1998.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. 4º Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VASQUES, L. **O despertar, em Junho**. Revista Sociologia, Ano IV, Ed. 48. São Paulo: Editora Escala, 2013.

VIANA, N. **A direita abraça a rede**: novos conservadores. Agência Pública, Carta Capital, 2015. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-direita-abraca-a-rede-5817.html>>.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília : Editora da UnB, 1999.

WOJCIK, S. **How does eDeliberation work? A study of French local forums**. Politics: Web 2.0: An International Conference. Royal Holloway, University of London, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Instrumento de coleta de dados
Questionário

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – CAMPUS TOLEDO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Pesquisadores: Conrado Pereda Minucelli – Mestrando
 Profª Dra. Rosana Katia Nazzari – Orientadora

Pesquisa: Participação, Cultura e Socialização Política juvenil em Cascavel/PR: um estudo a partir dos movimentos em rede.

Dados do entrevistado *(Não é preciso se identificar com nome)*

Escola: _____ **Bairro:** _____ **Série:** _____
Idade: _____

1) Sexo: () Feminino () Masculino

2) Em que TURNO você estuda? () Manhã () Tarde () Noite

3) Qual a ESCOLARIDADE DE SEUS PAIS?

MÃE

- () Não frequentou a escola
- () Frequentou até o Ensino Fundamental – Até 8º série
- () Ensino Médio Completo – Até 3º ano
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Superior – Concluiu um curso universitário
- () Ensino Superior Incompleto
- () Pós Graduação Completa
- () Pós Graduação Incompleta
- () Não sei responder

PAI

- () Não frequentou a escola
- () Frequentou até o Ensino Fundamental – Até 8º série
- () Ensino Médio Completo – Até 3º ano
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Superior – Concluiu um curso universitário
- () Ensino Superior Incompleto
- () Pós Graduação Completa
- () Pós Graduação Incompleta
- () Não sei responder

4) Atualmente você realiza ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA?

() Não () Sim, com Registro em Carteira de Trabalho () Sim, sem Registro em Carteira de Trabalho

5) Incluindo todos os moradores de sua casa, em média, QUAL É A RENDA DA FAMÍLIA POR MÊS?

- () Até R\$ 724,00
 () De R\$ 725,00 a R\$ 1.448,00
 () De R\$ 1.449,00 a R\$ 2.172,00
 () De R\$ 2.173,00 a R\$ 2.896,00
 () De R\$ 2.897,00 a R\$ 3.620,00
 () De R\$ 3.621,00 a R\$ 4.345,00
 () Acima de R\$ 4.345,00
 () Não sei responder

6) Gostaríamos de saber com QUAL DAS FRASES A SEGUIR VOCÊ MAIS CONCORDA: *(Assinalar apenas uma)*

- () A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo
 () Em alguns casos, um governo autoritário pode ser preferível
 () Para pessoas como eu, tanto faz ser ou não um governo democrático
 () Sem resposta
 () Não sei

7) Pensando na cidade de Cascavel e no Brasil, QUAL A SUA SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA?

- () Muito Satisfeito () Bem Satisfeito () Não muito Satisfeito
 () Nada Satisfeito () Sem resposta () Não sei

8) Pensando na cidade de Cascavel e no Brasil, EM QUAL ESCALA VOCÊ CLASSIFICA A DEMOCRACIA? *(Quanto mais próximo de 1, menos democrático. Quanto mais próximo de 10, mais democrático. Marque com um X na escala escolhida)*

1 Não é democrático	2	3	4	5	6	7	8	9	10 Totalmente democrático

- () Não sei responder

9) Pensando na cidade de Cascavel e no Brasil, qual alternativa representa melhor O QUE FALTA PARA A DEMOCRACIA? (Pode-se assinalar mais de uma)

- () Está bem assim () Falta melhorar os partidos políticos () Falta justiça social
 () Falta participação cidadã () Falta reduzir a corrupção () Falta aumentar a transparência do Estado
 () Não sei

10) Iremos apresentar alguns eventos e atividades e gostaríamos de saber SE VOCÊ PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU delas. Marque com um X as opções SIM ou NÃO

Eventos e atividades	SIM	NÃO
Conselhos de Classe na Escola		
Grêmio Estudantil da Escola		
Associação de Moradores do bairro		
Grupo de Jovens religioso		
Trabalho voluntário		
Protestos e Passeatas		
Partidos políticos		
Sindicatos		

11) Você acha que A LIBERDADE DE PARTICIPAR DA POLÍTICA ESTÁ:

- () Completamente garantida () Mais ou menos garantida () Pouco garantida
 () Nada garantidas () Não sei

12) Você já PARTICIPOU DE UMA SESSÃO OU DE UMA AUDIÊNCIA POPULAR na Câmara de Vereadores, na Prefeitura ou no seu bairro?

- () Sim () Não

13) Gostaríamos de saber se você REALIZOU NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES ALGUMA DAS ATIVIDADES ABAIXO. Marque com um X as opções SIM ou NÃO.

Atividade	SIM	NÃO
Assisti o horário político na televisão		
Conversei com meus familiares sobre os candidatos		
Assisti os debates na televisão		
Participei de comícios ou reuniões de candidatos		
Acompanhei notícias pela internet		
Conversei com meus colegas de escola sobre os candidatos		
Conversei com meus professores sobre os candidatos		

14) Gostaríamos que você assinalasse nas atividades abaixo, AQUELAS QUE VOCÊ DESENVOLVEU ENTRE 2013 E 2014. Marque com um X as opções SIM ou NÃO.

Atividade	SIM	NÃO
Li reportagens em jornais ou revistas sobre assuntos relacionados à política		
Particpei de associações ou grupos para resolver problemas do bairro ou da cidade		
Fiz pedidos para políticos		
Acompanhei notícias sobre política pela Internet e nas redes sociais		
Conversei com algum vereador sobre problemas da minha comunidade		
Conversei com professores, coordenadores ou diretores sobre os problemas da escola		

15) Você possui TÍTULO DE ELEITOR? () Sim () Não

16) Tem ou teve interesse em fazer seu título de eleitor ANTES DOS 18 ANOS?

() Sim () Não

17) No geral, você diria que o Brasil ESTÁ SENDO GOVERNADO PELOS GRUPOS PODEROSOS EM SEU PRÓPRIO BENEFÍCIO OU PARA O BEM DE TODO O POVO?

() Grupos poderosos em seu próprio benefício () Para o bem de todo o povo

() Não sei

18) Para você, qual alternativa melhor mostra O QUE É SER BOM CIDADÃO? (Pode-se assinalar mais de uma)

() Votar () Pagar impostos () Obedecer as leis sempre

() Participar de organizações sociais () Participar de organizações políticas

() Comprar produtos que não agredam o meio ambiente () Ajudar as pessoas mais necessitadas () Cumprir o Serviço Militar () Não sei/ Sem resposta

19) Pensando na cidade de Cascavel e no Brasil, como você classifica a SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL?

() Muito Boa () Boa () Regular () Ruim () Péssima () Não sei

20) Na política, entre a Esquerda e a Direita, COMO VOCÊ SE CLASSIFICA NA ESCALA? (Quanto mais próximo de 1, mais à esquerda. Quanto mais próximo de 10, mais à direita. Marque com um X na escala escolhida)

1 Esquerda	2	3	4	5	6	7	8	9	10 Direita

() Não sei responder

21) Você acha que pode haver DEMOCRACIA SEM PARTIDOS POLÍTICOS?

() Sem partidos políticos não pode haver democracia

() A democracia pode funcionar sem partidos políticos

() Não sei

22) Gostaríamos de saber se você CONFIA NAS INSTITUIÇÕES E PESSOAS ABAIXO. Assinale uma das alternativas: Confio totalmente; Confio até certo ponto; Não confio ou; Não sei responder.

Você confia?	CONFIO TOTALMENTE	CONFIO ATÉ CERTO PONTO	NÃO CONFIO	NÃO SEI RESPONDER
Governo Federal				
Governo Estadual				
Governo Municipal				
Deputados Estaduais				
Vereadores				
Partidos Políticos				
Igreja				
Família				
Escola				
Mídia – TV, jornais...				
Professores				
Amigos				
Pessoas				

23) Abaixo apresentamos algumas frases sobre política. Gostaríamos que você assinalasse se concorda, concorda parcialmente, discorda ou tem dúvidas em responder:

	CONCORDO	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO	TENHO DÚVIDAS EM RESPONDER
Hoje a maioria dos jovens não está motivada a participar das atividades políticas.				
Todos os políticos são corruptos.				
O jovem pode influenciar as decisões políticas através do seu voto e suas ações.				
Os jovens não conseguem participar da política, pois não tem condições de entender esse assunto, que é difícil e complexo.				
É importante o jovem participar da política.				
A política tem grande influência em nossa vida.				
Os partidos políticos são importantes para o Brasil.				
É bom para o Brasil ter muito partidos como tem hoje.				

ATENÇÃO!: Agora passaremos às perguntas sobre os protestos e movimentos que acontecerem em Cascavel e em outras cidades do Brasil, em Junho de 2013.

24) VOCÊ PARTICIPOU DOS PROTESTOS que ocorreram em Cascavel ou em outras cidades, em Junho de 2013?

() Sim () Não () Não lembro

25) Você considera que os protestos de Junho de 2013 COLABORARAM PARA VOCÊ PARTICIPAR MAIS DA POLÍTICA ou mudar algumas das suas formas de pensar?

() Sim, colaborou para eu mudar algumas formas de pensar ou participar mais da política
 () Colaborou parcialmente
 () Não, não colaborou
 () Não sei

26) QUE CONHECIMENTO VOCÊ TEM/TEVE DOS PROTESTOS que ocorreram em Cascavel e em outros locais do país em Junho de 2013?

- ☐ Muito ☐ Um pouco ☐ Não muito/ouviu falar, mas não sabe nada a respeito
☐ Nunca ouviu falar ☐ Não conhece

27) POR QUAL MEIO VOCÊ MAIS OUVIU FALAR E SE INFORMOU dos protestos de Junho de 2013? (Pode-se assinalar mais de uma)

- ☐ Pelas redes sociais na Internet ☐ Conversando com amigos
☐ Conversando com a família ☐ Assistindo à TV e pelos jornais ☐ Na escola
☐ Não sei

28) O QUANTO VOCÊ OUVIU FALAR DOS PROTESTOS que aconteceram em Cascavel e outras cidades em Junho de 2013?

- ☐ Muito ☐ Um pouco ☐ Não muito ☐ Nada ☐ Não sei

29) VOCÊ SE CONSIDERA FAVORÁVEL AOS PROTESTOS de Junho de 2013?

- ☐ Favorável ☐ Contrário ☐ Ainda indeciso ☐ Não conheci o suficiente
☐ Não sei responder

30) CLASSIFIQUE SEUS SENTIMENTOS em relação aos protestos de Junho de 2013:

- ☐ Muito positivos/Relativamente positivos ☐ Neutros
☐ Negativos/Relativamente negativos ☐ Não sei/Não tenho certeza

31) Você aprova ou desaprova as FORMAS PELAS QUAIS OS PROTESTOS de Junho de 2013 foram conduzidos?

- ☐ Aprovo ☐ Desaprovo ☐ Não sei

32) Você acha que os protestos de Junho de 2013 foram algo BOM OU RUIM PARA o sistema político brasileiro, ou ele não fez muita diferença?

- ☐ Bom ☐ Ruim ☐ Não fez muita diferença
☐ Não tenho certeza/Bom e ruim

33) Você acredita que ORGANIZAR PROTESTOS PELAS REDES SOCIAIS OU PELA INTERNET pode ser melhor?

- ☐ Sim, é melhor ☐ Não, não é ☐ Não sei

APÊNDICE B

Termo de ciência do responsável pelo campo de estudo



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: Participação, Cultura e Socialização Política em Cascavel/PR: um estudo a partir dos movimentos em rede.

Pesquisadore(s): Conrado Pereda Minucelli
Rosana Katia Nazzari

Local da pesquisa: Escolas estaduais do Município de Cascavel/PR

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Inez Aliete Dalavechia –
Chefe do Núcleo Regional de Educação de Cascavel/PR

O(s) pesquisador(es) acima identificado(s) estão autorizados a realizarem a pesquisa e coletar dados, preservando as informações referentes aos sujeitos de pesquisa, divulgando-as exclusivamente para fins científicos apenas anonimamente, respeitando todas as normas da Resolução 466/2013 e suas complementares.

Cascavel, 24 de junho de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Inez', is written over a horizontal line.

Inez Aliete Dalavechia – Chefe do NRE-Cascavel

Inez Aliete Dalavechia
Assistente Técnico de NRE
Decreto nº 1174/2011 D.O.E. 27/04/2011